

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E EMPRESA
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

OS FLUXOS MATRIMONIAIS TRANSNACIONAIS ENTRE BRASILEIRAS E
PORTUGUESES: GÊNERO E IMIGRAÇÃO



Paula Christofolletti Togni

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de
MESTRE EM ANTROPOLOGIA
Multiculturalismo e Identidades

Orientador
Dr. Paulo Jorge Pinto Raposo
Departamento de Antropologia, ISCTE

Setembro, 2008

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E EMPRESA
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

OS FLUXOS MATRIMONIAIS TRANSNACIONAIS ENTRE BRASILEIRAS E
PORTUGUESES: GÉNERO E IMIGRAÇÃO

Paula Christofolletti Togni

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de
MESTRE EM ANTROPOLOGIA
Multiculturalismo e Identidades

Orientador

Dr. Paulo Jorge Pinto Raposo
Departamento de Antropologia, ISCTE

Setembro, 2008

Resumo

Palavras-chave: Migrações, Gênero, Relacionamentos transnacionais, imigração brasileira

Esta tese trata da análise das migrações contemporâneas através dos relacionamentos transnacionais, explorando os paradoxos entre subjectividade e políticas migratórias. O gênero entrelaçado com a categoria nacionalidade torna-se o marcador analítico principal, no que se refere à recente migração de brasileiros em Portugal, e sua crescente “tendência à feminização”.

Abstract

Keywords: Migration, Gender, Transnational relationship, Brazilian migration

This theory treats the analysis of the contemporary migrations through the transnational relationships, exploring the paradoxes between subjectivity and migratory politics. The type intertwined with the category nationality becomes the analytical principal marker, in which the Brazilians' recent migration refers in Portugal, and his growing “tendency to feminisation”.

Agradecimentos

Primeiramente e mais importante, gostaria de “tentar” demonstrar através das palavras toda a minha gratidão e carinho ao meu mestre e amigo Professor Dr. Paulo Jorge Pinto Raposo. Pelo facto de ser essa pessoa especial: por sua sensibilidade, espontaneidade e senso de humor combinados de forma perfeita com seu rigor, dedicação e cumplicidade não somente nesta tese, mas também com a minha pessoa. Quantas vezes tive vontade de desistir e você estava ali, do meu lado, com um novo artigo, novas ideias, palavras de conforto e motivação, passeios para distrair. Me lembro do dia em que lhe disse que gostaria que fosse meu orientador...e de como nesses dois anos compartilhou comigo esse objecto de estudo, tão importante para mim, como se também fosse seu. Obrigada por tudo, sem você essa tese não seria possível, e você bem sabe disso! Obrigado pela confiança, disposição e por me fazer nas inúmeras vezes em que conversamos, que me sentisse em “casa”. Terei saudades das madrugadas de trabalho, das boas risadas, dos almoços, do seu gabinete, das conversas infundáveis...

Gostaria também de agradecer uma pessoa muito especial, Maria Paula Dias Couto Paes que compartilhou comigo não somente a ideia de imigrar, mas todo o estranhamento e aprendizagem inerentes ao facto de escolher viver fora do “seu” país. Não há como esquecer todas as lembranças: de quando não conseguíamos arrendar um apartamento porque éramos mulheres e brasileiras, o apoio e carinho quando eu trabalhava aproximadamente 14 horas na restauração, a confiança de que eu conseguiria terminar o mestrado. O carinho de mãe, as trocas teóricas, e também nossa vivência académica no Brasil. Agradeço também o Valério Maciel (Fifi), pelo carinho de “pai”, pela sua presença e palavras sempre tão confortantes.

Os meus colegas de trabalho (começando pelo posto de gasolina em Chelas, como também nos inúmeros restaurantes e cafés por onde passei), especialmente aos colegas do Cup & Cino (recordo das nossas tentativas de greve não bem sucedidas) e da Pizzeria Mezzogiorno, (especialmente ao Sérgio, Gianluca, Fábio, Claudinha, Gui e Paulinha), todos eles concidadãos brasileiros e outros estrangeiros em Portugal.

A Casa do Brasil de Lisboa, local onde comecei a frequentar em 2005, como associada (a procura de trabalho, sobretudo), e posteriormente realizei trabalho voluntário até 2007, quando fui convidada para conduzir o projecto de inserção laboral de imigrantes brasileiros,

UNIVA - Imigrante, o qual trabalho actualmente. Gostaria de demonstrar meus agradecimentos também a todos imigrantes brasileiros que pude atender e conviver na Associação, o que me possibilitou observar de perto a realidade dessa imigração em várias dimensões. Ao Presidente da Casa do Brasil, Gustavo Behr e ao Vice- Presidente Luís Leiria; às colegas e amigas Ana Rita Alho e Lucía Teixeira.

A todos entrevistados e interlocutores diversos desta pesquisa – mulheres e homens membros de casais transnacionais, às Comunidades virtuais do “Orkut”, com atenção especial para “Zucas Casadas com Tugas” e “Sou Casada com um Português” - sem os quais obviamente não teria sido possível concretizar esse trabalho.

Agradeço em particular às colegas brasileiras do grupo de Estudos de Género da UNICAMP/Universidade de Campinas, Professoras Dr^a Iara Beleli e Dr^a Karla Bessa que puderam participaram no seminário de discussão dessa tese, organizado pelo CEAS – Centro de Estudos em Antropologia Social; à Professora Dr^a Adriana Piscitelli, da mesma universidade, que manteve sempre um interessante diálogo “transcontinental” com esta pesquisa e que proferiu uma conferência no ISCTE que ampliou a minha percepção sobre as questões relacionadas ao género e fluxos migratórios; à Dr^a Marzia Grassi do ICS-UL e à Dr^a Beatriz Padilla do CIES-ISCTE igualmente pela disponibilidade e debate científico que me ajudaram a pensar vários aspectos da presente investigação; à Dr^a Christiane Coelho, bolsista pós-doutoral do CIES-ISCTE, à Dr^a Ana Gonçalves mestranda em Estudos Urbanos no ISCTE, e à demógrafa Isabel Tiago de Oliveira do ISCTE pelas achegas teórico-metodológicas que muito nos auxiliaram; finalmente, agradecer muito especialmente à colega do departamento de antropologia do ISCTE, Dr^a Antónia Pedroso de Lima, pelos conselhos, orientações e sugestões bibliográficas no campo dos estudos de género e pelo apoio incondicional à pesquisa. Agradeço ainda a todos os investigadores do CEAS que, de um modo ou de outro, foram partilhando ideias e sugestões ao longo desta tese, em particular aos colegas Dr. Filipe Reis e Dr. Jorge Varanda. Exprimo também a minha gratidão à Dr^a Isabel Cardana e à Dr^a Manuela Raminhos, do staff do CEAS, pela sua cooperação e suporte institucional e pela disponibilidade e simpatia com que sempre me apoiaram. Finalmente, a todos os docentes do Mestrado, com especial ênfase nos Professores Miguel Vale de Almeida e Cristiana Bastos que marcaram pelos seus posicionamentos teóricos e aulas.

Os meus colegas de mestrado MAMI, pelas trocas multiculturais tão importantes, pela amizade e convivência; sobretudo ao Elísio, Filipe (camisola), Joana, Janet, Júlio e Ricardo.

Do outro lado do Atlântico, gostaria primeiramente de agradecer a minha mãe, uima grande mulher, amiga e poeta, a qual reconheço em mim algo da sua ousadia e espontaneidade que tanto admiro. Ao meu pai, pelo apoio, alegria e simplicidade (que eu adoro); a toda a minha família. Ao “gang da primeira fila”, grandes amigas e mulheres que partilhei o período da licenciatura e que mesmo apesar da distância mantemos a mesma intimidade e afinidade.

Ao Marcos Domingos da Costa pela confiança e cumplicidade, e, sobretudo por me dar a oportunidade de “subir ao cavalo”, quando essa passou à minha frente (essa metáfora é dedicada a você). A Teresinha de Jesus da Costa, pelo carinho de sempre e pelos encontros tão reconfortantes e especiais em Portugal, quando a saudade se fazia muito presente.

Aos meu colegas de “morada”, Alexandre Mota (Exú, pela sua alegria de sempre e companheirismo) e Letícia Barreto (autora da pintura que faz a capa desta dissertação, como também pelas nossas conversas inacabáveis sobre a experiência migratória) e às amigas Lúcia Cambraia, Sarah Mendonça e Adriana Saiani .

Por fim, e em lugar muito especial, ao meu grande e eterno amor, companheiro de sonhos e utopias, Rafael Costa – pelo seu amor resistente, pelas descobertas conjuntas; pelas trocas teóricas “ainda bem que deu tempo!”. Obrigado pelo carinho, admiração e paciência.

*Não se esqueça,
Não me perdeu.
Eu vou partir, não volto já,
Mas forte, é o que me aconteceu!*
(Contingente Imigrante, Olhando para o Céu)

ÍNDICE

Agradecimentos	7
Introdução. Dos modelos migratórios e medidas públicas: subjectividade versus política	10
1. A construção de um terreno: enquadramento metodológico e objectivos	25
2. Globalização, fluxos transnacionais e migrações contemporâneas	33
2.1. Apontamentos para um debate conceptual	33
2.2. A imigração brasileira em Portugal: das duas vagas à feminização	40
2.3. Média e Imaginário: reconstruindo a identidade feminina brasileira	55
2.4. Que mulheres... Qual Brasil? Contextos e trajectórias dos relacionamentos transnacionais	66
2.4.1 Perfil das entrevistadas	69
2.4.2. Perfil dos entrevistados	74
2.5. Contextos de encontro: Brasil, <i>Orkut</i> e Portugal	78
3. Conjugalidades, Conveniências e Amores	90
3.1. Conjugalidades em mudança: dimensões estratégicas e novas conceptualizações do amor”	90
3.2. Fluxos matrimoniais: análise conceptual	93
3.3. Travessia de fronteiras: legislação e casamentos	102
3.4. Estratégias amorosas: da descoberta do amor ao matrimónio	111
4. Paradoxos do sujeito transnacional: dos cenários regionais de origem às “Comunidades Imaginadas” de destino	118
4.1. Categorias identitárias: discursos operativos e destinos pessoais de migração	118
4.2. Estratégias e expectativas matrimoniais	123
4.3. Paradoxos da condição transnacional nos relacionamentos	130
5. Considerações Finais. Entre a assimilação e o intercâmbio: Desconfiança e Diálogo	135
Referências Bibliográficas	142
Anexos	
Anexo I – Modelo de entrevista semi-estruturada	149
Anexo II- Modelo de entrevista <i>focus group</i>	150

INDICE DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Estimativas de brasileiros no exterior	40
Gráfico 2 – Imigração em Portugal: principais nacionalidades	42
Gráfico 3- Números da Imigração brasileira em Portugal	43
Gráfico 4- Matrimónios entre mulheres brasileiras e homens portugueses: 2000-2006	50
Gráfico 5- Principais nacionalidades do cônjuge feminino – 2002	56
Gráfico 6- Principais nacionalidades do cônjuge feminino – 2004	57
Gráfico 7- Principais nacionalidades do cônjuge masculino – 2004	58
Gráfico 8- Casamentos transnacionais celebrados entre brasileiros e portuguesas no Distrito de Faro (Algarve)	67
Gráfico 9- Contexto geográfico no Brasil das mulheres entrevistadas	69
Gráfico 10- Idade das mulheres entrevistadas	70
Gráfico 11- Escolaridade das mulheres entrevistadas	70
Gráfico 12- Tempo do relacionamento (matrimónio)	73
Gráfico 13- Estatuto sócio-jurídico das mulheres entrevistadas antes do relacionamento	73
Gráfico 14- Contexto do contacto com o cônjuge	74
Gráfico 15- Origem geográfica dos homens entrevistados	74
Gráfico 16- Idade dos homens entrevistados	75
Gráfico 17- Escolaridade dos homens entrevistados	75
Gráfico 18- Índice de Re-casamentos	77
Gráfico 19- Homens entrevistados que conhecem o Brasil	77
Gráfico 20- Número de casamentos segundo a nacionalidade das esposas estrangeiras – Espanha	106
Gráfico 21- Faixa etária dos homens entrevistados segundo região	125
Gráfico 22- Escolaridade dos homens entrevistados segundo região	126
Gráfico 23- Situação laboral dos homens entrevistados segundo região	126

INDICE DE TABELAS

Tabela 1- Casamentos segundo o país de naturalidade dos cônjuges	53
Tabela 2- Situação laboral das mulheres entrevistadas – Brasil e Portugal	71
Tabela 3- Situação laboral dos homens entrevistados	76

INTRODUÇÃO

Dos modelos migratórios às medidas públicas: subjectividade *versus* política

Tendo como minha formação de base o Turismo, sempre considerei a experiência da viagem como uma oportunidade de auto-conhecimento e de trocas entre pessoas, as quais inicialmente compartilham algumas semelhanças e também diferenças. Lembro-me da emoção de ver pela primeira vez o Rio Tejo e o entardecer do céu de Lisboa (o qual já fazia parte do meu imaginário em relação a Portugal, em boa parte devido ao filme de Wim Wenders *Sob o céu de Lisboa*). Lembro-me também da primeira vez em que sofri algum tipo de preconceito pelo facto de ser brasileira...uma vez que no Brasil, fazia parte de uma pequena parcela da população que teve oportunidade de concluir uma licenciatura, de classe económica média e sobretudo de cor branca, por isso estranhei essa atitude. O facto de ser uma aluna de Mestrado (de Património Cultural na Universidade Católica Portuguesa de Lisboa) ser regularizada através de uma autorização de residência para estudo, somado ao facto de ter qualificação, fazia com que considerasse que, de alguma forma, as coisas seriam mais fáceis. Mas não... a burocracia para a obtenção do visto, a dificuldade em conseguir arrendar um apartamento por ser brasileira, e os obstáculos para conseguir um emprego foram os primeiros sinais de que as coisas não seriam assim. A exigência em definir nesse contexto o que significaria ser “brasileira” pareceu-me urgente, ao mesmo tempo de que era desconfortável sentir e assistir à forma como essa suposta “brasilidade” era definida em Portugal. A minha identificação se tornava assim bastante complexa, passando de um cenário regional (Belo Horizonte – Estado de Minas Gerais) para uma narrativa de uma suposta identidade nacional brasileira.

Assim, acabei por me inserir na área da restauração durante aproximadamente três anos em ordem a complementar as despesas com estudos e estadia; e acabei por me “acostumar” com as horas excessivas de trabalho, a relação de subalternidade dos trabalhadores (na grande maioria imigrantes) em relação aos empregadores, com as condições precárias no trabalho e com o facto de alguns “ilegais” nem sequer receberem no final do mês, o que acabou por despertar em mim o interesse pela questão migratória. Somado a isso, em Junho de 2005, após concluir os créditos do Mestrado acima referido, não consegui pagar a propina do segundo ano de curso e acabei por perdê-lo. Foi então que resolvi voltar para o Brasil e retomar de certa forma a vida que tinha lá, até porque quando decidi imigrar o objectivo principal era a realização do Mestrado.

Esse foi um dos momentos decisivos na minha estadia em Portugal, onde refiz planos e decidi começar novamente o Mestrado, em Antropologia, aqui no ISCTE. A ideia era compreender o fenómeno migratório, principalmente no que concerne à comunidade brasileira.

Paralelamente, comecei a frequentar em 2005 como associada (a procura de trabalho, sobretudo), a Casa do Brasil de Lisboa, e posteriormente, realizei trabalho voluntário até 2007, altura em que fui convidada para conduzir o projecto de inserção laboral de imigrantes brasileiros, denominado UNIVA- Imigrante¹, no qual trabalho actualmente. O atendimento a imigrantes brasileiros e a convivência na associação me possibilitou observar de perto a realidade dessa imigração em várias dimensões, seja ela jurídica (relativamente a legalização, a inserção no mercado de trabalho, reagrupamento familiar), como conjuntamente casos de retorno voluntário, violência doméstica, prostituição e sobretudo o crescimento das redes matrimoniais entre cidadãos brasileiros e portugueses.

A intenção não é fazer uma auto-biografia. Contudo penso que não poderia introduzir esta tese sem abordar a minha experiência pessoal, pois foi através dela e da necessidade em “negociar” uma identidade brasileira, e feminina – no mercado de trabalho, nas relações sociais e afectivas –, que surgiu a escolha desse objecto de estudo. *Ser brasileira*, desde que cheguei em Portugal, parece ser a categoria mais eficaz de reconhecimento e integração, mas também de exclusão.

Dessa forma, as discussões sobre género e imigração despertaram em mim para além de curiosidade, algumas inquietudes. Talvez porque os estudos neste domínio não forneçam tantas respostas qualitativas como esperava, ou ainda porque o meu olhar e o meu interesse reuniam contextos muito próprios: o primeiro deles pelo facto de eu ser simultaneamente imigrante e mulher.

Como não poderia abordar a complexidade das relações entre género e imigração a opção do recorte de unidade de análise para esta tese centrou-se na tentativa de compreender os *fluxos matrimoniais transnacionais* – conceito que procuraremos discutir mais adiante – e a sua

¹ UNIVA é a abreviatura para Unidade de Inserção na Vida Activa e trata-se de uma entidade articulada com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e neste caso, associada ainda ao Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e a Casa do Brasil de Lisboa, com vista à inserção laboral dos imigrantes e formação profissional.

ligação entre género (feminino), nacionalidade (brasileira) e conjugalidade (matrimónios). Assim, tal escolha exclui a análise da conjugalidade entre homens brasileiros e mulheres portuguesas, como também limitou a percepção da conjugalidade na medida em que excluimos as *uniões de facto* da análise aqui proposta; uma vez que não existiam dados quantitativos disponibilizados pela agência nacional de estatística portuguesa – Instituto Nacional de Estatística (INE) – no que se refere à população migrante em Portugal, somado ainda ao facto de o processo administrativo de regularização e confirmação desse estatuto ser ainda muito complexo e moroso.

Nesta investigação mascara-se ainda uma outra realidade dos fluxos matrimoniais transnacionais que é a questão da heteronormatividade dos matrimónios. A proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo em Portugal concorre para que a nupcialidade entre estrangeiros homossexuais com membros da sociedade de acolhimento não permita sequer a regularização através do matrimónio para a obtenção de nacionalidade se assim desejada, antes de pelo menos 6 anos de residência legal no país. Nesse sentido, tornar-se-ia necessário num segundo momento analisar estes fluxos transnacionais incluindo também os relacionamentos homossexuais.²

A própria concepção dos fluxos matrimoniais transnacionais aqui abordada é de certa forma restringida aos casamentos entre migrantes e nativos, excluindo outras formas de relacionamento, como por exemplo o de pessoas da mesma nacionalidade que se encontram em contextos transnacionais.

Entretanto, a escolha e a tentativa de compreender os fluxos matrimoniais entre brasileiras e portuguesas justifica-se pela própria percepção dos relacionamentos transnacionais como “conveniência” que presentemente marca as discussões e medidas públicas sobre tal fenómeno em Portugal – aliás, esta é justamente uma das preocupações do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) na validação ou não dos casamentos transnacionais através da realização de entrevistas com os cônjuges, procedimento fundamental para o reconhecimento do matrimónio e deferimento da autorização de residência do imigrante. Por outro lado,

² Em Espanha onde recentemente foi aprovado o casamento entre pessoas do mesmo sexo, os estudos demográficos começam já a incluir esta variável nas investigações sobre nupcialidade (cf. Cortina, Esteve & Domingo, 2007; Rodríguez, 2005)

também a criminalização dos *casamentos por conveniência* no artigo 186º na última alteração da lei de Imigração, assume aqui um destaque especial.

O impacto dos discursos mediáticos em relação ao fenómeno dos casamentos transnacionais entre brasileiras e portuguesas – sintomaticamente traduzido de forma preconceituosa em títulos jornalísticos como “*Bodas de Mentira*” – e (ab)usando de algumas evidências estatísticas referentes ao crescimento da matrimonialidade entre imigrantes e membros das comunidades de acolhimento na Europa (e em particular em Portugal), têm também de facto um papel relevante nos processos de construção – e de contaminação – das representações e auto-representações sociais da identidade dos imigrantes, contribuindo, simultaneamente, para a fixação de estereótipos discriminatórios e para a visibilidade da diferença cultural.

Dessa forma, procurou-se compreender o fenómeno dos relacionamentos transnacionais entre brasileiras e portuguesas para além de uma visão estatística, considerando-o como elemento da mudança da percepção da conjugalidade, bem como das suas consequências na organização social, analisando a condição de género como factor de vulnerabilidade e/ou exclusão no contexto migratório.

A avaliação dos efeitos das representações sobre as mulheres brasileiras, nos seus direitos cívicos e na auto-representação que fazem de si próprias, bem como a sua mediação com a sociedade de acolhimento, como também a hipótese de que os relacionamentos transnacionais possam funcionar como produtores de integração e diálogo intercultural ou amplificadores de estereótipos e preconceitos, foram incluídos na tese.

O contexto de encontro e do relacionamento considerando uma maior ou menor fragilidade na situação da imigração, verificando em que medida os relacionamentos transnacionais repetem ou reactivam relações mantidas no passado (família, amigos, outros relacionamentos, etc.) e a consideração das dimensões estratégicas e afectivas e sexuais (das imigrantes e dos nativos), foram hipóteses testadas no terreno procurando-se também perceber se tais relações são funcionais ou estruturais e em que medida são fonte de *empowerment* para as imigrantes brasileiras.

A identificação das formas de relacionamentos transnacionais, na sua pluralidade, examinando os problemas teóricos para a concepção de níveis de relacionamento; e a

proposição de medidas de intervenção face a preocupação com a vulnerabilidade das mulheres imigrantes em Portugal, seja através de estratégias de reagrupamento familiar, na concepção dos relacionamentos transnacionais ultrapassando a visão da “conveniência” ou que visem a diminuição dos estereótipos em relação as mulheres brasileiras, marcadamente no que se refere a prostituição e sua erotização, constitui também preocupações da presente tese.

Vale a pena ressaltar que grande parte da investigação realizada se inscreve num projecto co-financiado pelo o ACIDI – Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural e o CEAS – Centro de Estudos em Antropologia Social do ISCTE, o que justifica a inclinação da tese também para a discussão das políticas e medidas públicas.

A questão da nupcialidade (matrimónio ou união de facto) entre estrangeiros e nacionais tem sido recentemente objecto de destaque particular. No epicentro de toda a polémica está a questão da imigração ilegal e a incapacidade factual das sociedades de acolhimento migratório (europeias e americana, em particular) conterem os contingentes de população oriunda de outras regiões. A questão colocou-se a partir do momento em que se multiplicou a convicção de que redes e agentes supostamente ligadas ao universo do tráfico de seres humanos estariam a consolidar estratégias de legalização e de obtenção de nacionalidade através dos chamados “casamentos brancos” ou por conveniência³. Diga-se que nestas concepções a figura do imigrante emerge ainda como sujeito interessado neste comportamento ilícito e, recentemente, criminalizado em diversos países de acolhimento migratório. Esta deriva criminalizadora todavia iniciou-se na década passada nos EUA através da aplicação de diversas medidas punitivas, repressivas e dissuasoras deste tipo de matrimonialidade.

Recentemente, em 2005, uma grande operação policial denominada “*Operation honey-moon*” conduziu à prisão de membros de uma rede de indivíduos que por dinheiro arranjavam “casamentos” há vários anos, e da qual resultou também a suspensão dos documentos obtidos pelos imigrantes através daqueles matrimónios. Mas a criminalização ou a dissuasão burocrática espalhou-se claramente nos últimos anos como paliativo para a incapacidade das sociedades dos principais destinos migratórios de conterem os fluxos populacionais que os efeitos da globalização têm vindo a espoletar.

³ “Os casamentos entre um nacional de um país europeu e um nacional de países terceiros celebrados com a única intenção de contornar as regras de entrada e de residência dos nacionais de países terceiros” (Grassi, 2006).

Um estudo recente de duas investigadoras da área dos Métodos Quantitativos do ISCTE, Madalena Ramos e Ana Cristina Ferreira (2008) revelam, para além dos dados estatísticos e da sua interpretação, o efeito que se alude acima: a percepção exponencial de um fenómeno social cujos traços se desenvolveram sobretudo através dos média, das agendas políticas e das medidas públicas. Como podemos atestar adiante, as autoras referem um crescimento de cerca de mais de 100% dos casamentos de imigrantes em Portugal (onde pelo menos um dos cônjuges é de nacionalidade estrangeira) nos últimos anos, mas o nº real e absoluto de ocorrências (4287 em 2005, representam cerca de 8.9% dos casamentos registados no país) é ainda reduzido e decorre claramente do crescimento e da tipologia dos contingentes migratórios em Portugal. Ressalta todavia um dado que nos parece dar alguma relevância e representatividade à investigação que agora aqui se apresenta: referimo-nos ao facto de serem essencialmente as imigrantes brasileiras as que estão no topo dos contingentes migratórios em Portugal que decidem unir-se matrimonialmente com cidadãos portugueses⁴.

Curiosamente, os resultados desta pesquisa aparecem recentemente no quadro de uma muito evidente presença de notícias sobre casamentos de conveniência nos periódicos nacionais e nas televisões⁵ e de um esforço que as autoridades policiais (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) e os registos civis têm vindo a levar a cabo. No passado mês de Maio, o SEF e o Governo Civil de Castelo Branco numa conferência pública procuraram esclarecer os dados conhecidos referentes àquele tipo de casamentos no Distrito, justificando esta iniciativa com o elevado número de casamentos envolvendo cidadãos nacionais e estrangeiros. Paradigmáticas são as palavras do Delegado Distrital do SEF citadas pelo jornal Reconquista: “(...) *Esta situação tem vindo a aumentar, o que contraria a **tendência natural**.*” (sublinhado nosso)⁶. Sublinhe-se aqui um dos aspectos mais conhecidos dos cientistas sociais, i.e., o modo como certos aspectos ou atitudes da vida social tendem a ser *naturalizadas* e portanto assumidas como regularidades normativas.

⁴ A Tabela I (Capítulo II, p-39) possui dados comparativos entre matrimónios segundo a nacionalidade que foram retirados do estudo “Padrões de Casamento entre os Imigrantes em Portugal”, INE (2008). Revista Estudos Demográficos, nº43.

⁵ “*Bodas de mentira sobem em flecha*” (Correio da manhã, 29/07/2008), “*Dados dos casamentos por conveniência. Brasileiras são as que mais casam*” (Jornal Reconquista, Castelo Branco, 05/06/2008), “*De branco para disfarçar*”, (Blog Controvérsia, 30/03/2008), “*Brasileiras compram noivos para ficar legais*” (Diário de Notícias, 15/10/2007). Estes podem ser alguns dos títulos encontrados em matérias publicadas nos últimos dois anos em Portugal. Outras reportagens estão disponíveis no Anexo II deste estudo.

⁶ In *Jornal Reconquista*, www.reconquista.pt/noticia.asp?idEdicao=121&id=5761&idSeccao=1130&Action=noticia, edição on-line de 3 de Abril de 2008.

Max Weber, o clássico sociólogo alemão, insistia na subjectividade da acção social. Para a ciência compreensiva weberiana, os cientistas sociais deveriam prestar especial atenção à noção de sentido subjectivo, ou seja, ao sentido vivenciado pelos actores históricos. No que diz respeito ao processo migratório esta concepção apriorística é fundamental, uma vez que os processos de desterritorialização/integração são centrais e profundamente vividos de um modo subjectivo pelos actores sociais nos fluxos migratórios. Em consequência não se pode pensar numa redução da identidade dos imigrantes a uma condição de pertença mas sem consentimento. Weber reclamava que para os actores sociais não poderia existir pertença, nem a uma comunidade nem a uma sociedade, sem um sentimento de pertença ou uma vontade de pertencer. A experiência subjectiva do imigrante poderá assim ser pensada, nos termos weberianos como ideal-típica numa espécie de curva de assimilação, para usar os termos de Gabrielle Varro (2003).

Num artigo recente da revista *Comunicação & Cultura*⁷, Isabel Capelo Gil evoca a figura central da tragédia grega de Eurípedes, *Medeia*, para traçar uma genealogia possível do perfil do imigrante contemporâneo; nomeadamente do migrante no feminino. *Medeia* é uma estrangeira deslocada e excluída da plena condição de cidadania. Como sugere a autora, *Medeia*, surge como que “personificando a absoluta diferença, o Outro exilado, trazido das margens geográficas para a centralidade cultural da *polis* grega” (2006:13). *Medeia* é ainda o modelo do desenraizamento cultural que Jasão, marido oriundo do lugar de destino do seu fluxo migratório, corrobora e fixa; num dos diálogos entre *Medeia* e Jasão, o último reforça claramente os laços de desterritorialização construída através da diferença mas destinada à exclusão social e política:

Jasão: Recebeste mais do que deste para me salvar, como te vou demonstrar. Em primeiro lugar habitas as terras dos helenos, em vez da dos bárbaros, conheces a justiça e sabes usar das leis sem recorrer à força. Todos os gregos perceberam que eras sábia e tornaste-te famosa; se habitasses nos confins da terra, não se falaria de ti.

Eurípedes, *Medeia*

Esta evocação da antiguidade clássica europeia que o teatro grego tão bem sintetiza, acreditamos assumir um carácter comparável aos processos migratórios e aos fluxos transnacionais da modernidade, nomeadamente no que concerne aos relacionamentos matrimoniais entre imigrantes e membros das comunidades de acolhimento. A nota forte que podemos sublinhar, corroborando uma vez mais o argumento de Isabel Capelo Gil (2006), é

⁷ Cf. Gil, Isabel Capelo 2006 “Introdução. A cor dos *media*: mediação, identidade e representação” in *Comunicação & Cultura*, nº1, pp.13-18.

que nestes processos de mobilidade as tensões entre integração e exclusão, entre diferença e assimilação, tendem a enunciar-se sob um posicionamento específico e, digamos em última instância, etnocêntrico. A identidade cultural de Medeia, aos olhos e sobretudo no discurso de Jasão, é mediada pelo reconhecimento que a sociedade de acolhimento possa dela fazer, aferindo, enunciando e representando o seu perfil diaspórico enquanto metropolitano e civilizado versus o seu passado bárbaro e como que *fora da Humanidade*. A condição de mulher de Medeia (que acresce ainda, na Tragédia, surge também como feiticeira) nessa diferença cultural radical apenas será inteligível nos termos do *ethos* grego. Digamos então que de alguma maneira Medeia é um modelo literário e dramático da verdadeira *performance* de muitas mulheres que optam (ou são eventualmente, forçadas) a emigrar e que contraem laços matrimoniais na diáspora.

O Coordenador Científico do Observatório para a Imigração, Professor Roberto Carneiro, afirmava recentemente num texto muito apropriadamente intitulado *Um Tempo de Diálogo* que:

2008 é o Ano Europeu do Diálogo Intercultural. A Europa, continente de origem pluricultural e de vocação intercultural, reconhece assim a premência de uma reflexão aprofundada sobre a noção de nações, a democracia de negociação, o diálogo entre culturas, a relação entre vizinhos, a gestão da diversidade, a paz no encontro de diferentes.

São várias as razões que conduziram à emergência desta nova agenda. Avultam, entre outras, o “achatamento” do mundo, a intensificação dos movimentos migratórios, a violência interétnica e a intolerância entre povos, as pulsões contraditórias de hibridação cultural e de identidades predatórias. Dito de outro modo, as categorias analíticas de compreensão do mundo da velha ordem industrial são inadequadas – e manifestamente insuficientes – para descodificar o mundo da nova ordem pós-moderna, individualista, complexa e intercultural. O mundo de hoje não se compadece com os arquétipos interpretativos do mundo de ontem.

(Carneiro, 2008)

De facto, este parece-nos um enquadramento sério e aberto para o entendimento genérico do que deveriam ser as orientações centrais para as políticas públicas sobre a Imigração em contexto europeu, em ordem a cumprir os desígnios de um Ano Europeu dedicado ao Diálogo Intercultural. Todavia, o cenário de crispação política, de recentração das medidas restritivas e de fechamento de fronteiras, de crise económica e agravamento ou diminuição de direitos sociais e de cidadania, parecem ofuscar aquele nobre desígnio e fizeram de 2008 um dos anos mais sombrios no que diz respeito às políticas migratórias em muitos dos Estados europeus.

As recentes medidas anunciadas por vários Estados europeus de criminalização da assim chamada imigração ilegal, mas também a precariedade em matéria de direitos sociais e de condições de acolhimento da população imigrante legalizada é um ruído destrutivo que

retoma de facto “*arquétipos interpretativos do mundo de ontem*” não já enquanto categorias analíticas mas enquanto uso preconceituoso de valores e de normas profundamente restritivas do (já) velho sonho europeísta de diluição da noção de fronteira.

Assim, 2008 é também o ano que começou por enfrentar a retoma de discursos políticos de Estado em vários países europeus acolhendo com agrado a restrição da imigração, incentivando quotas para a expulsão ou o “afastamento” de imigrantes ilegais e apelando a normativos restritivos ou criminalizadores do reagrupamento familiar, dos fluxos matrimoniais mistos (ou transnacionais, como sugerimos no título deste texto). A Igreja Católica francesa já se havia manifestado em 2007 contra um polémico projecto de lei sobre a imigração, denunciando medidas cada vez mais restritivas, que consideravam concessões a uma opinião pública dominada pelo medo. Naquela altura os bispos franceses preocupavam-se com as condições cada vez mais punitivas da política de imigração do governo Sarkozy impostas para a reunificação familiar, um direito que estimavam dever continuar a ser respeitado. O actual primeiro-ministro italiano, Sílvio Berlusconi, anunciou recentemente a aplicação da obrigatoriedade de fazer testes de ADN para justificar pedidos de reagrupamento familiar no país, inspirando-se na medida aprovada em França no fim do ano passado. Em três anos, desde que chegou ao poder em 2005, Sarkozy lançou três leis restritivas: duas sobre autorizações de residência e uma que dificulta os casamentos mistos como forma de evitar os “casamentos de conveniência”. Recentemente, o Parlamento Europeu aprovou a Directiva de Retorno com o objectivo de aumentar as barreiras aos imigrantes e estimular a expulsão dos “ilegais”, através da determinação de até 18 meses de detenção dos imigrantes não regularizados, incluindo menores.

Diversas organizações humanitárias e de defesa dos direitos dos imigrantes, ONG’s, partidos políticos, e outros países europeus, têm mantido alguma prudência e distanciamento nesta escalada restritiva e criminalizadora face à cada vez mais problemática *questão migratória*. Aliás, desde logo pensada como uma “questão” e um “problema”. Os discursos inflamados ou constrangidos dos decisores políticos europeus tornam-se sensíveis a uma certa propagação do medo e da intolerância cultural, resultante de um período difícil de permanência de crise económica e social na Europa, que reacende um antigo cenário de *pânico moral*, estudado tão detalhadamente por Lóic Wacquant (1996) para o contexto norte-americano. As políticas de legalização massiva de imigrantes que foram apanágio do virar de milénio, como por exemplo as resultantes da visita a Portugal do Presidente do Brasil Lula da Silva em 2003 (*Acordo*

Lula), são agora substituídas pelas regularizações “caso a caso”, numa lógica de imigrações “escolhidas” – em sectores onde há manifesta falta de mão-de-obra.

Recentemente, no dia em que o maliano Baba Traoré morreu, importante escritor e activista do movimento da negritude, o jornal *Le Monde* (11 de Abril de 2008) escrevia assim no seu editorial: *"Para que uma nova imigração escolhida seja credível é preciso que a luta contra a imigração clandestina seja conduzida com discernimento e humanismo"*. Esta fronteira parece-nos ainda muito ténue, pouco operativa e de difícil leitura política, sobretudo quando se equaciona a questão em termos de uma luta ou um combate contra imigrantes, ainda que ilegais ou clandestinos.

A imigração escolhida e seleccionada anuncia seguramente um novo perfil e um novo ciclo dos fluxos transnacionais, mas abre também caminho para a multiplicação das redes clandestinas e ilegais de tráfico de seres humanos, para as estratégias de marginalidade ou de economias subterrâneas e paralelas ou para os cenários mafiosos e tentaculares que emergem no contexto das imigrações na Europa. As medidas públicas de restrição e criminalização da imigração serão, neste sentido, claramente sempre a contra-ciclo de uma visão do mundo mais intercultural e de uma democracia mais dialogante, mais negociada.

Em notícia recente do jornal espanhol de maior divulgação – *El País*⁸ – podia ler-se a propósito do eventual aumento dos chamados “casamentos de conveniência” que algumas cidadãs espanholas se ofereciam literalmente enquanto esposas de imigrantes ilegais ou com problemas de iminente expulsão com vista a resolver com a celeridade necessária os assuntos que aparentemente o Estado Espanhol não conseguia resolver em termos burocráticos e administrativos. Uma das entrevistadas dizia claramente, e sem se esconder no anonimato, que se tinha casado já por duas vezes com imigrantes, sem qualquer tipo de benefício monetário ou outro, apenas por motivações humanitárias de solidariedade, face às iminentes expulsões que aqueles poderiam ser alvo.

Permita-nos o leitor uma longa citação sobre o caso da imigração judaica para o Brasil no período de entre guerras no século XX, analisada pela historiadora brasileira Helena Lewin⁹ :

⁸ Jornal *El País*, 28 de Julho de 2008, caderno sociedade.

⁹ Cf. OS JUDEUS E SEU COMPROMISSO COM A MEMÓRIA - Helena Lewin (texto online visitado em 2/06/2008 em <http://www.museujudaico.org.br/textos-pdf/helenalewin.pdf>)

(...) a grande imigração judaica do Leste-europeu para o Brasil ocorreu entre as duas Guerras Mundiais, engrossada na década de 30 por levas de imigrantes originárias da Europa Central onde piorava progressivamente a situação econômica e política dos judeus com a ascensão ao poder de governos totalitários e para-fascistas. Leis restritivas à imigração foram implementadas desde 1902 a todos aqueles que pudessem significar alguma ameaça – real ou fictícia – ao sistema político vigente. Essas normas atravessaram vários governos republicanos tornando-se cada vez mais rígidas à medida em que as liberdades civis iam decrescendo, provocando e impondo à população um silenciamento político forçado. A ameaça de expulsão do país ou de internamento em “campos de concentração” e em colônias correcionais situadas em regiões inóspitas junto à fronteira norte do país ou no interior da região centro-oeste não foi apenas um mecanismo de persuasão conformista, tratou-se de um forte instrumento de controle social em relação ao pensamento divergente ao status quo dominante. Contudo, as décadas de 30 e 40, principalmente no período Vargas caracterizaram-se pelo predomínio na política oficial brasileira de orientação nacionalista contrária à autonomia cultural étnica dos múltiplos grupos imigrantes, com medidas restritivas às suas manifestações educacionais e comunitárias e, também, à entrada de imigrantes judeus. Isto porque foram definidos como não assimiláveis aos valores da nacionalidade brasileira e não sensíveis ao imposto discurso da homogeneidade cultural que deveria constituir o background do novo homem brasileiro que o Estado Novo objetivava criar de forma autoritária, copiando modelos e formatos fascistas em voga em vários países europeus. Além disso, particular desconfiança era exercida sobre certas categorias de estrangeiros, principalmente aqueles oriundos de países do Leste Europeu, devido à suspeita de serem, ou de se converterem em agentes infiltrados, encarregados de divulgar os ideais da revolução comunista de 1917.

Parece claro que ainda que não se assista a um recuo conservador, xenófobo e racista como o que este texto espelha para o Brasil do século XX, entretanto somos tentados a pensar que a Europa do século XXI poderá estar a lidar com mecanismos repressivos e restritivos já clássicos e observados em contextos geográficos e históricos outros.

O balanço do fenómeno migratório em Portugal tem vindo a ser realizado por diversos estudiosos através de enfoques pluridisciplinares e que atravessam toda a academia portuguesa; mas, no quadro do ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, enquanto instituição de parcerias científicas, administrativas e sobretudo políticas, esse balanço representa um enorme esforço de articulação entre a comunidade científica e este organismo do Estado. É também neste enquadramento que este projecto de investigação se posiciona. E é no seguimento de uma leitura crítica e de uma reflexão detalhada e densa do actual quadro legal para a Imigração em Portugal, que nos propomos, sob uma perspectiva antropológica, trazer para discussão um tópico considerado altamente significativo para aferir este reequacionamento e reposicionamento estrutural e estruturante das medidas e das políticas públicas sobre a Imigração em território nacional. Falamos de um fenómeno pluralizado na sua nomeação: os chamados casamentos mistos, por conveniência, brancos, ou, como preferimos designar, os fluxos matrimoniais transnacionais.

A moldura penal em Portugal para o que se chama “casamentos por conveniência” de acordo com o Artigo 186º da Lei 23/2007 de 4 de Julho – Lei de Estrangeiros - reforçou recentemente as medidas punitivas no que os legisladores definem como a luta contra a imigração ilegal. Assim, quem contrair casamento com o único objectivo de proporcionar a obtenção ou de obter um visto ou uma autorização de residência ou defraudar a legislação vigente em matéria de aquisição da nacionalidade ou quem de forma reiterada ou organizada, fomentar ou criar condições para aquela prática é punido com prisão. A tentativa é também punível. E desta forma o Estado e os legisladores sublinham o reforço do combate à imigração ilegal.

As tradicionais formas de migração têm sido postas em articulação com outros cenários decorrentes pelos fluxos de migrações no feminino – para além das migrações forçadas (refugiados e tráfico de seres humanos). Alguns estudiosos destas temáticas identificam mesmo o crescimento da participação das mulheres no *mundo ocidental* na esfera pública do trabalho como consequência da exploração de mulheres migrantes. O contexto transnacional migratório também serve para incutir outras hierarquias entre as mulheres, como por exemplo em relação à sexualidade, afectividade e conjugalidade, ou em relação à autonomia feminina e aos seus níveis de emancipação.

Por outro lado, em muitos contextos, o casamento é frequentemente visto e estrategicamente pensado como uma das poucas opções económicas razoáveis para a vida adulta de uma mulher. Curiosamente, as migrações fazem-se sobretudo, estatisticamente falando, numa fase da vida dos sujeitos propícia ao casamento e à constituição de família – ou seja, enquanto adulto jovem. Mas também a possibilidade de encontro de parceiro matrimonial com o mesmo capital social e cultural (ou como diria Pierre Bourdieu, com *habitus* semelhantes) poderá ser particularmente mais difícil no processo migratório uma vez que o mercado matrimonial disponível para a imigrante é, tendencialmente, mais exíguo do que para outra cidadã nas mesmas condições sociais e culturais.

Entretanto, este enquadramento não colhe qualquer entendimento no quadro legal agora proposto. O que parece preocupar o Estado é o eventual negócio matrimonial de mulheres – porque são sobretudo mulheres o objecto das investigações, embora também haja um aumento

dos casamentos de homens estrangeiros com mulheres portuguesas – e o modo de limitar essa estratégia de legalização dos imigrantes.

Consequentemente, parece evidente que o Estado e as leis interferem claramente na cidadania plena destes migrantes na medida em que regulam sobre o que constitui um casamento, e sobre quem pode casar com quem, do mesmo modo que as suas políticas de imigração podem também desempenhar um grande, mas muitas vezes esquecido, papel na limitação da escolha do cônjuge. Acresce que o facto de utilizarem o *casamento* (e note-se que aqui a *união de facto* é ainda mais problemática porque exige delongas e procedimentos muito complicados e persistentes na obtenção do dito estatuto) como forma de "legalização" do cônjuge estrangeiro não deveria conferir à relação a adjectivação negativista de *conveniência*, entendida esta como algo malicioso, feito por interesse e amoral.

Já no final do século XIX, comentários sobre um “mercado matrimonial internacional” se faziam nos *mass media* destacando os fenómenos migratórios. Em boa parte, e sobretudo nos dados para os EUA, alguns desses fluxos eram marcados por um mercado matrimonial intra-étnico: esposas que eram chamadas pelos maridos, ou mulheres que casavam com imigrantes seus conterrâneos que haviam partido alguns anos atrás e já se haviam fixado e legalizado como americanos – o caso mais evidente é o dos italo-americanos. Entretanto, alguns países receptores de fluxos migratórios significativos colocaram embargos e restrições aos então chamados “*casamentos mistos*”, proibindo ou cerceando alianças matrimoniais entre, e note-se o sublinhado, imigrantes e “*mulheres brancas*” do país de acolhimento. Quando os fluxos migratórios contemporâneos começaram a explicitar a presença de contingentes femininos – e não apenas para reagrupamento familiar – a migração por “trabalho” e por “amor”, de acordo com proposta conceptual de Suzanne Sinke (2002), torna-se uma evidência.

Nalguns casos, a imigração feminina, para além das questões económicas, permitiu ultrapassar modelos matrimoniais rígidos impostos no país de origem, nomeadamente casamentos em idades muito jovens ou no quadro do parentesco próximo; nuns casos permitiu criar mercados matrimoniais mais amplos, noutros ainda ampliou modelos de conjugalidade e de desempenhos de género no casamento que fragilizam a condição da mulher estrangeira nesse cenário matrimonial. A este último propósito veja-se como as agências matrimoniais a partir da década de 1970, nos EUA mas não apenas, referiam perfis de mulheres que se

enquadravam em modelos dominantes de género dos anos 50: donas de casa, maternais, fieis e dóceis, etc. (cf. Sinke 2002).

Estas e outras reflexões impõem-se no cenário dos Estados democráticos com o enquadramento das políticas de imigração, definitivamente bem mais preocupantes e úteis, acreditamos, do que a aferição da moralidade ou do interesse subjectivo e amoral de um relacionamento matrimonial entre dois cidadãos de nacionalidades distintas, ainda que a pretexto do problema da imigração ilegal.

Mas existe aparentemente uma face supostamente positiva da moeda que tem vindo a ser plasmada nos dados tornados públicos pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) sobre casamentos mistos de portugueses e portuguesas com imigrantes. Os números indicam que um em cada 12 portugueses contraíram em 2006 matrimónio com uma estrangeira ou um estrangeiro; já em 2005, 3.909 pessoas haviam casado com cidadãos de outras nacionalidades, numa notória tendência para o crescimento; entretanto, entre 2000 e 2002, os casamentos mistos já tinham duplicado, passando de 271 para 654, e entre 1998 e 2005 quase triplicaram (Cf. INE, Estatísticas Demográficas 2000 a 2006).

O casamento de cidadãos de nacionalidade portuguesa com estrangeiros tem sido encarado na maioria das vezes como com uma estratégia de aquisição da nacionalidade portuguesa, muito embora os dados disponíveis (oficiais) não permitam confirmá-lo. Acresce ainda que são escassos e pouco representativos os dados sobre taxas de divórcio após os três anos do matrimónio, tempo suficiente para a aquisição da nacionalidade portuguesa, como também os dados sobre casamentos efectivamente criminalizados pela legislação em vigor.

Num momento em que género e imigração, na última década, se tornaram tema de trabalhos científicos como *Female Migration Vision* (2005), *Women and Migration: Incorporating Gender into International Migration Theory* (2003), como também pauta de discussões políticas e públicas das principais organizações cujo objectivo é compreender o fenómeno das migrações internacionais¹⁰, torna-se importante salientar que estes se têm focado em estruturas repressivas e de vitimização, onde os principais actores são mulheres. O acesso ao

¹⁰ Como por exemplo *Gender Dimensions of International Migration* (2005) realizado pela Comissão Mundial e *Migration and Gender*, relatório elaborado pela OIM – Organização Internacional para Migração (2006).

mercado de trabalho, ao estudo e a noção de fragilidade e vulnerabilidade das mulheres, bem como a prostituição, são temas relevantes nos estudos referidos.

Em Portugal, a criação do Plano para a Integração dos Imigrantes, proferido em 2007, inclui como objectivo nas suas medidas políticas o combate a vulnerabilidade das mulheres imigrantes (medida 114)¹¹. Segundo o documento, a vulnerabilidade das mulheres imigrantes é originada por múltiplas causas sendo citadas a violência doméstica e rejeições de algumas tradições da sua comunidade de origem. A ideia da medida baseia-se no estímulo da autonomia e da autodeterminação das mulheres migrantes através da viabilização de um título de residência estável, independente dos mecanismos de reagrupamento familiar, e ainda uma protecção jurídica adequada.

No entanto, os matrimónios transnacionais não são discutidos pelas principais organizações nacionais e internacionais, sendo fundamental analisar os pontos positivos e negativos de tais uniões na própria integração do imigrante. Aliás, recentemente no *Fórum Social Mundial das Migrações*, realizado em Madrid, onde pude estar presente, este tópico não foi sequer afluído na discussão. A relação directa entre os casamentos transnacionais e conveniência deve ser verificado empiricamente, ampliando assim a noção de estratégia matrimonial para os nativos dos países de acolhimento. Da mesma forma que se problematiza as motivações e expectativas das brasileiras que se casam com nacionais portuguesas, deve-se também pensar que estratégias matrimoniais envolvem a decisão de um português casar com uma nacional brasileira. Ou ainda interrogar se a categoria nacionalidade não interfere na escolha do parceiro, tornando-se apenas a união entre dois indivíduos por decisão conjunta.

A satisfação da “necessidade” da união conjugal exige a consideração de um contexto (transnacional) de desigualdade de poder político e económico marcado pelas categorias de nacionalidade e imigração. Também relevante é pensar como a reflexão sobre o jogo da fantasia e imaginação, a manipulação das representações culturais, a construção erótica do *Outro* e o desempenho dos estereótipos, intervêm ou não na decisão da escolha matrimonial.

A construção de um terreno: enquadramento metodológico e objectivos

¹¹ ACIDI (2007). Plano para a Integração dos Imigrantes. Resolução do Conselho de Ministros nº 63-A/2007, p. 39.

As perspectivas que tratam os processos migratórios contemporâneos atribuem a eles tendências que o singularizam. Tal é o caso da globalização, um dos principais factores de transformação na vida social, na medida em que permite a intensificação de fluxos de pessoas, ideias e símbolos culturais (Appadurai 2004; Castles 2005). Nesse sentido, vários países são afectados pelos movimentos migratórios nos quais diversos tipos de imigração têm lugar ao mesmo tempo, pondo em confronto, diferentes estilos de vida e formas de representações culturais que irão interferir directamente na auto-representação do sujeito ou nas representações sociais sobre estes, formulando identificações que serão praticadas e objecto de discurso, tanto em relação aos imigrantes quanto à sociedade de acolhimento, o que Barth descreveu como “a construção social das diferenças culturais” (1969:32).

Subjacente à temática dos fluxos migratórios transnacionais, encontramos como nova tendência a sua *feminização*. Apesar das mulheres terem representado desde sempre uma larga proporção numérica de entre os imigrantes, a sua percentagem tem crescido gradualmente, ultrapassando os homens em cerca de um quarto nos países receptores (Zlotnik 1999). A ideia de que, entre as décadas de 1970 a 1990, aproximadamente metade das pessoas que se encontrava em situação de diáspora eram mulheres (48%) e de que essa percentagem se mantém ainda hoje de forma relativamente estável – sem levar em consideração a imigração ilegal – tem levado vários investigadores, entre outros, a reflectirem sobre tal temática. No entanto, é notável o facto de que os estudos tradicionais acabem por se concentrar quase sempre exclusivamente nas investigações sobre os homens migrantes, reduzindo a participação das mulheres à de agentes passivos ou mesmo invisíveis (Anthias & Lazaridis 2000:1; Andall 2003).

Contudo, a identidade de género passa a constituir-se neste caso, além de lugar analítico para analisar os discursos sobre as diferenças entre os sexos, como uma forma de percepção do *outro* marcado por outras formas de diferenciação social – nacionalidade e etnicidade, por exemplo – que interagem e se imbricam mutuamente (Heiborn 1999:8). Stolcke (1993) alerta que o interesse pelo género está, em termos gerais ausente na literatura recente sobre raça e etnicidade, prescindindo essas categorias como importantes fronteiras¹² que

¹² Anthias e Davies (1993), definem tanto a raça quanto a etnicidade em termos de estabelecimentos de fronteiras (*boundaries*), onde se constroem limites.

possibilitam pertencer a grupos específicos, envolvendo mecanismos de inclusão e exclusão.

Entrelaçando as categorias de género e nacionalidade¹³, nomeadamente feminina e brasileira, o presente projecto tem como objectivo explorar as interconexões entre categorias de diferenciação diversas como género, nacionalidade e etnicidade no contexto migratório português, para o caso particular das mulheres brasileiras. Refere-se aqui a etnicidade enquanto uma identidade construída no contexto migratório, não enquanto conceito associado a “raça”, pois parece que a etnicidade relacionada à imigração brasileira está intimamente ligada a uma ideologia da mestiçagem exotizada e sensualizada. Segundo Pontes (2004), as mulheres brasileiras não precisam necessariamente ser mestiças, pois sua brasilidade já lhes confere esta filiação. Essa identidade nacional, feminina é exigida e negociada a todo momento, seja nos relacionamentos transnacionais, na questão laboral ou na inserção no país de acolhimento.

Nesse sentido, o recorte analítico escolhido é sobretudo em torno das mulheres brasileiras imigrantes que possuem relacionamentos com membros da sociedade de acolhimento, implicando co-habitação, laços afectivos-sexuais, estratégias comuns reprodutivas e de subsistência.

Vale a pena sublinhar a pluralidade de formas de relacionamentos transnacionais, e os problemas teóricos na conceptualização dos diversos níveis de relacionamento: engates, namoros, casamentos e uniões de facto¹⁴.

A comunidade brasileira em Portugal, constitui-se actualmente, no segundo maior grupo de imigrantes, de acordo com os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) obtidos durante o período entre 2002 e 2005, incluindo apenas os imigrantes documentados. Dados

¹³ Tal como concebido por Parker (1992), o termo nacionalidade, como o género, é relacional. A sua “identidade” deriva de um sistema de diferenças que nesse caso o termo localização seria mais adequado para o contexto no qual as nacionalidades estão interagindo.

¹⁴ A união de facto não implica a existência de qualquer contrato escrito, não sendo fonte de relações familiares entre os seus membros e, consoante as perspectivas, podendo ou não estabelecer-se uma plena comunhão de vida no plano pessoal, mas nunca no plano patrimonial. A legislação portuguesa não define o conceito de plena comunhão de vida. Segundo Pereira Coelho, “trata-se de uma comunhão de vida em que os cônjuges estão reciprocamente vinculados pelos deveres de respeito, fidelidade, coabitação, cooperação e assistência (art.1672º), comunhão de vida exclusiva (al. c) do art. 1601º) e tendencial ou presuntivamente perpétua (art. 1773º).”

estimados pela casa do Brasil de Lisboa (2006), apontam para a existência de aproximadamente 40.000 imigrantes irregulares brasileiros. Um dado curioso prende-se com a tendência à *feminização* da migração brasileira. De acordo também com o SEF, o número de mulheres brasileiras imigrantes tem sido superior aos homens desde 2003. Essa tendência parece contínua uma vez que em 2005, haviam 14.662 homens e 16.884 mulheres brasileiras em Portugal.

À medida que as noções de género ganham significado, torna-se cada vez mais significativo analisar o papel da mulher brasileira na sociedade portuguesa, a sua integração, as representações e discursos culturais nesse contexto transnacional. Esta temática todavia quase se limita actualmente a algumas pesquisas qualitativas ou quantitativas, com excepções ainda pouco significativas como o estudo de Téchio (2006) relativo a uma casa de alterne em Lisboa ou, num contexto mais geral, utilizando referências de várias comunidades de migrantes femininas em Portugal, como a pesquisa realizada pelo ICS – Instituto de Ciências Sociais (2006), “*Female Migration Vision*”. Entretanto, destacam-se os trabalhos “*Imagens da Mulher Imigrante na Imprensa Portuguesa*” realizado por Santos (2004) no qual a nacionalidade brasileira aparece no topo das referências mediáticas, sendo os temas mais relevantes a prostituição e a criminalidade e o de Pontes (2004) “*Mulheres Brasileiras na Mídia Portuguesa*” que trata da essencialização e exotização da identidade nacional brasileira e a sexualização destas mulheres.

A escolha dos relacionamentos transnacionais como objecto de análise da vulnerabilidade e das estratégias de integração e conjugalidade por parte das imigrantes brasileiras vem de encontro a esta focagem nas questões de género, e torna-se tanto mais relevante quanto o facto de inexistirem estudos qualitativos sobre tal temática em Portugal, bem como pela dimensão que tal fenómeno adquire nos dados estatísticos e nos média. De facto, no período entre 2001-2003, os casamentos de imigrantes brasileiros representaram 41,2% das celebrações que envolveram estrangeiros, sendo bastante superior o número de casamentos entre mulheres brasileiras e homens portugueses.¹⁵ Vale a pena ressaltar que nos dados estatísticos se excluem as uniões de facto, que também se tornam cada vez mais visíveis entre esses grupos acima descritos.

¹⁵ Observatório da Imigração. *Os imigrantes e a população portuguesa: imagens recíprocas*, p.84, 2006.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), os casamentos entre nacionais e estrangeiros duplicaram e neste momento, depois de uma fase onde eram as portuguesas que mais casavam com estrangeiros, os dados revelam que são os portugueses a preferir esposas de outras nacionalidades, registrando-se um aumento substancial de uniões entre homens portugueses e mulheres brasileiras (de 271 em 1998 para 1.165 no ano de 2004 e 1328 em 2005)¹⁶ .

Assim, interessa no presente estudo analisar a complexidade dos processos de percepção da conjugalidade e as suas modificações na organização social, bem como avaliar os efeitos das representações sobre as mulheres brasileiras, seus impactos nos direitos cívicos, nas concepções de género, assim como na auto-representação que as imigrantes fazem de si próprias e sua mediação e inter-relacionamento com a sociedade de acolhimento.

A noção de *empowerment* consciente e as dimensões estratégicas (não entendidas com uma carga negativa), bem como os laços afectivos e sexuais poderão fornecer indicadores para analisar a condição de género como factor de exclusão e/ou vulnerabilidade no contexto da imigração; reflectir sobre os casamentos transnacionais como produtores de integração, diálogo intercultural ou ainda amplificadores de estereótipos e preconceitos; bem como verificar se os relacionamentos transnacionais são estratégias de conveniência e se existe uma contra-estratégia dos “nativos”.

¹⁶ INE, Estatísticas Demográficas, 1998 a 2006.

Metodologia

O estudo em questão foi realizado, sob orientação do coordenador desta investigação, pela investigadora Paula Togni com uma bolsa de estudo atribuída pelo ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural) e pelo CEAS (Centro de Estudos de Antropologia Social), instituições às quais aproveitamos para agradecer. O seu trabalho foi convertido numa tese de Mestrado em Antropologia no Departamento de Antropologia do ISCTE, consagrada ao assunto dos fluxos matrimoniais. A pesquisa iniciou-se em Setembro de 2007, sendo a componente de terreno realizada entre Dezembro de 2007 e Junho de 2008.

O presente estudo pretende privilegiar uma abordagem qualitativa, estruturada em três níveis de análise – observação participante, entrevistas qualitativas semi-estruturadas e em *focus group*.

Num primeiro momento, uma revisão bibliográfica e documental sobre o tema em análise permitiu objectivar um conhecimento mais rigoroso e aprofundado sobre o objecto de estudo. Nesse sentido, deu-se prioridade a contextos comparativos, uma vez que os estudos sobre relacionamentos transnacionais são visivelmente escassos em Portugal. Foram analisados os micro-dados e as estatísticas disponíveis e publicadas pelas principais instituições nacionais: O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Alto Comissariado para a Imigração e o diálogo Intercultural (ACIDI).

Em seguida ensaiou-se o mapeamento dos lugares de encontro e sociabilidade, bem como dos sites e das redes de matrimonialidade específicos entre brasileiros e portugueses, numa perspectiva exploratória, através de pesquisa cibernauta e da observação participante.

No contexto das entrevistas foram aplicados inquéritos quantitativos, incluindo a recolha, a análise e tratamento das informações estatísticas para identificar em relação aos interlocutores e seus cônjuges a faixa etária, rendimentos, escolaridade, ocupação laboral, o estado civil e o contexto do contacto e do matrimónio. No que se refere às imigrantes, tal instrumento possibilitou ainda reconhecer o percurso migratório, recolhendo dados como o tempo de permanência em Portugal, a situação legal, a origem no Brasil (contextualização geográfica), bem como se possui familiares em Portugal.

O contexto geográfico escolhido, também por razões de ordem financeira que impediram a extensividade do terreno, situou-se nas áreas onde havia maior número de imigrantes e maior concentração de casamentos entre imigrantes brasileiros e cidadãos portugueses, designadamente a Grande Lisboa e o Algarve.¹⁷ Convém mencionar que a escolha do Distrito de Faro se prendeu ainda com o acesso facilitado aos dados do Consulado Honorário de Vilamoura. Vale a pena ressaltar finalmente que os dados estatísticos existentes tanto no SEF quanto no INE não fazem referência aos imigrantes ilegais, mas estes foram na medida do possível considerados neste estudo.

Num terceiro momento analítico, foram realizadas entrevistas qualitativas semi-estruturadas com casais que mantêm relacionamentos transnacionais, através do casamento, considerando como requisito fundamental a coabitação. Essas entrevistas reúnem informações sobre a forma como os casais se conheceram, a sua aproximação, as representações sociais do interlocutor no que se refere aos lugares onde brasileiros e portugueses se conhecem, o balanço dos seus relacionamentos, a questão da mobilidade e da viagem como facilitador desses encontros (no caso dos nativos se já tiveram alguma experiência de viagem ou se já viveram fora de Portugal) e considerações sobre nacionalidade (ser brasileiro ou português), género (ser homem ou mulher) e etnicidade (cor da pele, visões do mundo e hábitos de consumo), enquanto categorias que interferem no relacionamento das pessoas tanto numa visão geral como no seu caso específico.

As atitudes face aos relacionamentos transnacionais também foram analisadas incluindo amigos e família, como também as pessoas mais distantes, objectivando perceber se esses relacionamentos promoviam uma maior integração dos imigrantes ou se eram actualizadores de estereótipos, estigma e preconceitos.

Incluem-se ainda percepções sobre as representações sociais “dos brasileiros” e “das brasileiras”, como a maneira de vestir, modos de estar e gostos na visão do interlocutor português sobre a nacionalidade brasileira, bem como sobre a sua auto-representação em termos de nacionalidade; e vice-versa, identificando as representações sociais da interlocutora

¹⁷ De acordo com o relatório estatístico do SEF de 2005, os imigrantes brasileiros legalizados situavam-se principalmente nos Distritos de Lisboa (12.955), Setúbal (2.415) e Faro (2.202).

brasileira sobre “os portugueses” e “portuguesas”, com o intuito de perceber a imagem do companheiro em relação à nacionalidade e a sua auto-representação enquanto brasileira.

Para tanto, foram realizadas num primeiro momento entrevistas com cada membro do casal, na sua grande maioria na casa dos casais. Os interlocutores foram definidos a partir de amostras da análise dos dados quantitativos e também através de interlocutores contactados através da Casa do Brasil de Lisboa, decorrente da actividade da investigadora Paula Togni na referida associação e da sua condição de cidadã brasileira.

Após a análise das entrevistas semi-estruturadas foi empregue a técnica de *focus group*¹⁸, numa discussão moderada entre casais que evidenciavam a heterogeneidade de relacionamentos transnacionais, sendo realizada entre o grupo de mulheres imigrantes. A nossa proposta foi a de através de uma “entrevista focalizada” com roteiros de questões obter respostas de um grupo de indivíduos seleccionados previamente, cujo objectivo central foi a obtenção de informações sobre a vida diária e as suas percepções do processo migratório e dos seus relacionamentos afectivos, e ainda sobre as formas pelas quais cada indivíduo é influenciado por outros em situação de grupo e como ele próprio influencia o grupo em situação de *focus group*. A finalidade principal dessa modalidade de pesquisa foi extrair das atitudes e respostas dos participantes do grupo, sentimentos, opiniões e reacções que se constituiriam num novo conhecimento (Galego, 2005). Tal técnica foi escolhida para reforçar o carácter colectivo da discussão, permitindo o uso da palavra mais livre e menos estruturada, consentindo reacções verbais e emocionais espontâneas. A identificação de possíveis mudanças de percepção e comportamentos diante do grupo a partir da opinião de outros participantes e diferentes opiniões e posicionamentos sobre a mesma temática são objectivos dessa técnica.

¹⁸ O *focus group* pode ser considerado como uma técnica qualitativa de recolha de dados com a finalidade de obter respostas de grupos de sujeitos reunidos para esse efeito. A sua aplicação tem sido recorrente referida para as áreas de marketing e publicidade e da psicologia, aplicando-se ao debate de textos, filmes, programas de radio, ou outro qualquer documento, objecto ou evento. Todavia, o seu uso no quadro de ciências sociais como a sociologia e antropologia começa entretanto a ganhar algum relevo.

Objectivos

1. Apresentar o fenómeno dos relacionamentos transnacionais entre brasileiras e portuguesas para além de uma visão estatística considerando-o como elemento da mudança da percepção da conjugalidade, bem como suas consequências na organização social;
2. Analisar a condição de género como factor de exclusão e/ou vulnerabilidade no contexto da imigração;
3. Avaliar os efeitos das representações sobre as mulheres brasileiras, nos seus direitos cívicos, na auto-representação que as imigrantes fazem de si próprias e sua mediação com a sociedade de acolhimento, entrelaçando categorias como género e nacionalidade,
4. Reflectir sobre os relacionamentos transnacionais como produtores de integração, diálogo intercultural ou amplificadores de estereótipos e preconceitos;
5. Identificar e avaliar os chamados circuitos de “engate”, as redes de sociabilidade, integração e sexualidade lícita entre brasileiras e portuguesas;
6. Analisar o contexto do encontro e do relacionamento considerando uma maior ou menor fragilidade na situação de imigração;
7. Verificar em que medida, os relacionamentos transnacionais repetem ou reactivam relações mantidas no passado (família, amigos, outros relacionamentos, etc.);
8. Perceber se os relacionamentos transnacionais são funcionais ou estruturais, e em que medida são fonte de *empowerment* para as imigrantes brasileiras;
9. Analisar nos relacionamentos transnacionais as suas dimensões estratégicas, bem como as dimensões afectivas e emotivas;
10. Verificar se os relacionamentos transnacionais são estratégias de conveniência e se existe uma contra-estratégia dos nativos;
11. Identificar as formas de relacionamentos transnacionais, na sua pluralidade, examinando os problemas teóricos para a concepção de níveis de relacionamento;
12. Propor medidas de intervenção face a preocupação com a vulnerabilidade das mulheres imigrantes em Portugal, seja através de estratégias de reagrupamento familiar, na concepção dos relacionamentos transnacionais ultrapassando a visão da “conveniência” ou que visem a diminuição dos estereótipos em relação as mulheres brasileiras, marcadamente no que se refere a prostituição e sua erotização.

2. GLOBALIZAÇÃO, FLUXOS TRANSNACIONAIS E MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

*Como é que chama o nome disso?
O nome disso é rotação
O nome disso é movimento
O nome disso é representação
The Word for what this name
The name as this é isso
O nome disso is place
El nombre of name é space
O nome disso é ideia.*
(Arnaldo Antunes, O nome disso)

2.1 APONTAMENTOS PARA UM DEBATE CONCEPTUAL

O debate sobre os conceitos e/ou problemáticas teóricas referentes a globalização não se inserem como objectivo da presente dissertação, mesmo porque tal fenómeno parece não ser um paradigma científico, uma vez que não tem um objecto de estudo claramente delimitado nem oferece um conjunto coerente e consistente de saberes, apoiando-se em “*um consenso inter subjectivo de especialistas, contrastável com referências empíricas*” (Canclini, 1999:43).

Entretanto, a visão da globalização como uma teoria de ruptura que toma os meios de comunicação social (através das novas tecnologias) e as migrações como os dois diacríticos principais e interligados, e ao mesmo tempo explora o seu efeito conjunto sobre a obra da imaginação – característica constitutiva da subjectividade moderna (Appadurai, 1996) – poderá fornecer um marcador contextual para a análise da imigração brasileira em Portugal, sobretudo no que se refere aos casamentos transnacionais. De acordo com Girona (2007), um dos poucos antropólogos que se dedica sobre essa temática, os fluxos matrimoniais transnacionais são um fenómeno que faz referência à busca e consolidação de um parceiro sentimental transnacional e está centrado numa sociedade globalizada em que o consumo e as novas tecnologias de informação e comunicação desenvolvem um papel proeminente, além da transformação dos modelos e relações de género e do próprio conceito de amor produzido nesse contexto. Esse tipo de migração, denominada pelo autor de “*migrações por amor*”, emerge a partir da década de noventa, levando os teóricos a repensarem os processos de migração em geral.

Dessa forma, o facto de nos relacionarmos efectivamente com muitas sociedades e situarmos a nossa fantasia em múltiplos cenários ao mesmo tempo (proporcionado pelo o que Appadurai denominou de *scapes*¹⁹), a construção dos imaginários e a interculturalidade, bem como a instituição de sujeitos em sociedades ampliadas será o recorte utilizado para o termo “globalização”.

A ideia é que as fronteiras permeáveis e a mobilidade contemporânea fazem sentido na medida que falam em seus estranhamentos, e que pessoas são expostas a mudanças, adoptando a ponderação de que a intensificação de fluxos de pessoas, ideias e símbolos culturais provoca uma grande transformação na vida social (Appadurai 2004). Vários países são afectados pelos movimentos migratórios nos quais diversos tipos de imigração têm lugar ao mesmo tempo, pondo em confronto, diferentes estilos de vida e formas de representações culturais que irão interferir directamente na auto-representação do sujeito ou nas representações sociais sobre estes, formulando identificações que serão praticadas e objecto de discurso, tanto em relação aos imigrantes quanto à sociedade de acolhimento.

De forma análoga, a teoria transnacional – inscrita em estudos críticos acerca da globalização (colocando ênfase nas capacidades dos sujeitos para manter os vínculos com a comunidade de origem e re-inventando suas formas culturais) –, e que surge em grande medida, como produto de uma insatisfatória teoria predominante nos estudos sobre migrações desde a década de 80 que enfatizava excessivamente os aspectos económicos dos fluxos migratórios²⁰, será conjuntamente um marcador teórico importante nos estudos sobre os fluxos migratórios

¹⁹ Appadurai propõe como forma de analisar as disjunturas entre economia, cultura e política um esquema onde o sufixo *scape* aponta para fluidez e a construção em perspectiva, inflectida pela localização histórica, linguística e política de diversos tipos de actores. Assim, temos os *ethnoscapes*: como a paisagem de pessoas que constituem o mundo em deslocamento: turistas, imigrantes, refugiados, exilados, trabalhadores convidados e outros grupos de indivíduos em movimento que parecem afectar a política das nações (e entre as nações); os *mediascapes*: a capacidade à distribuição electrónica para produzir e disseminar informação – jornais, revistas, televisão e estúdios de produção de filmes – que estão a fornecer vastos e complexos repertórios de imagens e narrativas que ajudam a construir não somente proto narrativas sobre o *Outro* como de vidas possíveis; os *technoscapes*: a transposição de fronteiras antes impenetráveis pela tecnologia, que promove uma nova configuração global; os *finanscapes*: em relação a disposição do capital global marcada por grande velocidade e forte especulação económica, e finalmente os *ideoscapes* que são conexões de imagens muitas vezes ligadas directamente à política e que com frequência tem a ver com ideologias de Estado e movimentos de contra-ideologias que são compostos de ideias, termos e imagens relativas a liberdade, prosperidade, direitos e democracia. Appadurai, Arjun, 1996 (2004: p 50-56).

²⁰ Os estudos clássicos sobre migrações “*migration theory*” (Rothenberg, 1977) consideravam a acção do migrante dirigida por uma lógica racional, inscrita em uma estratégia individualizada de interesse económico, relacionada com a oferta e a procura do mercado. Posteriormente a teoria da dependência foi o fundamento para as migrações, num enfoque menos individualista, mas de certa forma reducionista, apresentando os migrantes como actores essencialmente económicos.

transnacionais, estes que possuem direcções e cenários preponderantes (Hannerz, 2000). Linda Basch, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton Blanc (1994) definem o transnacionalismo:

“ (...) as the processes by which immigrants forge and sustain multi-stranded social relations that link together their societies of origin and settlement. We call these processes transnacionalism to emphasize that many immigrants today build social fields that cross geographic, cultural, and political borders. Immigrants who develop and maintain multiple relationships – familial, economic, social, organizational, religious and political – that span borders we call “transmigrants” (Basch, Glick Schiller e Blanc, 1994: 7).

O centramento nos aspectos culturais – na maneira como os migrantes se relacionavam com a sociedade de acolhimento e mantinham relações políticas e sociais com o seu lugar de origem, deram início ao que se passou a denominar como comunidades transnacionais (Yerko, 2005)²¹, sendo o ponto de partida para a ampla e diversa bibliografia actual sobre a “teoria transnacional”²².

Há um consenso entre a maioria dos teóricos transnacionais (Nina Glick Schiller, 1992; Portes 1997; Smith, 2002; Levitt, 2002), de que as comunidades transnacionais são um dos resultados do fluxo migratório desenvolvido no século XX e XXI, sendo as políticas migratórias – que definem os termos de estadia e residência legal dos imigrantes, assim como sua mobilidade através de fronteiras – decisivas para a definição e a actual e configuração desse conceito.

Velasco (1998)²³ observa três níveis de transformação na construção de comunidades transnacionais: os câmbios nas relações estruturais da “comunidade – território” local com sistemas sociais mais amplos; os sistemas de prática da própria comunidade associadas a sistemas de prestígio, solidariedade e coesão nos espaços originários e nos lugares de destino;

²¹ O conceito de comunidade implícito ao transnacional exprime o carácter politicamente imaginado de sua construção, excluindo o ideal de harmonia, igualdade, ou solidariedade mecânica, ao mesmo tempo que incorpora as dimensões conflituosas e negociações na criação e reprodução de uma política comunitária e na auto-definição de seus membros. Yerko, Castro Neira, 2005. Teoria Transnacional: revisitando la comunidade de los antropólogos. *México, Política y Cultura, primavera 2005, núm. 23, pp. 181-194.*

²² A escolha do título e do conceito “fluxos transnacionais matrimoniais” é utilizada para referenciar e dar ênfase à mobilidade e não propriamente à nacionalidade. Assim, poderíamos qualificar como casamentos transnacionais aqueles realizados entre pessoas de uma mesma origem étnica-cultural como por exemplo os casamentos realizados entre homens paquistaneses migrantes na Inglaterra que possuem nacionalidade inglesa com mulheres oriundas do Paquistão, ou até mesmo entre cidadãos brasileiros que se encontram no contexto migratório transnacional. Dessa forma, o recorte de análise escolhido - casamentos entre cidadãos brasileiros e portugueses - não esgota o fenómeno na sua complexidade.

²³ Velasco (1998).

e os novos sentidos que a consciência comunitária se expressa em projectos culturais que constituem o território local e nacional. Estas configurações por outra parte implicam que aqueles que vivem dentro de campos sociais transnacionais estão expostos a um conjunto de expectativas sociais, valores culturais e padrões de interacção humana que são compartilhados em mais de um sistema social, económico e político.

Entretanto, é necessário ponderar o alcance do fenómeno transnacional. Nem todos os imigrantes são transnacionais (pois há aqueles que a partir da situação migratória não estabelecem vínculos políticos, sociais e económicos com o local de origem), como também uma pessoa pode nunca ter imigrado, mas no entanto ser influenciada pelos discursos mediáticos, os intercâmbios simbólicos, os padrões de consumo e a circulação de bens culturais (Levitt, 2001)²⁴.

O significado do território na definição dos processos de estruturação das comunidades transnacionais passa a ser discutido, reconhecendo na migração a perda da importância do território na sua dimensão material e por outro lado, a relevância na produção de símbolos e de significados partilhados em categorias básicas como género, etnicidade e classe. Isto indubitavelmente tem consequências políticas seja para as relações de género ou para as interacções sociais, tornando múltiplas as dimensões do fenómeno transnacional.

O termo transnacional centrado nas migrações também aparece em abordagens feministas, como nos trabalhos de Anthias (2002, 2003) e Phizacklea (2003). Através do conceito de “*translocational positionality*” – estruturação através da interacção em diferentes locais relativos ao género, etnia e classe entre outros e os seus efeitos, – o foco dá-se na localização e no posicionamento, na ideia de evitar suposições sobre processos subjectivos e formas culturalistas de determinismo.

O reconhecimento de que a identificação é uma promulgação que não implica fixidez ou permanência, e está ligada intrinsecamente às dimensões espaciais e contextuais, onde a auto-representação (narrativas de pertença e suas renúncias) podem ser encarados como formas de acção social, constrói a ideia do sujeito posicionado. Anthias argumenta: “*The “translocational” acts to fissure the certainties of fixed singular locations by constructing*

²⁴ Peggy Levitt, 2001. “*Transnational Migration: Taking Stock and Future Directions*”, *Global Networks*, vol. 1, núm. 3, Nueva York, pp. 195-216.

potentially contradictory positionalities. The individuals that are placed in each category may occupy a different position in the other categories". (2002:5)

O fenómeno transnacional no olhar da teoria feminista tem sido situado no contexto das hierarquias nas relações sociais e de outras formas de exclusão enfrentada pelos grupos étnicos minoritários, ressaltando a situação das mulheres no seu interior. Tal hierarquia tem sido vista não apenas como uma relação de patriarcado dentro de culturas étnicas, mas sim analisada dentro da própria categoria “mulher”, onde outras categorias que geram hierarquias são incorporadas como a nacionalidade, o facto de ser imigrante ou de um país pobre. Anthias (2002:14) identifica o crescimento da participação das mulheres no Ocidente na esfera pública do trabalho como consequência da exploração de mulheres migrantes.

O contexto transnacional também serve para incutir outras hierarquias entre as mulheres, como por exemplo em relação a sexualidade, afectividade e conjugalidade, bem como autonomia feminina e seus níveis de emancipação. Tais processos decorrentes de novas formas de migração feminina podem ser um exemplo útil da intersecção de outras categorias nas divisões sociais, no domínio cada vez mais transnacional, produzindo novas formas de opressão e de desvantagem para e entre as mulheres.

A feminização das migrações como “nova” tendência, apesar das mulheres terem representado desde sempre uma larga proporção numérica entre os imigrantes, a sua percentagem tem crescido gradualmente, ultrapassando os homens em cerca de um quarto dos países receptores (Zlotnik, 1999). A ideia de que entre as décadas de 1970 a 1990, aproximadamente metade das pessoas que se encontravam em situação de diáspora eram mulheres (48%) e de que essa percentagem se mantém ainda hoje de forma relativamente estável – sem levar em consideração a imigração ilegal – tem levado vários investigadores, entre outros, a reflectirem sobre tal temática.

De acordo com Boyd (2003) existem três fases distintas no percurso migratório onde as relações entre os géneros, papéis e hierarquias irão influenciar o processo de migração, produzindo resultados diferenciais para as mulheres: a fase pré-migração, a transição entre estados limite e as experiências na sociedade de acolhimento.

Na fase pré-migração existem muitos factores que moldam a decisão de quem migra, incluindo macro factores, como por exemplo o estado da economia nacional, mas principalmente o individual, como as relações entre os géneros e hierarquias; os estatutos e funções; e as características estruturais do país de origem. Dessa forma, a probabilidade de migração dessas mulheres deve considerar os contextos individuais – idade, etnia, origens (urbanas ou rurais), estado civil, status reprodutivo, formação, competências profissionais e posição de classe –, como os contextos sociais que incluem os valores culturais que determinam se essas mulheres podem ou não migrar, como também a forma de fazê-lo: sozinha ou através do reagrupamento familiar e a disponibilidade de recursos financeiros.

As leis e regulamentos de imigração do país de destino também influenciam a migração de mulheres e homens através da colocação de um estatuto de dependente nas mulheres e independentes nos homens, sendo as mulheres classificadas frequentemente pela sua relação com o homem (esposa, filha). A concessão do direito ao exercício de actividade profissional ou a negação deste, podem gerar para as mulheres que não possuem autorização de trabalho, situações de maior dependência económica e vulnerabilidade laboral²⁵. Não obstante, os tradicionais papéis sexuais e imagens estereotipadas em relação ao lugar da mulher na sociedade podem influenciar o tipo de trabalho para o qual a mulher migrante é recrutada. Mulheres admitidas como trabalhadores são geralmente concentradas em ocupações "femininas" como o serviço doméstico ou enfermagem e prostituição.

Seguindo ainda a direcção proposta por Boyd (2003), no estágio da Pós-migração homens e mulheres podem ser tratadas e ter experiências diferenciadas devido ao impacto da sua capacidade de integrar (facilidade ou não de construir rede de relações) e resolver; a sua incorporação no mercado de trabalho e o embate da migração sobre os estatutos de mulheres e homens.

A literatura sobre migração feminina tem-se concentrado geralmente na situação das mulheres migrantes no seio das suas famílias. No caso do objecto de estudo escolhido, a preocupação será analisar a situação dessas mulheres migrantes nas suas famílias que, na

²⁵A lei de imigração e o plano nacional de imigrantes de Portugal serão analisados posteriormente no Capítulo II.

maioria das vezes, é constituída através da matrimonialidade com um cidadão da sociedade de acolhimento – os casamentos transnacionais.²⁶

Para algumas mulheres, a migração pode significar um aumento da mobilidade social, a independência económica, e relativa autonomia. Isto é especialmente verdadeiro se a mobilidade das mulheres é acompanhada pelo aumento da sua participação no mercado de trabalho. Novas responsabilidades económica e social pode mudar a distribuição do poder no seio da família, levando a uma maior autoridade/autonomia e participação no processo decisório doméstico e controle sobre os recursos da família.

No entanto, a participação na força de trabalho não significa automaticamente o incremento da igualdade entre os géneros. Para algumas mulheres migrantes, a sua participação como mão-de-obra pode aumentar os encargos que devem exercer, a menos que encontrem novas alternativas aos papéis velhos que desempenham, em especial os de cuidar de crianças e serem domésticas.

Finalmente, considero que a temática escolhida se encontra atravessada por uma série de unidades de análise, como se tentou demonstrar, nomeadamente as narrativas sobre a globalização e suas consequências, sendo a principal delas o aumento dos fluxos de ideias, pessoas e imagens; uma outra fonte que será norteadora desta pesquisa é a teoria transnacional sobretudo através da discussão de conceitos como comunidades transnacionais, nas quais os sujeitos reinventam as suas formas culturais; por último, atentaremos ainda na incorporação do género na análise sobre as migrações contemporâneas, associada a outras categorias como nacionalidade, classe e etnicidade.

Sucessivamente apresenta-se o quadro das migrações internacionais brasileiras contemporâneas, dando prioridade aos dados e estudos relativos a comunidade brasileira em Portugal, sobretudo a feminina.

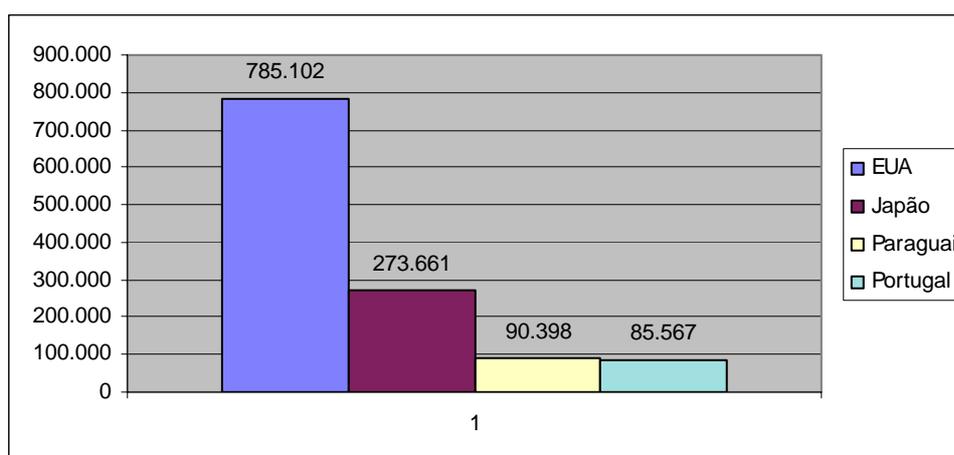
²⁶ A opção pelo termo transnacional, como a apresentação dos diversos termos utilizados para referenciar relações entre indivíduos de origem nacional distintas como casamentos mistos, *cross-cultural*, *out-marriage* e migrações por amor será abordada no Capítulo II.

2.2. A IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL: DAS DUAS VAGAS À FEMINIZAÇÃO

Os estudos sobre a emigração brasileira contemporânea tem se concentrado nos fluxos de imigrantes para os EUA e Japão, sendo objecto de diversas pesquisas (Margolis 1994; Sales 1999; Martes 2000), bem como mediatizado pela imprensa e indústria cultural brasileira (não se pode esquecer a telenovela América, exibida no Brasil e Portugal no ano de 2004). Tal fenómeno aparece a partir da década de 80, através de uma emigração em larga escala – dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil calculam cerca de 1,5 milhões de brasileiros deixaram o país a partir de meados da década de oitenta. Esse número não é elevado se comparado à população brasileira actual (aproximadamente 186 milhões), mas se trata de um fenómeno de fluxos com destinos centralizados, que tem despertado interesses de pesquisadores e dos países de acolhimento para a elaboração de políticas públicas de imigração.

Dentro do quadro geral da migração internacional, os brasileiros em Portugal representam, segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, a quarta população em termos de volume, com cerca de 85.567 imigrantes, sendo o maior “stock” de brasileiros para os EUA (785.102), seguido do Japão (273.661) e Paraguai (90.398). Vale a pena ressaltar que esses mesmos dados não são recentes, nem exactos uma vez que os imigrantes “ilegais” na maioria das vezes não são contabilizados.

GRÁFICO 1 – ESTIMATIVA DE BRASILEIROS NO EXTERIOR 2002²⁷



Fonte: Divisão de Assistência Consular, Ministério das Relações Exteriores – Brasil

²⁷ Dados retirados de “*Estimativas de Brasileiros residentes no exterior, 2002*”. Ministério das Relações Exteriores, Brasil. Os dados de 2002 foram os últimos divulgados pelo MRE, sendo portanto desactualizados. Disponível em <http://www.mre.gov.br/portugues/questoes/download/rcn2002.xls>, (acesso em 10/01/2008).

Esse movimento populacional direccionado consta de uma ampla bibliografia (Martes 1999, Sales 1999, Reis e Sales 1999, Martes e Fleischer 2004, Margolis 1994, Ribeiro 1999, Assis 1999, entre outros) sobre a imigração para os EUA, (Kawamura 1999, Sasaki 1998, Rossini 2000, Roth 2002, Tsuda 2003, Yamanaka 1996, Linger 2001, entre outros) no Japão, como também alguns estudos sobre os fluxos direccionados para o Paraguai (Sprandel 1992, Palau, 2001).

Por outro lado, novos contextos de migração se constituíram, nomeadamente, em direcção a países europeus como Portugal. Finalmente, alguns autores concordam em considerar a emigração brasileira como uma emigração de traços transnacionais consolidados por densas redes sociais “*que vão da solidariedade familiar e de amizades às redes de tráfico de pessoas, bem como por uma solidificação dos vínculos legais e institucionais que ligam os emigrantes às comunidades de destino*” (Machado, 2007).

Segundo o livro *A Imigração Brasileira em Portugal*, publicado em 2007, como uma espécie de estado da arte sobre tal temática em Portugal, actualmente os brasileiros se constituem no maior grupo formal e contabilizado de imigrantes em Portugal.

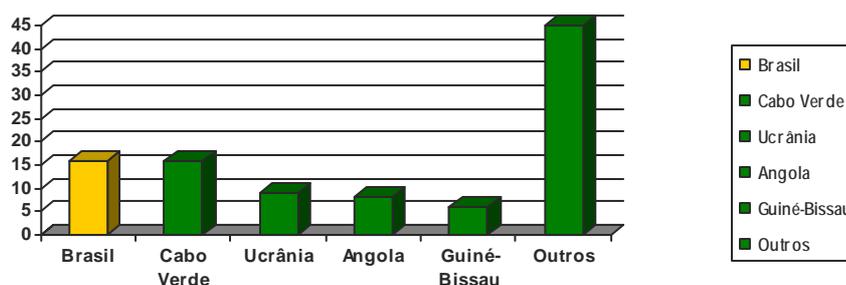
“ *Mesmo considerando os estrangeiros em situação irregular e aqueles entretanto que obtiveram a nacionalidade portuguesa, a população de origem brasileira disputa com os cabo-verdianos e eventualmente com os angolanos, o primeiro lugar dos grupos étnicos de origem não nacional instalados em Portugal* (2007:16).

Em relação aos dados oficiais portugueses sobre o número de imigrantes em Portugal segundo a nacionalidade, foram consultados dados do INE (Instituto Nacional de Estatística), SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) e ACIDI (Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural), tendo nestes pequenas diferenças relativas ao número total de imigrantes brasileiros. Foram consultados também os dados do livro *A imigração brasileira em Portugal*, mas optou-se por utilizar os dados do SEF que são os mais recentes (2006).

A população brasileira residente em Portugal constitui 15% do total de imigrantes sendo importante considerar que a categoria *outros* contabilizam o total de imigrantes e estrangeiros, ou seja, cidadãos comunitários e extra-comunitários, somando aproximadamente 42%. A imigração ilegal ou irregular não está incluída nos dados oficiais. No entanto, Malheiros

(2001) estimou o número de imigrantes ilegais em Portugal na primeira década de noventa – 25 a 40 mil – baseado nos dados das regularizações extraordinárias de 1992 e 1996. Outro dado importante é o número de imigrantes recenseados no Acordo Lula²⁸, assinado em 2003, onde cerca de 30.000 brasileiros entraram com o pedido de regularização.

GRÁFICO 2 – IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL – PRINCIPAIS NACIONALIDADES



Fonte: SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Relatório de Actividades, 2006

Contudo, mais relevante do que a dimensão efectiva da população brasileira que reside em Portugal é perceber os motivos do crescimento ocorrido nos últimos anos e ter em conta as várias geografias e tipologias em relação a esta imigração. A maneira como a imigração brasileira tem sido abordada, parece obedecer à lógica da “*migration theory*”, onde a dimensão económica da imigração se insere como uma forma de categorizar os diversos fluxos (com dimensões temporais específicas).

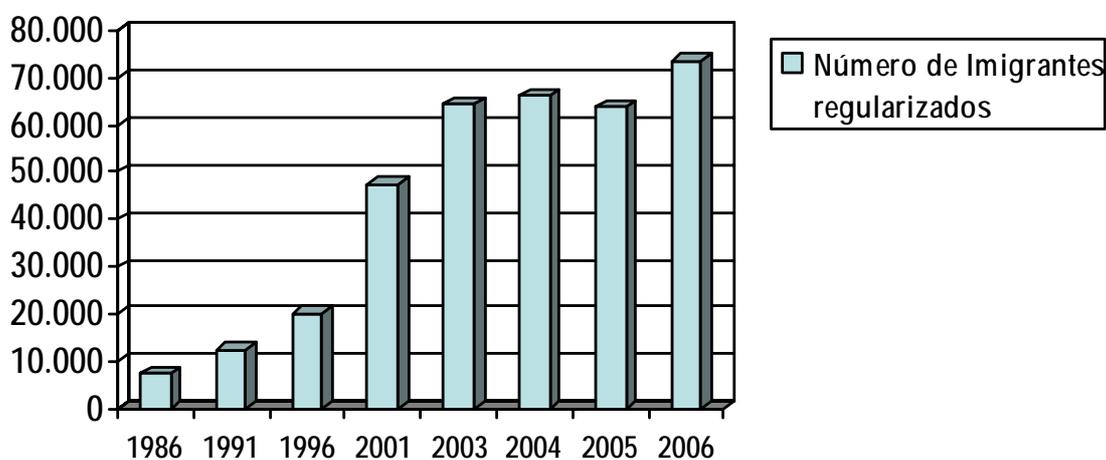
O enfoque dado até aproximadamente à década de noventa foi considerar a acção do migrante dirigida por uma lógica racional inscrita numa estratégia individualizada de interesse económico pessoal ou, posteriormente, como uma relação inerente ao capitalismo global, o que explicaria as relações de dependência dos países periféricos em relação aos chamados países centrais na formação de “exército de reserva de mão-de-obra”. No entanto, as limitações desse tipo de análise se comprovam precisamente na medida em que não explicam o facto de somente algumas nações “pobres” fornecerem contingentes para a migração e que nem todas as “ricas” recebem os mesmos fluxos.

²⁸ A ideia do acordo para além de estabelecer condições recíprocas de recrutamento e incorporação de trabalhadores, supunha regularizar os imigrantes que deram entrada em Portugal antes da assinatura do acordo, 11 de Julho de 2003.

As dimensões temporais e as justificativas para a imigração brasileira em Portugal assentam na caracterização desta imigração através das chamadas “duas vagas”²⁹ (migratórias) e referem-se a lógicas e motivações de acordo com o estatuto laboral e o *status* económico. Assim, a ideia de que a imigração do Brasil para Portugal começou como um movimento limitado que apresentava características de contracorrente migratória ao fluxo de portugueses no Brasil e de profissionais qualificados (dentistas, informáticos e de marketing) em meados dos anos 80, consequência das sucessivas crises económicas no Brasil que dificultavam a mobilidade social e limitavam a oportunidades no mercado de trabalho, foi definida como a “1ª Vaga” de imigração.

Já a “2ª Vaga”, considerada como o período em que a imigração brasileira sofreu um impulso significativo³⁰, a partir de 1999, seria composta de pessoas com níveis de instrução mais baixos e direccionadas para segmentos menos qualificados no mercado de trabalho. Encarada como migrações essencialmente laborais suscitam interesse na maior parte dos estudos sobre imigrantes brasileiros em Portugal, problematizando-se a sua inserção no mercado de trabalho e as motivações para a migração.

GRÁFICO 3 – NÚMEROS DA IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL³¹



Fonte: INE, Anuário Estatístico

²⁹ Malheiros, 2007; Bogus, 2007; Machado, 2003.

³⁰ Em 1991 o número de imigrantes brasileiros residentes legalmente em Portugal era de 12.678, passando em 2001 para 47.254 pessoas. Dados disponíveis em “*A Imigração Brasileira em Portugal*”, 2007, p-20.

³¹ Para o ano de 2004 foram usados dados do SEF – Serviços de Estrangeiros e Fronteiras. Para o ano de 2005 e 2006 foram utilizados os números do INE, População Estrangeira em Portugal, 2006.

O perfil desses imigrantes também foi analisado, de acordo com a faixa etária – 50% dos inqueridos, no estudo realizado pela Casa do Brasil de Lisboa (CBL), nesta 2ª vaga de imigração brasileira para Portugal (1998-2003) possuía de 25 a 34 anos e 27% de 15 a 24 anos – sendo de um estatuto social inferior - classe média baixa brasileira. (Malheiros, 2007).

*“...as análises sobre essa população brasileira em Portugal têm tendido a dividi-la em duas fases, ou duas vagas : uma primeira **mais rica e uma segunda mais pobre** (CBL 2004). Esta situação impõe outras novidades frente ao fenómeno da migração brasileira : a mudança gradual no perfil do imigrante ao mesmo tempo em que aumenta substancialmente o total da população brasileira em Portugal”. Machado (2008:5³²). Ênfase minha.*

É absolutamente claro que os diferentes períodos temporais e os contextos da imigração condicionam as experiências dos imigrantes na sociedade de acolhimento. Contudo, ao que tudo indica, parece que os diferentes fluxos migratórios podem acontecer simultaneamente, possibilitando um olhar transversal sobre a ideia de duas vagas de imigração brasileira assente na ideia de perfis distintos de imigrantes.

Dessa forma, surge a necessidade, quando confrontado com o cenário global, da urgência de adoção de um novo marco teórico e a consideração de novas geografias e tipologias em relação a migração. A “*transnational migration theory*” é uma resposta a esse apelo, ou seja, estabelece a aproximação da categoria analítica *transnacionalismo* ao estudo do fenómeno migratório, coloca atenção nos processos mediante os quais os migrantes forjam e sustentam redes sociais entrelaçadas que vinculam a sua sociedade de origem e de acolhimento. No caso da imigração brasileira, percebida como um tipo de migração onde as redes possuem grande importância, essa abordagem torna-se imprescindível ao incluir o conceito de rede migratória “*que pode ser definido como o vínculo interpessoal entre migrantes, migrantes precedentes e não migrantes dentro das áreas de origem e destino*” (Girona, 2007:11)

Os vínculos que formam estas redes podem ser de natureza diversa – parentesco, amizade, trabalho, etnicidade, etc. –, sendo a finalidade dessas redes não seria outra do que permitir a seus membros informações, apoios e recursos, isto é, gerir o risco mediante uma ferramenta racional e colectiva. Padilla (2007) observou o uso de redes sociais pelos brasileiros nas diferentes etapas do processo migratório: “ (...) *desde antes da saída do Brasil, no momento*

de chegada propriamente dita até a inserção laboral os imigrantes servem-se de redes sociais” (2007:p. 119).

Finalmente, o conceito de rede aplicado ao contexto das migrações constitui uma ferramenta útil que se intercala com as teorias macro que enfatizam os factores de expulsão como a pobreza; factores de atracção como a demanda de mão-de-obra e a língua comum e as teorias micro da escolha racional orientada ao interesse pessoal, podendo delimitar novas tipologias de migração – estudantes, mulheres independentes, profissionais qualificados, e entre as quais estão também as migrações afectivas e sexuais ou matrimoniais que Girona (2007) intitulou como “*migrações por amor*”. No presente trabalho optámos por designar estas últimas como *casamentos transnacionais*, procurando ultrapassar as ideias preconcebidas da teoria das “duas vagas”, na medida em que perpassam pelos dois períodos temporais, e que outras dinâmicas, não somente inerentes a formação escolar, actividade laboral e classe social dos imigrantes, se estabelecem.

O recorte temporal escolhido, ajusta-se ao que se designou por 2ª Vaga por alguns autores, mas é sobretudo aquele onde se inscreve como tendência principal a feminização da imigração brasileira em Portugal. De acordo dados do SEF, o número de mulheres brasileiras imigrantes tem sido superior aos homens desde 2003. Essa tendência parece continuar uma vez que em 2005, havia 14.662 homens e 16.884 mulheres brasileiras em Portugal. Comparando com outras nacionalidades mais representativas de imigrantes em Portugal apenas no caso do Brasil o número de mulheres imigrantes é superior ao dos homens. Tais dados reflectem mais uma vez apenas a imigração regular, como quase exclusivamente todos os estudos sobre tal temática.

Vale a pena ressaltar que há uma tendência global na feminização dos fluxos migratórios, sendo que em 2006 as mulheres representavam já 50% das pessoas migrantes no mundo (Girona, 2007:9). A incorporação das mulheres como protagonistas igualitárias em relação aos homens irá produzir-se assim dentro das investigações sobre processos migratórios em que o conceito de género irrompe como categoria analítica (Phizacklea, 1983; Morokvasic, 1984), considerando as mulheres não mais como agentes passivas nas estratégias migratórias. No entanto, a maioria dos estudos fazem referência da existência de muitas zonas marcadas por um sistema patriarcal que situa as mulheres em posições subordinadas e estabelecendo restrições a sua mobilidade.

Pesquisas desenvolvidas em outros contextos migratórios têm vindo a revelar algumas conclusões interessantes sobre o impacto do processo migratório brasileiro na redefinição do papel de género, como o estudo de DeBiaggi (1996) “*Mudança, Crise e Redefinição de Papéis: as mulheres brasileiras lá fora*” e nas reconfigurações de padrões familiares, como demonstra Fleisch (2003) em “*Famílias Brasileiras em um Novo Contexto*”.

A entrada no mercado de trabalho (das mulheres migrantes) também possui contribuições importantes, seja no mercado do sexo como analisou Maia (2001) em “*Stripping on the Margins: Brazilian Women Immigrants and the New Geography of New York City*”, bem como em outras actividades laborais estudadas por Jesus em “*Protagonistas de um Brasil Imaginário: Faxineiras Brasileiras em Boston* (Jesus, 2003) ou ainda em De Lourenço (2004) “*The Politics of Identity: Brazilian Women Workers in Massachusetts*”. Algumas alterações de padrões de comportamento, entre outras consequências da imigração brasileira, também têm sido foco de análises e discussões, como o estudo da Associação Americana de Antropologia (1996) *Brazilians Are Hot, Americans Are Cold: A Non-structuralist Approach to Brazilians Bodies and Culture in San Francisco* e McDonnell (2005) *Brazilian Immigrant Women Looking In and Looking Out: Race, Gender, Class and the Idea of Transnationalism*, entre outros.

Em relação aos estudos sobre as mulheres migrantes em Portugal, sobretudo a mulher brasileira, limitam-se actualmente a algumas pesquisas, na maioria pontuais, com excepções ainda pouco significativas como o estudo de Padilla (2007) onde são abordadas algumas histórias e projectos de imigração femininos, examinando uma tendência crescente de emigração de mulheres sozinhas, que faz parte todavia de uma estratégia de migração familiar, nem sempre liderada pelo marido ou pai.

Téchio (2006) realiza uma pesquisa relativa a uma casa de alterne em Lisboa, circunscrevendo sua análise com brasileiras trabalhadoras do sexo. Entretanto, destacam-se também os trabalhos *Imagens da Mulher Imigrante na Imprensa Portuguesa* realizado por Santos (2004) no qual a nacionalidade brasileira aparece no topo das referências mediáticas, sendo os temas mais relevantes a prostituição e a criminalidade; e o de Pontes (2004) *Mulheres Brasileiras na Mídia Portuguesa* que trata da essencialização e exotização da identidade nacional brasileira e da sexualização destas mulheres.

Num contexto mais geral, utilizando referências de várias comunidades de migrantes femininas em Portugal, tem-se para além da pesquisa realizada pelo Instituto de Ciências Sociais *Female Migration Vision* (ICS, 2006), o livro *Imigração e Etnicidade: vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*, publicado pelo S.O.S.-Racismo no ano de 2005.

A imigração económica não é a única motivação para essas mulheres. Como afirmou Padilla (2007), algumas mulheres decidem emigrar porque passaram por um mau momento na vida pessoal, como um divórcio ou separação, optando por começar uma nova vida. As “*migrações por amor*”³³, também se enquadram dentro dessa perspectiva, gerando outros tipos de fluxos com experiências migratórias distintas. Morokvasic (1984), em seus trabalhos menciona causas não económicas de migração de mulheres, sendo estas opções migratórias menos significativas para os homens.

Em relação à classe social se considerarmos a educação e o nível de formação como um indicador, encontramos mulheres com um alto nível de formação³⁴, muitas com licenciaturas incompletas ou com cursos de formação técnica (cf. Padilla 2007:118). Porém, ao mesmo tempo que a educação pode ser um indicador de capital social não é o único factor condicionante, principalmente quando se verifica no Brasil, nas últimas décadas a “democratização” e “massificação” do acesso ao ensino superior, facilitando a entrada de pessoas de classe média-baixa nas universidades, sobretudo particulares.

A inserção no mercado de trabalho, segmentado e etnicizado, faz com que embora as mulheres tenham alguma facilidade para conseguir trabalho em algumas áreas de actuação, este seja além de precário, com status pouco reconhecido. Padilla (2007) aponta para o facto dessas mulheres trabalharem em empregos maioritariamente considerados femininos: a saber, limpezas domésticas e dos hotéis, ajudantes de lar de idosos e amas, nas cozinhas, como empregadas de mesa e caixeiras. Este tipo de empregabilidade não reconhece as

³³ O que Girona (2007) determina como “*migrantes por amor*” faz referencia a busca e consolidação de uma relação afectiva transnacional que se situa por uma lado, no marco de uma nova ordem mundial centrada nas novas tecnologias de informação e comunicação e por outro, da transformação dos modelos e relações de género, bem como do próprio conceito de amor que se produz nesse contexto.

³⁴ Segundo dados do INE no Censo de 2001, as mulheres brasileiras residentes em Portugal, 31, 1% detinham o ensino secundário e 12,5% licenciatura.

qualificações das imigrantes e, mesmo que em muitos casos experimentem uma compensação monetária, nem sempre se verifica no trabalho uma função emancipadora.

Outros resultados das publicações referentes à imigração brasileira no feminino em Portugal são indicadores importantes como por exemplo o facto das mulheres na sua maioria serem de uma faixa etária compreendida entre 25 a 34 anos, sendo o seu estado civil, na maioria, solteiras ou divorciadas, imprescindível na definição do seu percurso migratório, bem como das suas experiências.

“A situação muda quando a mulher é divorciada, separada ou solteira, já que nesses casos elas emigram sozinhas, (mesmo se apoiando em redes construídas em Portugal), com o objectivo de tentar a sorte e enviar dinheiro para o Brasil. Nessas situações, o projecto é familiar, porque embora as mulheres emigrem sozinhas, mantém laços com o país de origem em diversos sentidos: fornecendo apoio financeiro à família, quando há filhos que precisam de atenção e cuidado, a família que fica tomando conta dos mesmos.” (Padilla, 2007:115)

Tais resultados suscitam algumas questões em relação às dinâmicas demográficas – taxa de natalidade das mulheres brasileiras e casamentos transnacionais – ocasionadas por essa migração, uma vez a maioria desses imigrantes tem estratégias individuais de migração, podendo ser um dado relevante na construção da hipótese de uma maior disponibilidade dessas imigrantes para possíveis relações afectivas e sexuais. Malheiros (2007:30) realça a contribuição dos brasileiros para a demografia portuguesa comparativamente com outras comunidades imigrantes. Segundo o autor, a segunda vaga de migrações brasileiras tem uma estatura demográfica mais jovem que a vaga anterior e isso teve efeitos evidentes no número de nascimentos e taxas de fecundidade. Antes de 2000, embora as taxas brutas de natalidade dos brasileiros fossem mais elevadas do que a dos portugueses, os valores eram relativamente baixos quando comparados com outras comunidades migrantes. *“Entre 2001 e 2004, o número de nascimentos de mães brasileiras aumentou quase 2,6 vezes, passando de 711 para 1099, acompanhando o crescimento no número de brasileiros estabelecidos em Portugal, o incremento dos jovens na estrutura demográfica e o maior envolvimento das mulheres brasileiras em casamentos mistos com homens portugueses” (Malheiros, 2007:30).*

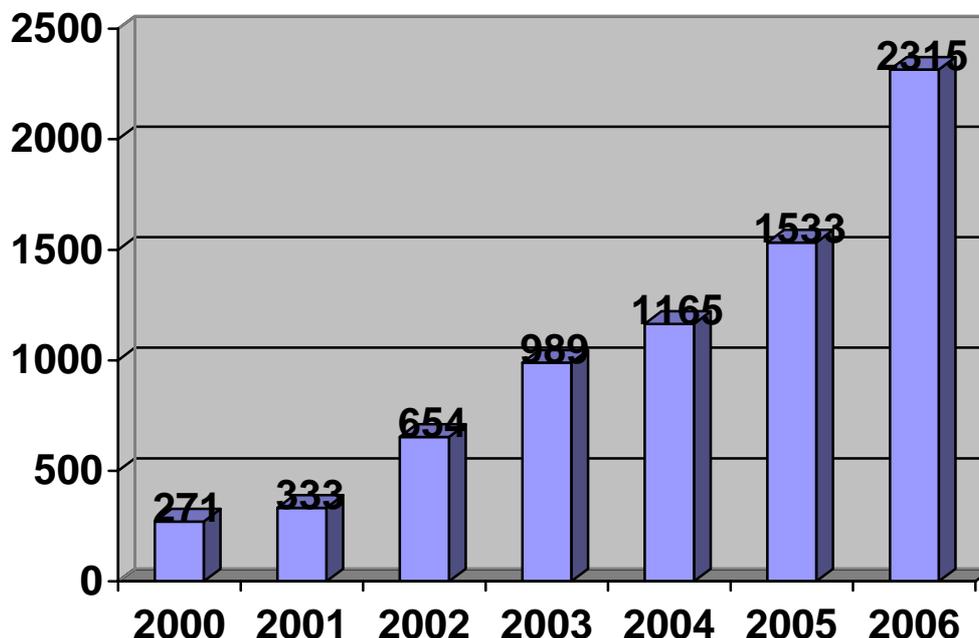
Bógus (2007), refere aos dados relativos aos casamentos de homens portugueses com mulheres brasileiras como uma evidência importante na mudança do perfil do imigrante brasileiro. O facto do número de matrimónios entre homens brasileiros e mulheres não aumentarem na mesma proporção é explicado através do facto desses homens serem pouco qualificados e com uma condição social de pouco prestígio.

A existência entre os imigrantes brasileiros de um comportamento que reproduz a estrutura social do país de origem e onde a barreira imposta pela condição social impede o relacionamento e amizade entre pessoas com diferentes níveis de instrução e de rendimentos irá reflectir segundo a autora, nos locais de reunião e convívio social, que variam conforme a condição social do grupo de imigrantes que os frequenta. Contudo, não há, também, evidências de que haja grandes diferenças entre o perfil de homens e mulheres imigrantes, cabendo investigar as causas dessa maior presença feminina nos casamentos mistos entre portuguesas e brasileiros.

A temática dos casamentos transnacionais são apontados de forma pontual por alguns autores (Padilla, 2007; Malheiros, 2007), colocando em foco o número crescente deste tipo de matrimonialidade e algumas consequências sociais que tendem a responsabilizar as mulheres brasileiras pelas mudanças nas dinâmicas familiares da sociedade portuguesa, como o aumento do número de divórcios e a diversificação de modelos familiares, aos olhos da opinião pública.

Numa análise quantitativa, os casamentos entre brasileiros e portuguesas têm aumentado de forma crescente desde 1998, não na mesma proporção quando o recorte da análise é o gênero. Há mais mulheres brasileiras a casar com homens portuguesas do que homens brasileiros a casar com mulheres portuguesas. No entanto, ao considerar o número de casamentos onde o conjugue masculino é estrangeiro, os brasileiros somam o maior grupo de imigrantes casados com mulheres portuguesas.

GRÁFICO 4 – MATRIMÓNIOS ENTRE MULHERES BRASILEIRAS E HOMENS PORTUGUESES – 2000-2006



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas Demográficas.

Recentemente, em Junho de 2008, foi publicado pelas investigadoras Madalena Ramos e Ana Cristina Ferreira o estudo “*Padrões de Casamento entre os Imigrantes em Portugal*”, onde foram analisados estatisticamente os micro-dados do INE provenientes dos casamentos realizados no ano de 2005. Vale ressaltar que tal estudo inclui não só os casamentos transnacionais, como também os casamentos endogâmicos entre os principais grupos de imigrantes em Portugal: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Brasil e Ucrânia. De acordo com a análise feita através dos dados quantitativos as autoras sugerem a existência de estratégias matrimoniais distintas entre os grupos de imigrantes no que corresponde aos fluxos de imigração mais antigos (Angola, Cabo verde e Guiné-Bissau) e mais recentes (Brasil e Ucrânia); estes últimos registam níveis de endogamia mais baixos. Outro factor importante mencionado pelo estudo é a relevância da categoria nacionalidade e a existência de “ (...) *indícios de (...) estratégias para a obtenção da nacionalidade*”. (Ferreira e Ramos, 2008:80). O termo “casamentos por conveniência” ou “casamentos brancos” – manifestamente negativizados social e legalmente – não aparece no presente estudo, apesar das autoras sublinharem a evidência estatística do aumento de casamentos entre homens portugueses e mulheres de nacionalidade brasileira e ucraniana como

podemos observar na Tabela I, abaixo apresentada. Todavia, quando as autoras procuram relacionar a obtenção da nacionalidade portuguesa com estratégias matrimoniais sobretudo em grupos migrantes de fluxos mais recentes (brasileiro e ucraniano, nomeadamente) e que poderão eventualmente ter maior dificuldade na obtenção de dupla nacionalidade (ao invés dos migrantes oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), não encontramos significativos “indícios” analíticos de que tal seja uma regularidade. Aliás, o que está eventualmente em questão, não é tanto a obtenção de nacionalidade – porque a lei exige no mínimo 3 anos de matrimónio – mas sim as autorizações de permanência e residência em Portugal. Ou seja, a regularização e criação de condições mínimas de segurança em Portugal, minimizando os riscos de expulsão ou de regresso forçado.

Consideramos que um eventual indicador estatístico que permitisse evidenciar a suposta “fragilidade” destas relações matrimoniais poderia ser o da taxa de divórcios após os 3 anos de matrimónio necessários para obtenção da nacionalidade portuguesa quando solicitada. Mas mesmo aqui estaríamos a especular uma vez que as taxas de divórcio entre portuguesas crescem a ritmo acelerado e concomitantemente as motivações que levam os casais, independentemente da sua nacionalidade, ao divórcio são de natureza muito diversa, pelo que será sempre dúbio e incerto concluir uma qualquer relação entre casamento e estratégias de legalização. Portanto, em nosso entender, nada indica seguramente que grupos migrantes como os acima referidos utilizem reiteradamente o casamento “*como uma ponte para a obtenção da nacionalidade e (...) uma forma de entrada no espaço Shengen*” (ibidem: 106), como sugerem as autoras.

Há todavia uma evidência estatística revelada por esta pesquisa que deve ser sublinhada: os casamentos de mulheres brasileiras e ucranianas com nacionais portuguesas somam respectivamente (78,3% e 61,3%) do total dos matrimónios registados quando o recorte é a nacionalidade, sendo que a endogamia feminina dentro destes grupos soma respectivamente (12,1% e 19,7%) e a endogamia masculina regista valores superiores (32,3% e 38% respectivamente). No entanto, a probabilidade daqueles casamentos transnacionais serem fraudulentos não pode, e não deve, ser aferida apenas em termos numéricos. De facto, em 2005 como exemplo mais recente, registavam-se 1328 casamentos entre brasileiras e portuguesas num total de 1697 de casamentos (endogâmicos e exogâmicos); e 84 entre ucranianas e portuguesas, num total de 137. Porém, em 2005 registaram-se 48671 casamentos em Portugal entre portuguesas e 4332 casamentos com estrangeiros, ou seja, os

casamentos entre brasileiras e ucranianas com portugueses representam aproximadamente menos de 3% e 0,2% dos casamentos em Portugal. Acrescente-se que estes valores são significativamente semelhantes aos de 2002 (por exemplo, 1,2% entre brasileiras e portuguesas) sendo que nesse período se registaram mais casamentos em Portugal e o contingente migratório era inferior. Finalmente, se a tudo isto se acrescentar a probabilidade de ilícito ou de fraude nas estratégias matrimoniais, certamente que estes números serão ainda menos expressivos ou mesmo insignificantes do ponto analítico, embora muito empolados mediaticamente e pelas autoridades responsáveis pela imigração.

Um outro argumento sustentado pelas abordagens ao fenómeno da matrimonialidade transnacional, também implicitamente presente nesta pesquisa de Ferreira e Matos (2008), refere-se ao pressuposto de que tais relacionamentos (por conveniência) são consequência de estratégias hipergâmicas dos imigrantes. Todavia, estes dados agora publicados e a pesquisa de terreno realizada revela uma tendência para uma matrimonialidade homogâmica entre brasileiras e portuguesas.

TABELA 1 – CASAMENTO SEGUNDO O PAÍS DE NATURALIDADE DOS CÔNJUGES

Fnte: Revista Estudos Demográficos, nº 43. Dados referentes ao ano de 2005.

		s de naturalidade do conjugue masculino						Portugal	Outros
País naturalidade do conjugue feminino		Angola	Brasil	Cabo Verde	Guiné Bissau	Ucrânia			
	Angola	Nº	77	12	7	3	3	39	36
		% C. Feminino	43,5%	6,8%	4,0%	1,7%	1,7%	22,0%	20,3%
		% C. Masculino	31,0%	1,9%	3,6%	2,5%	4,2%	2,6%	21,3%
	Brasil	Nº	56	206	4	2	4	1328	97
		% C. Feminino	3,3%	12,1%	0,2%	0,1%	0,2%	78,3%	5,7%
		% C. Masculino	22,6%	32,3%	2,1%	1,7%	5,6%	87,4%	57,4%
	Cabo Verde	Nº	5	1	108	4	0	58	15
		% C. Feminino	2,6%	0,5%	56,5%	2,1%	0,0%	30,4%	7,9%
		% C. Masculino	2,0%	0,2%	56,3%	3,3%	0,0%	3,8%	8,9%
	Guiné Bissau	Nº	1	0	1	83	0	11	6
		% C. Feminino	1,0%	0,0%	1,0%	81,4%	0,0%	10,8%	5,9%
		% C. Masculino	0,4%	0,0%	0,5%	68,6%	0,0%	0,7%	3,6%
	Ucrânia	Nº	9	1	1	0	27	84	15
		% C. Feminino	6,6%	0,7%	0,7%	0,0%	19,7%	61,3%	10,9%
		% C. Masculino	3,6%	0,2%	0,5%	0,0%	38,0%	5,5%	8,9%
	Portugal	Nº	50	378	60	19	23	0	0
		% C. Feminino	9,4%	71,3%	11,3%	3,6%	4,3%	0,0%	0,0%
		% C. Masculino	20,2%	59,2%	31,3%	15,7%	32,4%	0,0%	0,0%
	Outros	Nº	50	40	11	10	14	0	0
	% C. Feminino	40,0%	32,0%	8,8%	8,0%	11,2%	0,0%	0,0%	
	% C. Masculino	20,2%	6,3%	5,7%	8,3%	19,7%	0,0%	0,0%	

Na análise dos micro-dados que Ferreira e Ramos (2008) realizaram parece haver mais uma vez uma concepção da endogamia étnica/cultural como sendo, por um lado, algo “natural” (dir-se-ia antes *naturalizado*) e, por outro, como um indicador de integração na sociedade de acolhimento, excluindo paradoxalmente a exogamia étnica/cultural como uma possibilidade de integração dos imigrantes:

“ Ao contrário do que diz o ditado popular, no que às relações sociais diz respeito, os opostos não se atraem (ou pelo menos esta não será a regra). Com efeito basta olharmos à nossa volta para constatar que, em muitas das relações sociais que ocorrem, o princípio vigente é o de que os indivíduos tendem a relacionar-se com parceiros que partilham características semelhantes às suas. Assim sendo, também nas uniões matrimoniais estabelecidas é de se esperar que prevaleça esse mesmo princípio, isto é, que sejam mais prováveis as uniões homogâmicas” (ibidem: 81)

A questão que se coloca aqui é de saber se a “*partilha de características semelhantes*” nas uniões matrimoniais (e não só) se pode medir a partir da categoria nacionalidade (cf. Johnson e Warren (1994). Obviamente, a construção da identidade nacional é sobejamente mais relevante para os Estados e para a constituição das retóricas e narrativas nacionais, e portanto afectando a agencialidade dos sujeitos (nacionais e migrantes), mas não deve ser variável decisiva na definição da partilha de características de identificação; muito menos, acreditamos, na escolha ou estratégia de união conjugal. Adiante, procuraremos discutir esta questão mais detalhadamente.

Entretanto, outros dados disponibilizados nesse estudo como o perfil etário, sócio-profissional e educacional dos cônjuges permitem também uma análise conjunta dos dados colectados posteriormente no terreno. No que se refere a idade média dos cônjuges podemos notar que a idade média do conjugue masculino português situa-se entre os 35,95 anos enquanto que a das mulheres brasileiras somam 30,61 anos. Assim, a ideia (geralmente associada a preconceito) de uma excessiva diferença etária nos casamentos transnacionais entre brasileiras e portuguesas não se verifica e distorce claramente a realidade. Outro dado relevante é a homogamia educacional entre estes casais transnacionais: 49,4% das mulheres brasileiras possuem habilitações iguais ao dos seus cônjuges e 36,7% possuem habilitações superiores a dos seus cônjuges. Profissionalmente, a homogamia também se regista. As mulheres brasileiras estão claramente inseridas na prestação de serviços e comércio 45,1%, segundo Ferreira e Ramos (2008) e os homens portugueses predominantemente nas áreas de serviços e no operariado.

Outro dado importante prende-se com o facto de que 59,3% das mulheres brasileiras já viviam em co-habitação com o conjugue antes do casamento, o que pode ser considerado como indício da veracidade das uniões matrimoniais em questão e da vontade de regularizar e securizar a sua estadia em Portugal.

Apesar da dimensão que este fenómeno da matrimonialidade transnacional tem vindo a adquirir nos dados estatísticos e nos *média* (ver adiante em 2.3), inexistem estudos qualitativos sobre tal temática em Portugal. A bibliografia existente sobre o tema em outros contextos caracteriza-se também pela escassez e pela heterogeneidade. Assim, de acordo com Girona (2007:18), podemos encontrar referências indirectas a este fenómeno no quadro da vasta literatura existente sobre turismo sexual. No caso da produção brasileira, Pistelli (2004) em “*Entre a praia de Iracema e a União Europeia: turismo sexual internacional e migração feminina*”; “*Paisagens sexuais, imagens do Brasil no marco do turismo sexual internacional*” (2005); e “*Corporalidades em confronto? brasileiras na indústria do sexo na Espanha*” (2007) tem trabalhado com o turismo sexual, bem como com estratégias matrimoniais e migratórias de brasileiras para a Europa. Esta produção mostra entre outras coisas que em muitos contextos a linha que separa uma relação que em termos dos países europeus seria conceptualizada como prostituição ou conveniência, poderia se categorizar numa outra acepção como amorosa e sentimental. Assim, mesmo nas relações cujos os contactos iniciais se deram no quadro da indústria do sexo, não é fácil aferir da veracidade ou não das declarações e dos sentimentos dos parceiros; tanto mais que muitas dessas mulheres imigram para a Europa com o objectivo de se casarem com os seus parceiros previamente conhecidos no mercado do sexo (cf. Pistelli, 2004), e de algum modo se inserem no quadro das chamadas “migrações por amor” (Girona, 2007). Registe-se todavia que as mulheres entrevistadas ao longo da pesquisa não tinham tido qualquer relação com a indústria do sexo.

O desafio desta pesquisa está em compreender os fluxos matrimoniais transnacionais vindos do Brasil para Portugal para além dos dados quantitativos, incluindo casamentos realizados posteriormente a uma estratégia individual de migração da mulher (consequência da migração), como também as uniões celebradas com mulheres cuja a motivação para a migração foi a relação afectiva (causa da migração); e aqui serão considerados, à partida, mulheres brasileiras que possuem relacionamentos com membros da sociedade de acolhimento, implicando coabitação, laços afectivos e sexuais, estratégias comuns reprodutivas e de subsistência, compreendidos entre o período recente de 2000 a 2007.

2.3- MÍDIA E IMAGINÁRIO: RECONSTRUINDO A IDENTIDADE FEMININA BRASILEIRA

A percepção do *outro* marcado por outras formas de diferenciação social – nacionalidade, etnicidade e classe, por exemplo – que interagem e se imbricam mutuamente (Heiborn 1999:8) serão decisivas na construção da identidade no contexto migratório. No caso da imigração brasileira, esta percepção parece estar intimamente ligada a uma ideologia da mestiçagem exotizada e sensualizada. Essa identidade nacional feminina é que vai ser exigida e negociada a todo momento e parece ser a categoria mais eficaz de reconhecimento e integração/exclusão, seja nos matrimónios transnacionais, seja na questão laboral, nas relações sociais, etc.

Nessa secção serão particularmente úteis os contributos de Appadurai sobre os *media* através da sua definição de “*mediascapes*” – *whether produced by private or state interests (...) help to constitute narratives of the ‘other’ and proto-narratives of possible lives*” (Appadurai, 1990:299). Mas também a ideia de *tradução* de Bhaba no que se refere a (...) *formações identitárias que atravessam fronteiras e incluem pessoas dispersadas da sua terra natal. Estas negociariam com as novas culturas que encontram, sem serem assimiladas. Mas nunca se unificarão no velho sentido – são culturas híbridas, vividas por pessoas irrevogavelmente traduzidas*”, nas palavras de Vale de Almeida (1998:189). As exposições sobre a identidade brasileira feminina construídas pelos *mídia* além de serem incorporadas ou passíveis de reacção pelas agentes, traz implicações políticas importantes e constroem meta-narrativas pela sociedade de acolhimento.

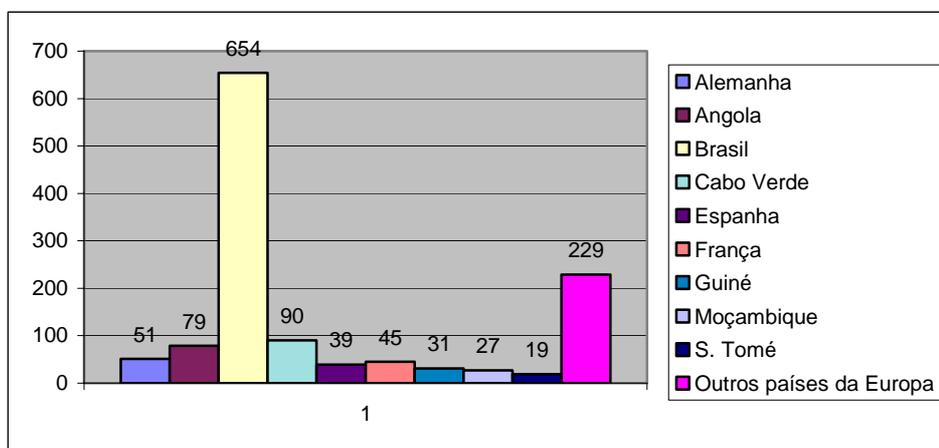
O papel dos *media* na reconfiguração dos imaginários sobre as mulheres brasileiras imigrantes em Portugal parece resultar de uma dicotomia entre a criação de uma comunidade imaginada³⁵ em torno de símbolos comuns como a língua, os mitos nacionais fundadores e a partilha de tradições, bem como da sua contextualização local actual, e nesse caso tendo como marcador fundamental a mobilidade, o que tem suscitado interesse de investigadores quer na antropologia quer também nas ciências da comunicação (Ferin, 2006).

³⁵ Anderson (1983), em sua obra *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo* considera que a convergência do capitalismo e da tecnologia da imprensa foram decisivos para a criação das nações modernas. Parece-me adequada que a noção de comunidade imaginada também sirva para indicar as representações que são feitas do Brasil pelos *mídia* brasileiros e em Portugal, produzindo em escala transnacional importantes referenciais de actualização do conceito de nação e de identidade nacional.

A inclusão de tal recorte no presente trabalho fez-se necessária uma vez que a repercussão dessas representações na vivência da cidadania pelas imigrantes tem sido observada, à medida que são estabelecidas formas de categorizar essas mulheres e o total de atributos considerados como comuns e naturais, assentado em ideias generalizadas que evocam uma coesão identitária e nacional; na mesma linha, Baumann considerou como “*identidades étnicas, culturas e comunidades que se cristalizam em um discurso hegemónico sobre todos e cada uma das minorias étnicas*” (1996:22). Dessa forma, as representações sobre a nacionalidade mescladas com o género interferem de forma directa na realidade das mulheres brasileiras no contexto migratório, não excluindo de facto as mulheres que mantêm relações afectivas e sexuais com cidadãos portugueses, objecto de análise deste estudo.

Não obstante, a discussão sobre a matrimonialidade entre imigrantes e nacionais emerge através da repercussão nos *media* em 2003 da divulgação dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (INE), com a informação sobre o aumento de casamentos entre imigrantes e portugueses associados à nacionalidade brasileira e ao género feminino.

GRÁFICO 5 – PRINCIPAIS NACIONALIDADES DO CONJUGUE FEMININO – 2002

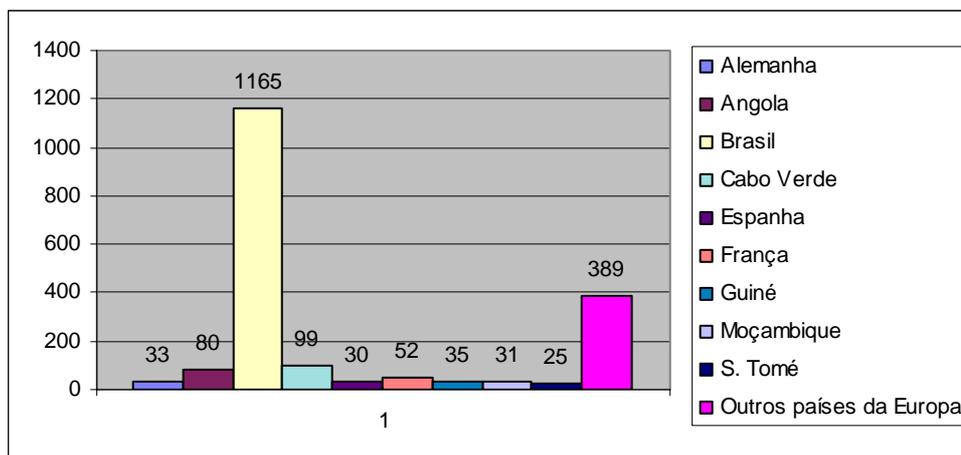


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2003.

Dos casamentos transnacionais realizados em Portugal 654 tinham como conjugue mulheres brasileiras. Em relação à categoria *Outros países da Europa* (229), vale a pena ressaltar que estão incluídos os matrimónios celebrados com mulheres oriundas da Rússia, Ucrânia, Moldávia e Roménia, países que representam diferentes comunidades imigrantes em Portugal. Em 2004, os casamentos entre mulheres brasileiras e homens portugueses continuam a

aumentar (1165), como também os matrimónios com mulheres membros de *Outros países da Europa* (389).

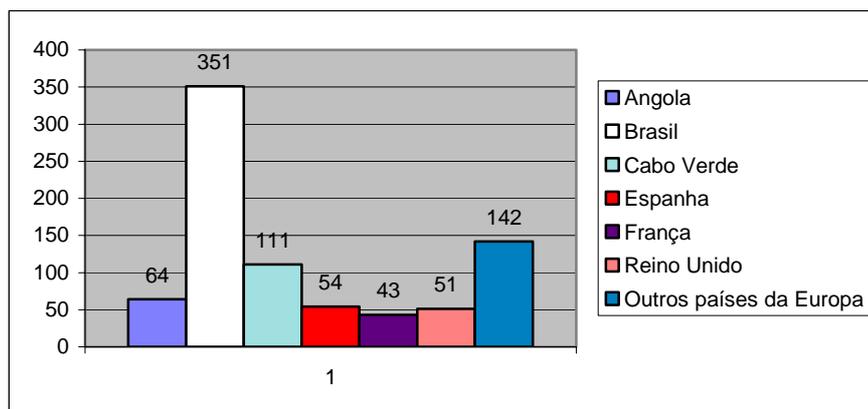
GRÁFICO 6 – PRINCIPAIS NACIONALIDADES DO CONJUGUE FEMININO – 2004



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2005

Em relação a escolha do conjugue estrangeiro pelas mulheres portuguesas, os brasileiros não são mencionados nos dados de 2002, mas em 2004 representam 351 dos matrimónios realizados; em 2005 foram (453) uniões e em 2006 (602), segundo dados do INE. Destaca-se que o número de casamentos transnacionais de mulheres portuguesas é bastante inferior a média dos homens portugueses, entretanto as nacionalidades mais relevantes em 2004 eram a brasileira (351), outros países da Europa (142), nacionais de Cabo Verde (111), Angola (64), Espanha (54), Reino Unido (51) e França (43). Já em 2005, os matrimónios entre mulheres portuguesas e estrangeiros, os brasileiros se constituem como os principais cônjuges (em 71,3%) dos matrimónios realizados, somando (378) casamentos. Assim, apesar do número de casamentos entre mulheres brasileiras e homens portugueses ser substancialmente superior aos de mulheres portuguesas e homens brasileiros, estes se constituem como o maior índice de casamentos transnacionais realizados quando o conjugue masculino é estrangeiro. Entretanto a ideia de um “epidemia” de casamentos transnacionais é veiculada na maioria das vezes a um fenómeno específico de matrimónios entre homens portugueses e mulheres brasileiras.

GRÁFICO 7 – PRINCIPAIS NACIONALIDADES DO CONJUGUE MASCULINO – 2004



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2005.

Já em 2008, o fenómeno permanece e é de novo mediatizado, mais uma vez condicionado pelo resultado dos dados estatísticos do INE, e intervém de maneira significativa na própria realização do presente trabalho através de pressões exercidas pelos média (brasileiros e portugueses) em relação aos dados resultantes desta pesquisa, receptivos a um discurso de vitimização das mulheres casadas com portugueses – submissão e maus-tratos – ou por outro lado, extremo, de estratégias conscientes de conveniência dessas mulheres, desconsiderando a possibilidade da manutenção efectiva de laços afectivos entre os cônjuges.

Em relação ao trabalho de campo, a forma da veiculação das notícias e dos dados estatísticos teve como consequência uma retracção das interlocutoras entrevistadas, nomeadamente pela restrição da visualização de fotos e dos recados nas comunidades do Orkut,³⁶ e pela redução da participação das interlocutoras em entrevistas em regime de *focus group*; esta situação de retracção era particularmente notória sobretudo no que se refere aos primeiros contactos a serem estabelecidos.

O papel dos *média* no processo de construção da realidade em Portugal, sobretudo em relação às mulheres brasileiras, foram analisados por Ferin (2003, 2004, 2006, 2008)³⁷, e no caso das

³⁶O Orkut www.orkut.com é como comunidade *on-line* que conecta pessoas através de redes. Nele é possível a criação de páginas pessoais que são constituídas por perfis (social, profissional e pessoal) preenchidos pelo próprio usuário que define “quem sou”. É possível também a postagem de fotos, vídeos e receber recados de outros membros do site. Para além disso há ainda um espaço chamado “minhas comunidades” composto pela adição ou afiliação a comunidades que são constituídas pelos próprios participantes do Orkut em redes e fluxos que se entrecruzam através de um temática comum.

³⁷ A “contaminação” entre a imagem mediatizada da mulher brasileira e a percepção da mulher brasileira no quotidiano tem sido trabalhada por Ferin (2004), na tentativa de perceber em que medida imagens exibidas da

telenovelas brasileiras e jornais televisivos por Pontes (2004) e por Santos (2005) que concentrou a sua análise em jornais impressos portugueses. Surge uma ideia consensual entre as autoras de que as narrativas e imagens produzidas interferem na aceitação e integração das mulheres brasileiras que imigram para Portugal, criando o que Ferin denomina de *imagens-síntese* (2004:24).

Dessa forma, são produzidas dentro do cenário da sociedade portuguesa conexões entre género e nacionalidade, sendo definidas posições estruturais de uma dada “brasilidade”, relacionadas com o mercado matrimonial, a sexualidade e o exotismo, criando representações que feminizam o Brasil, ao mesmo tempo que sexualizam o género feminino (Pontes, 2004).

A construção de um estereótipo assente na imagem de uma mulher exótica, com um *locus* erótico e com um estatuto jurídico de marginalidade é a realidade potenciada pela imprensa. Contudo, de acordo com Pontes, embora a criação de uma etnicidade brasileira no contexto migratório esteja associada a uma ideologia da mestiçagem (sensualizada e exotizada), as mulheres não precisam necessariamente de ser mestiças, pois o facto de serem “apenas” brasileiras lhes confere filiação a tal “brasilidade”; e esta vai ser exigida e negociada em diversos contextos.

As distorções da imagem da imigração feminina em Portugal no que à responsabilidade dos media concerne são causados, de acordo com Santos (2005) pelos impactos de acontecimentos singulares, na qual a nacionalidade mais mediatizada é a brasileira, sendo os temas mais recorrentes a prostituição, a clandestinidade e crimes, sustentado em notícias cuja as narrativas são em sua maioria policiais. Dessa forma, através do processo de generalização encontra-se o retrato mais frequentemente veiculado.³⁸ Por outro lado, essas imagens tem se constituído frequentemente como modelos femininos de emancipação, criando espaços de materialização para enredos visualizados na

mulher brasileira em revistas femininas, na publicidade, nos shows de música e nas telenovelas (o produto mais bem sucedido da indústria cultural brasileira), onde modelos de família, sexualidade e sociabilidade são apreendidos podem vir a condicionar o «olhar colectivo» sobre as mulheres imigrantes brasileiras em Portugal.

³⁸ Santos analisa a forma como as multidões reagem a distúrbios e motins bem como boatos, sem mesmo ter conhecimento sobre a situação. Este exame é desenvolvido através dos conceitos de focalização e transavaliação. Tambiah usa para descrever de que forma eventos localizados podem cumulativamente virar violência generalizada e processos de nacionalização. (1997:257).

ficção, contraditórios face à realidade dessas mulheres no contexto migratório³⁹. Vale a pena ressaltar que a suposta invisibilidade das mulheres brasileiras imigrantes tem sido questionada uma vez que se tornam cada mais reconhecíveis, seja no mercado de trabalho (concentrando-se em actividades de prestação de serviços – restauração, lojas, serviços domésticos), seja nos dados estatísticos e nas redes de sociabilidade em geral.

Categorias como classe e estatuto sócio-jurídico também são elaboradas, uma vez que o processo de sexualização dessas mulheres está intimamente associado com o facto de serem imigrantes – o outro exótico é também periférico e de uma classe económica subalterna: “*Temos então a mulher brasileira adulta, que se encontra ilegalmente em Portugal e que leva a cabo uma actividade profissional não qualificada*” (Santos, 2005, p-60). Estes processos, segundo Pontes (2004:4), têm como fundamento as relações desiguais entre os dois países, as quais se caracterizam por serem relações de “centro-periferia” (ainda que este modelo seja hoje bastante discutível) e expressam-se no campo simbólico em que os diferenciais de desenvolvimento e de rendimentos são sensualizados.

Dessa forma, estabelecem-se na diferença, criada através dos *média*, hierarquias entre nacionais e imigrantes, homens e mulheres que condicionam o olhar não apenas da sociedade de acolhimento em geral, como o das instituições vinculadas à regulamentação da imigração em Portugal. Assim trata-se no fundo de uma institucionalização da diferença feita pelo Estado, pela burocracia e legislação e até mesmo por organismos de apoio e protecção ao imigrante. A visão da integração do imigrante na sociedade de acolhimento torna-se numa espécie de elogio da diferença cultural (entenda-se, diferença cultural essencializada) e não de um diálogo intercultural.

Em 2003, pela primeira vez a matrimonialidade entre imigrantes e cidadãos portugueses foi discutida em Portugal, posteriormente à disponibilização dos dados estatísticos referentes ao ano de 2002 pelo INE. Numa notícia publicada no site do ACIDI podíamos ler:

“Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) revelam que, apesar do Brasil já se manter na dianteira, nos últimos cinco anos, mais do que quadruplicou o número de casamentos entre portugueses e brasileiras, passando de 230 em 1998 para 1029 em 2002”. www.acidi.gov.pt, tema notícias, no dia 28/10/2003.

³⁹ Segundo Ferin (2004:8), este stock de imagens e representações incorporadas no olhar dos portugueses, advindas da visualização de trinta anos de telenovelas brasileiras dialogam com a realidade cada vez mais visível dessas mulheres em Portugal.

A suspeição da veracidade das intenções dos casamentos celebrados é a base da argumentação relacionando-os de maneira directa com um estatuto jurídico de marginalidade das imigrantes. Segundo tal publicação o casamento torna-se uma forma “segura” de adquirir a regularização em Portugal.

“O mesmo jornal [Público] refere que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) está a investigar os casamentos fictícios entre portuguesas e estrangeiros, já que dispararam os pedidos de autorização de residência por via do artigo 87 da lei portuguesa, que inclui, entre outras, as vertentes matrimonial e união de facto”. (publicada no site www.acidi.gov.pt, tema notícias, no dia 28/10/2003)

Há uma associação linear entre o acréscimo do número de casamentos celebrados e o aumento dos pedidos de Autorização de Residência, que na altura estavam ao abrigo do art. 87 da Lei de Imigração sendo as mudanças nos padrões de conjugalidade percebidas na generalidade como “casamentos de conveniência”. A criação de padrões de normalidade na construção de laços afectivos, os quais excluem a categoria imigrante, demonstra que tal fenómeno é visto *naturalmente* com um carácter de desconfiança, desconsiderando a possibilidade por exemplo de uma maior integração, segurança e equilíbrio das mulheres brasileiras em Portugal através matrimonialidade com cidadãos portugueses. Algumas questões se colocam: Pessoas da mesma nacionalidade não se casam por conveniência? E os casamentos transnacionais são todos por conveniência? O que é afinal um casamento de conveniência?

A possibilidade de redução dos matrimónios transnacionais é vinculada directamente no Acordo “Lula”, realizado em 2003 que propunha a contratação recíproca de trabalhadores. Mais uma vez é reforçada a ideia de o casamento é uma estratégia para a regularização da imigrante em Portugal.

“Os matrimónios de conveniência poderão descer agora graças ao acordo entre Portugal e Brasil sobre a contratação recíproca de trabalhadores, que permite a legalização de todos os brasileiros que entraram no país até 11 de Julho de 2003 e possuam um contrato de trabalho” Jornal Público, 28/10/2003.

O próprio Cartório de Registos Centrais – local onde os casamentos são registados – introduz um olhar de desconfiança em relação a veracidade dos matrimónios:

" (...) às vezes, a gente nota que há qualquer coisa: uma brasileira muito jovem, muito bonita, com um português mal-encarado", afirmou ao Público Joaquim Martins, do Sindicato dos Trabalhadores de Registos e Notariado" publicado em www.acidi.gov.pt, tema notícias, no dia 28/10/2003.

Refira-se ainda que os serviços referidos celebram os contratos, uma vez que são dispensados de averiguar se os casamentos são ou não de conveniência.

Em 2006, antes da divulgação da nova lei de imigração que inclui a criminalização dos casamentos de conveniência, o *Diário de Notícias* publica uma reportagem intitulada *Noivos por conveniência aumentam em Portugal*⁴⁰, enfatizando a dificuldade na obtenção de dados sobre os casamentos “brancos” pelo facto de estes ainda não serem passíveis de criminalização e por serem realizados no estrangeiro e não serem registados em Portugal. Segundo ainda a mesma publicação o aumento das uniões entre brasileiras e portuguesas está ligado a redes de mulheres mais pobres, que em virtude da fragilidade das suas condições de trabalho, da falta de apoio familiar e da fraca inserção na sociedade de acolhimento são recrutadas para casar com estrangeiros.

Grassi (2006), autora de um dos primeiros trabalhos sobre redes matrimoniais transnacionais em Portugal, posiciona-se ao proferir que é contra a criminalização indiscriminada desses casamentos e que tal assunto se insere dentro de um quadro complexo das migrações, apesar das autoridades terem como preocupação fundamental a segurança e as consequências sociais negativas.

Similarmente após a publicação dos dados estatísticos do INE, em 2008 o fenómeno da conjugalidade reaparece nos *média*. Com um carácter mais subtil em relação ao modelo de 2003, confere-se agora ao aumento dos matrimónios entre brasileiras e portuguesas o estatuto de mero dado quantitativo. “*De países irmãos, Portugal e Brasil ameaçam tornar-se países incestuosos a julgar pelo ritmo a que cidadãos portugueses se estão a casar com cidadãos brasileiros*”. (Jornal Destak, publicado em 17/01/08). A ligação directa ao género feminino também é disfarçada, reforçando a ideia da comunhão de valores culturais e da irmandade entre os dois países. “*Casamentos com estrangeiros aproximam portuguesas de outras culturas*”⁴¹. A ideia de hibridação reforça-se com a chegada de uma nova cultura, novos

⁴⁰Diário de Notícias, publicado em 24/07/2006.

⁴¹Jornal Mirante on-line, www.semanal.omirante.pt, (acesso em 31/01/2008).

hábitos alimentares e uma “nova” língua e faz-se presente na notícia inscrevendo-se agora numa possível normalidade na construção da relação afectiva:

“ O português conquistou o coração de Edneia à moda antiga....a 16 de Junho do ano passado casaram, já depois de terem morado juntos durante quatro anos. A escolha entre os dois países possíveis para a boda foi fácil. Casaram em Portugal porque Edneia tinha já cá os pais”. (Jornal O Mirante, publicado em 31 de Janeiro de 2008)

Substitui-se agora o modelo criminalizador e desconfiado da ilicitude dos relacionamentos transnacionais por um modelo dominante de amor prolongado (“à moda antiga...depois de terem morado juntos durante quatro anos”), eticamente ímpoluto.

Os *média* brasileiros similarmemente noticiam os dados ao dizer que o número de casamentos entre portuguesas e brasileiros que residem em Portugal aumentou significativamente, excluindo as migrações que tem como motivação principal a relação afectiva. O facto dos brasileiros serem actualmente a maior comunidade de imigrantes em Portugal, além do seu perfil etário ser maioritariamente jovem, é colocado como justificativa para o crescimento destes casamentos. Segundo o presidente da Casa do Brasil de Lisboa, Gustavo Bher trata-se de um sinal de integração. Numa reportagem internacional considera ainda que os casamentos para conseguir a legalização são uma minoria:

“Isso deve ser algo absolutamente residual. Com o casamento consegue-se imediatamente a autorização de residência, mas a lei prevê que seja negada a renovação se o estrangeiro não mantiver o casamento. Um casamento desses não dura muito.” Reportagem BBC Brasil, www.bbcbrasil.com, no dia 17/01/ 2008.

Em algumas comunidades do Orkut⁴², das quais participo desde Fevereiro de 2006, principalmente a “*Zucas casadas com Tugas*”, onde os membros se restringem a mulheres casadas com portuguesas que vivem em Portugal são expostos comentários sobre as notícias em relação ao aumento do número de casamentos entre brasileiras e portuguesas, veiculadas nos *média* a partir das pesquisas estatísticas nacionais. Uma possível mudança de mentalidade dos portuguesas é sugerida, como uma maior abertura de relações com outras culturas, apesar de condicionar a escolha do homem português pela mulher brasileira como factor determinante do aumento dessas relações.

“Embora eu ache o tema interessante, em termos estatísticos, gostaria de saber o que move as portuguesas. Será que está ocorrendo aos poucos em Portugal uma mudança de mentalidade? Se está, de quais camadas sociais, faixas etárias, São

⁴² A participação nas comunidades virtuais do Orkut deu-se sobretudo na *Zucas casadas com Tugas*, Sou casada com um Português e Mulheres de Portuguesas.

dados que a pesquisa não mostra”. (M, (f), 52 anos, Zucas Casadas com Tugas).⁴³

“Concordo com a M. e com a M. As pesquisas deviam ter mais fundamento, mostrar os porquês, faixa etária, etc... Senão, valia mais a pena ter feito um trabalho voltado para temas q fazem mais falta e q abrem mais os olhos das pessoas frente aos problemas sociais”. (L, (f), 28 anos Zucas Casadas com Tugas)

O estigma em relação aos casamentos transnacionais é citado por M, que reitera a ideia de que categorias como imigrante e mulher determinam o olhar da sociedade em relação a construção dos seus laços afectivos.

“Para um homem, é, em tese, muito mais fácil sair de um casamento que deu para o torto, pois sempre poderá alegar que só se casou por interesse, para resolver uma situação de momento, mesmo que não seja verdade, e vai ser um grande herói! Vai uma mulher dizer a mesma coisa. É logo taxada de p---! “”. (M,(f), 52 anos, Zucas Casadas com Tugas).

Cria-se também uma polémica em relação às expectativas das mulheres face ao casamento, o que determina o olhar da própria comunidade em relação aos seus membros femininos. O interessante é que a escolha do homem português pela mulher brasileira não é discutida, sendo considerada como uma possível mudança de mentalidade, dessa forma encarado de uma maneira positiva. No entanto em relação à escolha das mulheres de um conjugue português, as próprias agentes possuem critérios e motivações em relação aos casamentos, os quais são aceites ou não:

“Muitas casam, vendo o casamento como meio de vida e não um caminho para a construção de uma família e da felicidade conjugal” (Anónimo, (f), Zucas casadas com Tugas).

Os casamentos transnacionais, como estratégias de *hipergamia*, são apresentados por algumas participantes destas comunidades virtuais e questionados por outras, criando categorias de mulheres cujos “ (...) casamentos foram feitos com base num sentimento mais nobre” e as “ (...) que vieram tirar o pé da lama”⁴⁴:

“Há que lembrar que metade desse bolo todo, é pura ilusão! As brasileiras que vem pra cá, pensam que vão tirar o pé da lama e quando chegam cá, afunda o corpo inteiro. Quanto a outra metade, é aquilo que a gente já sabe: casamento normal, em pouco tempo vem os filhos tuguinhas, ir trabalhar pra Shoppings e afins, aturar a depressão e a saudade, fazer aquela viagem básica 1 vez ao ano pro Brasil e conseqüentemente o tempo vai passando e 80% das nossas verdadeiras aspirações ficaram resignadas. É isso aí! Dá.lhe Portugal!” (Anónima, Zucas casadas com tugas)

⁴³ Como forma de facultar a leitura e interpretação dos dados apresentados no presente projecto será utilizado o código (f) para referenciar as mulheres entrevistadas e (m) para aludir os homens entrevistados.

⁴⁴ Os trechos foram retirados do fórum de discussão do Orkut, inserido no dia 17/01/2008, na comunidade “Zucas casadas com Tugas”.

“...a maioria vem na ilusão e descobrem q tudo não passa de uma merd..., tem tantas q passam um perrengue com os maridos e depois, cadê a cara prá assumir e voltar atrás”. (M, Zucas casadas com Tugas).

Pelo facto de enfatizarem a distinção entre si próprias e o estereótipo das brasileiras em Portugal, algumas mulheres adoptam estratégias de «desetnicização», com o objectivo de melhor se integrar no contexto migratório.

Como proferiu Castles e Davidson (2000), as minorias das minorias são vistas como exóticas e disponíveis, e esta espécie de máxima enraizada no imaginário colectivo tem como um dos motivos a perpetuação dos estereótipos pelos *media*, mas também, no caso de Portugal consequências nas próprias legislações aplicadas a um fenómeno que, mesmo ainda não sendo analisado empiricamente, é passível de criminalização à partida. Apesar de a integração ser o discurso chave das políticas públicas, de pesquisas e de organismos não governamentais, ainda assim o processo de imigração tem sido compreendido social e exteriormente deixando de lado as dimensões íntimas e interiores. As propostas weberianas de transcender uma visão objectivista continuam assim por cumprir.

O conceito de *pânico moral* (Waquant, 1996) pode oferecer sinais para pensar o modo como os média, a divulgação de dados estatísticos e os estudos de carácter pontual, informativos, instiga inquietações populares, em escalas maciças sobre determinadas questões sociais. Segundo Becker (1997) a problematização de determinadas questões sociais, acabam por sugerir a implementação de regras – geralmente em forma de legislação – para enquadrá-las. Mais do que isso, poderá criar “*cruzadas morais*”, um movimento social que promove campanhas no senso comum em torno de algumas questões morais e simbólicas. No caso das mulheres brasileiras em Portugal, a criação de um estereótipo associado a prostituição e a sexualidade aguçada, somado ao facto de aumentarem os casamentos entre os homens portugueses e essas mulheres, tem gerado desconfiança em relação a esses matrimónios, vistos como oportunidade exclusiva de mobilidade económica e social, bem como a possibilidade de regularização no país.

2.4- DEFINIÇÃO DO ESTUDO DE CASO: CONTEXTOS E TRAJECTÓRIAS DOS RELACIONAMENTOS TRANSNACIONAIS

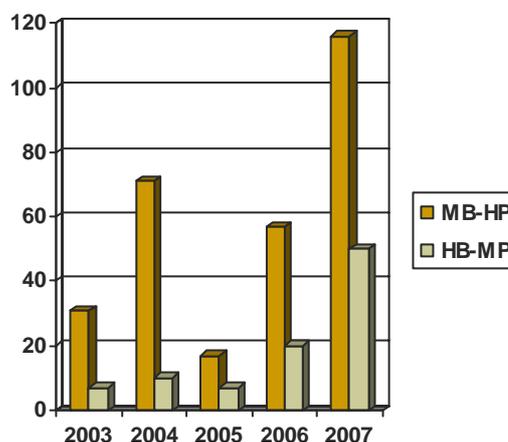
O universo de estudo é constituído por mulheres brasileiras casadas com cidadãos portugueses no período compreendido entre 2000 a 2007. São mulheres cuja imigração é mais recente, podendo ter como causa do deslocamento estratégias individuais de migração (relacionamento como consequência da migração) ou motivadas pela relação afectiva (causa da mobilidade). É importante salientar que o recorte analítico da unidade de análise é uma opção discutível e deveria ser confrontado com a conjugalidade entre homens brasileiros e mulheres portuguesas, como referido anteriormente.

Assim, foram utilizados como instrumento de pesquisa entrevistas qualitativas semi-estruturadas (anexo 1) realizadas com **24** mulheres brasileiras casadas com portugueses e **13** homens, cônjuges das mulheres entrevistadas. Das mulheres entrevistadas – (16) residem na Grande Lisboa e (8) no Distrito de Faro (Algarve) e dos homens entrevistados (7) residem na Grande Lisboa e (6) no Distrito de Faro (Algarve). A escolha de tais regiões para a recolha dos dados justifica-se pelo número representativo de nacionais brasileiros em Portugal, (53%) na Grande Lisboa (INE, 2003) e, complementarmente, ao acesso aos dados relativos ao número de casamentos transnacionais celebrados no Algarve através do Consulado Honorário do Brasil em Vilamoura (Gráfico VII).

O perfil sócio-demográfico dos entrevistados foi analisado através de dados referentes à contextualização geográfica, idade, escolaridade, actividade laboral, motivo da imigração (no caso das mulheres), o contexto do contacto com o conjugue, bem como o estatuto sócio-jurídico em Portugal (mulheres). Além disso, foram abordadas questões como as etapas da construção do relacionamento; o percurso migratório (forma como foram construídas as relações sociais em Portugal; a aceitação das pessoas mais próximas (amigos e família) e de pessoas distantes face à relação; a questão da nacionalidade, a imagem exterior e o género como interposição no relacionamento; a percepção de outros relacionamentos transnacionais e a opinião sobre eles; como também a auto-apresentação e a imagem que é percebida da sua nacionalidade, bem como os discursos acerca da nacionalidade do companheiro. No que se

refere aos homens entrevistados, o facto de terem vivido fora do país, ou possuíam grande mobilidade (viagens), foi inserido como questão.

GRÁFICO 8 – CASAMENTOS TRANSNACIONAIS ENTRE BRASILEIROS E PORTUGUESES CELEBRADOS NO DISTRITO DE FARO (ALGARVE)⁴⁵



Fonte: Consulado Honorário do Brasil do Algarve

Como outro recurso metodológico foi utilizado o *focus group*⁴⁶ com 6 mulheres, das quais três já haviam sido entrevistadas anteriormente. A intenção foi proporcionar discussões orientadas sobre temáticas específicas dentro de um grupo cuja característica principal era a heterogeneidade (local de origem no Brasil, tempo de permanência em Portugal, duração da relação, actividade laboral, etc). Dessa forma, inclui-se no debate temas como a razão pelo qual saíram do Brasil; suas expectativas em relação a vida no Brasil (afectiva, profissional e social); a forma como entendem a relação do Brasil e Portugal do ponto de vista cultural; as razões pelas quais os portugueses casam em maior número com mulheres brasileiras e não de

⁴⁵ Estes dados oficiais são relativos a casamentos transnacionais em 2003 somente aos meses entre Julho e Dezembro; em 2005 aos meses de Janeiro a Abril; em 2006 de Junho a Dezembro e em 2007 correspondem aos meses de Janeiro a Outubro⁴⁵. Assim, em 2003 foram registados (31) matrimónios, em 2004 (71); em 2005 (17); 2006 (57) e em 2007 (116).

⁴⁶ According to the classic definition (Morgan, 1988), the focus group represents a qualitative method of social research which consists in recruiting one or more groups of six to twelve individuals selected from criteria of homogeneity, initiating open discussion of topics under consideration and then producing an immediate analysis by collating the viewpoints of the participants (Morgan and Krueger, 1993). The focus group method is widely used in the United States and Canada in social marketing, the field from which it emerged in the early 1950s. It was designed to ascertain consumers' reactions and the reasons for their enthusiasm for or indifference to a product, film or television programme. During the 1960s, demographers used the method for family planning studies in Third World countries. More recently, starting in 1980, it was used in the field of applied anthropology, developed at UCLA, to gauge the efficiency of nutrition and health care programmes in Latin America.

outra nacionalidade e os motivos existentes para as mulheres brasileiras casarem-se com nacionais portugueses foram também abordados.

Pesquisadoras feministas têm encontrado nos grupos focais um poderoso instrumento para a compreensão colectiva de experiências de marginalização, o desenvolvimento de uma análise estrutural das experiências do indivíduo, que desafia os pressupostos concedidos sobre raça, gênero, sexualidade e classe. A ideia é que em contraste às entrevistas individuais que possivelmente prestam-se à privatização das experiências de gênero, reproduzindo e colonizando relações e discursos, combinar métodos de grupos focais, que de acordo com Pollack (2003), pode ser proveitoso particularmente em terrenos *cross cultural* ou *cross racial*. Apesar das entrevistas individuais permitirem a discussão de detalhes íntimos da vida pessoal do indivíduo, são menos úteis para uma análise estrutural, sistêmica e ideológica das práticas que configuram a experiência humana. Assim, as entrevistas individuais e os grupos focais tem completado de tal forma que é possível obter uma imagem mais completa da vida dos participantes. A combinação de métodos faz-se imprescindível na análise dos casamentos transnacionais, uma vez que inexistem dados para a contextualização social das mulheres entrevistadas, a não ser pelos seus próprios discursos (nas entrevistas pessoais e no focus group) que são passíveis de sobreposições, discrepâncias, e ambiguidades.

Dessa forma, inclui-se no debate temas como a razão pelo qual saíram do Brasil; suas expectativas em relação a vida no Brasil (afectiva, profissional e social); a forma como entendem a relação do Brasil e Portugal do ponto de vista cultural; as razões pelas quais os portugueses casam em maior número com mulheres brasileiras e não de outra nacionalidade e os motivos existentes para as mulheres brasileiras casarem-se com nacionais portugueses foram também abordados.

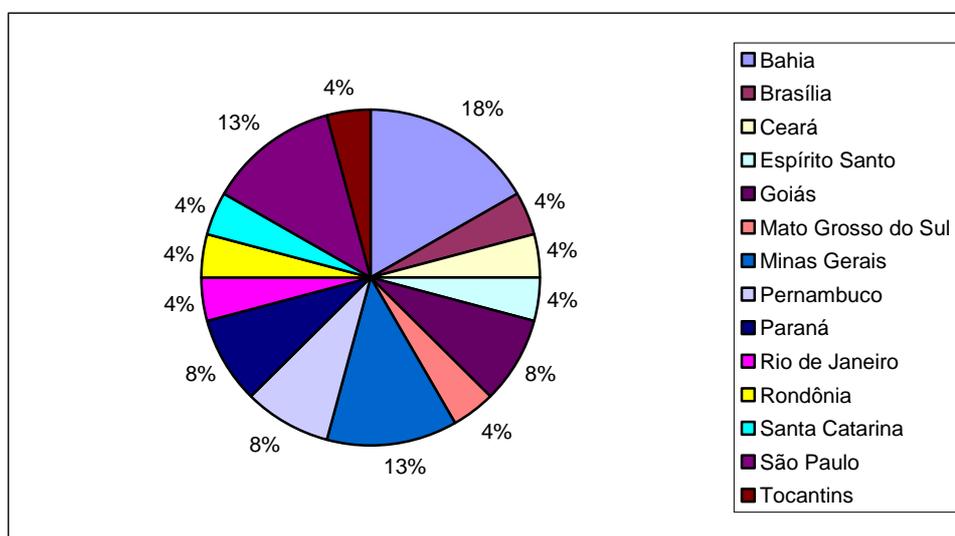
Não obstante, procurou-se problematizar impressões sobre as diferenças em relação as mulheres portuguesas no que se refere a autonomia, independência e capacidade de arriscar (sobretudo de emigrar); como também a percepção em relação a diferença entre os homens portugueses e os brasileiros que conheciam antes. As expectativas em relação à vida em Portugal, as dificuldades e vantagens encontradas como a maneira que se definem e são percebidas em Portugal, utilizando as categorias (imigrante, estrangeira, brasileira, brasileira casada com um português ou portuguesa) similarmente foi debatido. Por fim, a problematização da publicação dos dados sobre o aumento dos casamentos entre mulheres

brasileiras e homens portugueses e sua interferência nas suas vidas foi problematizada, como também a criminalização dos casamentos de conveniência e sua própria definição.

2.4.1 - PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS

Com relação as mulheres entrevistadas, são oriundas de diversas regiões do Brasil: São Paulo (3), Paraná (2), Bahia (4), Minas Gerais (3), Espírito Santo (1), Pernambuco (2), Santa Catarina (1), Goiás (2), Rondônia (1), Tocantins (1), Rio de Janeiro (1), Brasília (1), Mato Grosso do Sul (1), Ceará (1)

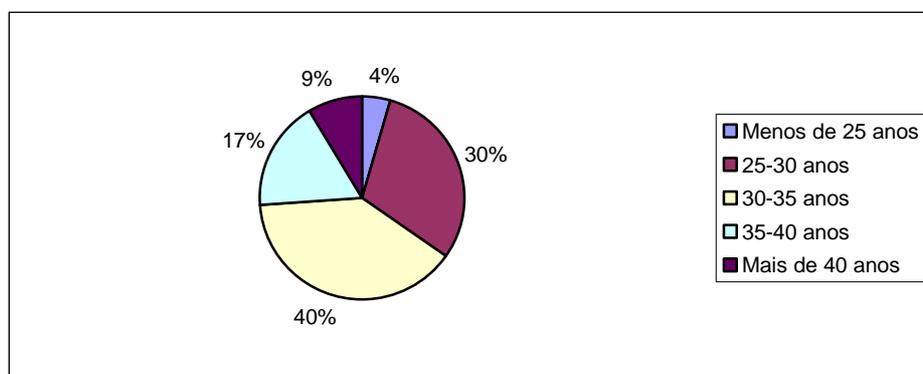
GRÁFICO 9 – ORIGEM NO BRASIL



Total: 24 mulheres

Em relação a faixa-etária das mulheres entrevistadas há uma nítida diferença de idade entre as mulheres entrevistadas no Distrito do Algarve (mais novas), das mulheres residentes em Lisboa. A maioria das entrevistadas possui de 30 a 35 anos (9), seguido de 25-30 anos (7), e em menor proporção mais de 35 a 40 anos (4), acima de 40 anos (2) e menos de 25 anos (1).

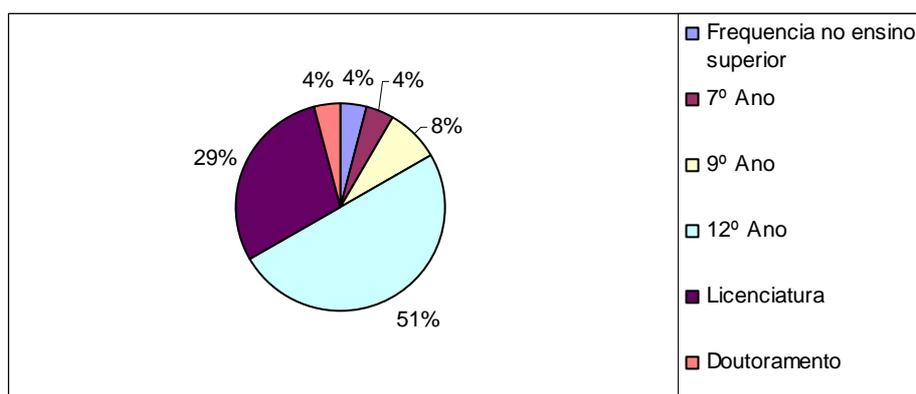
GRÁFICO 10 – IDADE DAS MULHERES ENTREVISTADAS



Total: 24 mulheres

A maioria das mulheres entrevistadas (51%) possuem o 12º ano completo, possuindo na maioria das vezes uma maior escolaridade do que o conjugue. No entanto, nota-se que o grau de escolaridade não necessariamente significa um maior capital cultural (Bourdieu, 1998: 73)⁴⁷. A ideia é de que há desigualdades face ao acesso à escola e à cultura, que possuem correlações estreitas com o local de residência (centro ou periferia), o tipo de escola (pública ou privada), do estudante bem como o modelo demográfico da família e o sentido da trajetória social (ascendente ou descendente).

GRÁFICO 11 – ESCOLARIDADE DAS MULHERES ENTREVISTADAS



Total: 24 mulheres

⁴⁷ Bourdieu identifica três formas existentes de capital cultural. *Incorporado* enquanto uma disposição adquirida, um *habitus* (parte integrante da “pessoa”); *objectivado* sob a forma de um bem cultural (por exemplo livros, obras de arte) ou *institucionalizado* (sob a forma de algum tipo de “certificação de competência cultural”, como um diploma por exemplo).

Em relação a situação laboral, a maioria das mulheres ocupam cargos não qualificados nas áreas de actuação mais recorrentes de inserção de mulheres imigrantes como empregada de mesa (6), domésticas (3) ou operadoras de loja no comércio (2). Apenas algumas mantêm o status laboral, mantendo a mesma profissão no Brasil e em Portugal (cerca de 4 informantes – psicóloga, jurista e cabeleireira e empregada de mesa). Outro factor relevante é a não inserção das mulheres no mercado de trabalho português (6), limitando-se muitas vezes a actividades exclusivamente domésticas, em contraste com a vida profissional activa que possuíam no Brasil. A diminuição do status laboral é uma questão muito focada pelas interlocutoras que demonstram certa insatisfação em relação a vida profissional.

A correlação entre a inserção laboral e o grau de autonomia da mulher faz-se assim necessário, uma vez que o trabalho parece ser para mulher fonte de *empowerment*, seja a nível familiar ou pessoal. Nota-se que em relação a maioria das mulheres entrevistadas a vida profissional é colocada em segundo plano, seja pela dificuldade de inserção no mercado (mobilidade laboral descendente) ou pela incorporação de papéis femininos tradicionais de esposa e mãe. Para as mulheres que tiveram como motivação da imigração a relação afectiva, o que Girona (2007) definiu como “migrantes por amor”, a inexistência de vínculos afectivos em Portugal, somado ao facto de não possuírem uma vida activa profissional tem gerado índices de dependência afectiva e económica.

TABELA 2 – SITUAÇÃO LABORAL DAS MULHERES – BRASIL E PORTUGAL

Brasil	Portugal
Estudante de Psicologia	Psicóloga
Estudante	Empresária
Cabeleireira	Cabeleireira
Atendente Posto de Gasolina	Doméstica
Jurista	Jurista
Directora de escola	Doméstica
Administrativa	Não trabalha
Administrativa	Operadora de Loja
Empregada de mesa	Empregada de mesa
Jornalista	Não trabalha
Investigadora	Não trabalha
Operadora de Loja	Operadora de Loja
Administrativa	Doméstica

Fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiras e portuguesas: género e imigração

Técnica em Turismo	Responsável Loja (restauração)
Operadora de Loja	Não trabalha
Estudante	Não trabalha
Doméstica	Não trabalha
Contabilista	Camionista (trabalha com o marido)
Secretária	Empregada de mesa
Tradutora	Não trabalha
Estudante	Empregada de mesa
Manicura	Empregada Fabril
Telefonista	Empregada de mesa
Não trabalha	Empregada de balcão

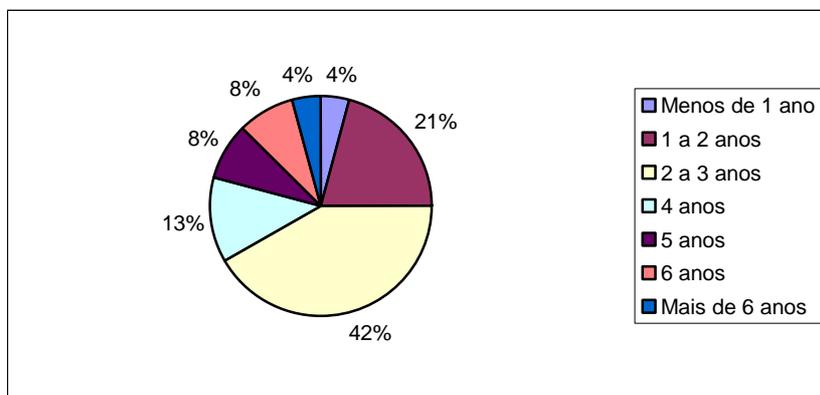
Total: 24 mulheres

Das mulheres entrevistadas, (13) imigraram tendo como motivação principal a relação afectiva, enquanto que (11) mulheres imigraram sozinhas e posteriormente constituíram uma relação transnacional como consequência da imigração. É interessante observar que para as mulheres em que a causa da imigração foi o relacionamento, este tornou-se necessário para a regularização da mulher no país, o que não quer dizer que o casamento seja de conveniência. Tanto mais que para algumas destas mulheres o projecto migratório não era central, mas sim a relação. E, no entanto, a questão temporal emerge no juízo ético destas relações como essencial. Muitos dos entrevistados realçaram o facto de optarem pelo matrimónio mais rapidamente devido a necessidade de regularizar a situação da companheira.

Em relação ao tempo do relacionamento a maioria das entrevistadas possui relações de 2 a 3 anos (10), seguido de 1 a 2 anos (5). Entretanto (8) das mulheres entrevistas possuem relacionamentos com cidadãos portugueses há mais de 4 anos.

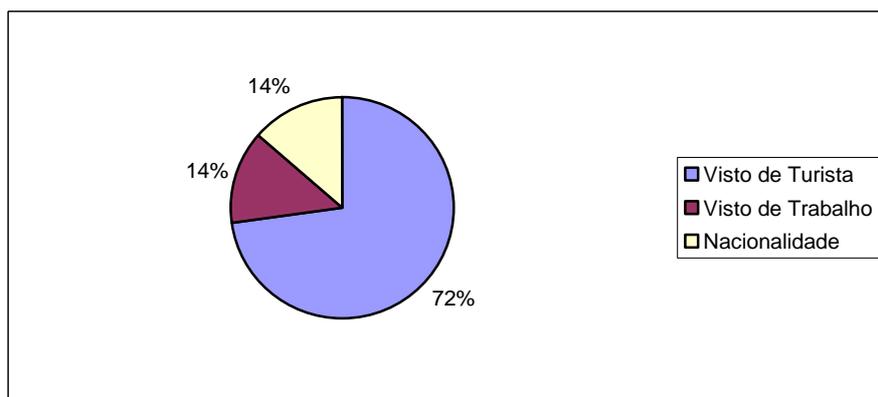
Outro dado relevante é o facto da estratégia de habitação ser na maioria das vezes virilocal, ou seja, as mulheres vão residir na casa do actual marido, ou ainda, com os sogros e/ou sogras.

GRÁFICO 12 – TEMPO DO RELACIONAMENTO



Total: 24 mulheres

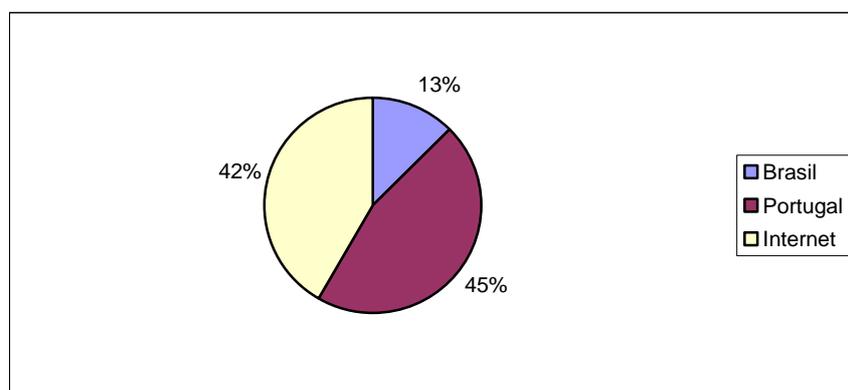
GRÁFICO 13 – ESTATUTO SÓCIO JURÍDICO DAS MULHERES ENTREVISTADAS ANTES DO RELACIONAMENTO



Total: 24 mulheres

Das mulheres entrevistadas (16) se regularizaram através do casamento, sendo que (13) destas tiveram como motivação da imigração o relacionamento afectivo. Outras mulheres já possuíam autorização de trabalho em Portugal (5) ou a nacionalidade portuguesa (3).

GRÁFICO 14 – CONTEXTO DO CONTACTO COM O CONJUGUE

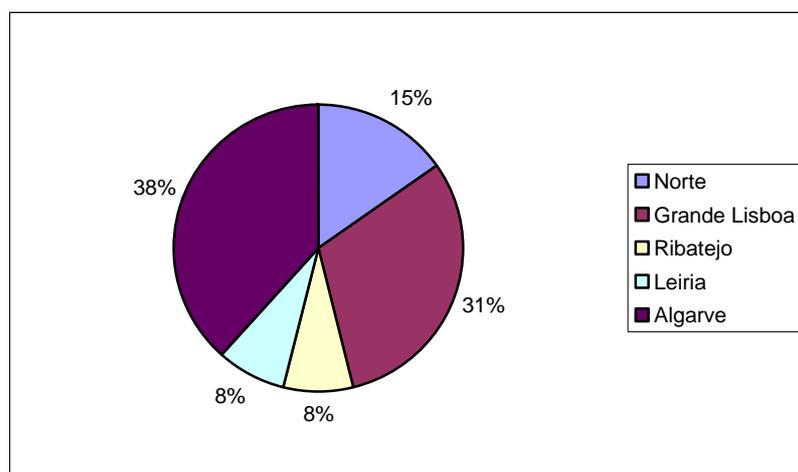


Total: 24 mulheres

Das mulheres entrevistadas (11) conheceram o seu actual parceiro em Portugal, seja através do local de trabalho, de sociabilidades locais (cafés, restaurantes, discotecas) ou redes de amizade. Em segundo lugar temos como espaço privilegiado de encontro a Internet e em menor proporção o Brasil, principalmente através de viagens realizadas pelos homens portugueses a turismo.

2.4.2- PERFIL DOS HOMENS ENTREVISTADOS

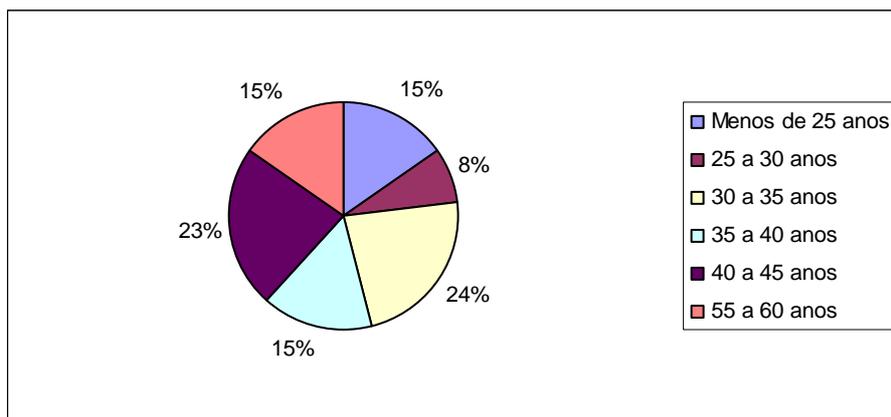
GRÁFICO 15 – ORIGEM GEOGRÁFICA DOS HOMENS ENTREVISTADOS



Fonte: 13 homens

A maioria dos homens entrevistados é oriunda do Algarve (5) seguido da Grande Lisboa (4). Em menor proporção encontram-se os oriundos do Ribatejo (1), Leiria (1) e do Norte de Portugal (2), embora todos estes residam actualmente na Grande Lisboa.

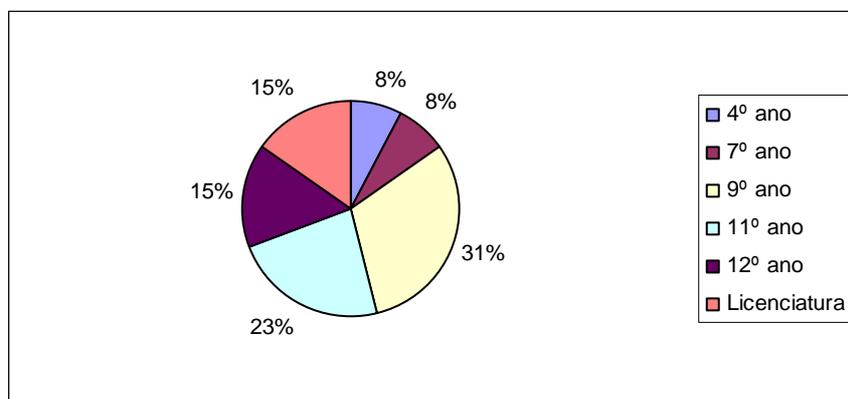
GRÁFICO 16 – IDADE DOS HOMENS ENTREVISTADOS



Fonte: 13 homens

Em relação a idade dos cônjuges, a maioria possui de 30 a 35 anos (4), de 35 a 40 anos (2), de 40 a 45 anos (3), e em menor percentagem de 55 a 60 anos (2). No Algarve foram entrevistados (2) homens com menos de 25 anos e (1) de 25 a 30 anos. Observa-se o índice de menor idade no Distrito do Algarve, como também casais cuja diferença de idade não é relevante, contrariamente a alguns estudos desenvolvidos em outros contextos (Girona, 2007: 22).

GRÁFICO 17 – ESCOLARIDADE DOS HOMENS ENTREVISTADOS



Fonte: 13 homens

A média de escolaridade dos cônjuges portugueses entrevistados são o 9º ano (4), seguido do 11º ano (3). Apenas (1) dos entrevistados possuem o 4º ano e o 7º ano (1), ambos residentes do Distrito do Algarve onde podemos observar uma escolaridade mais baixa. Dos homens com maior grau de qualificação, (2) possuem 12º ano e outros (2) licenciatura. Em relação à situação laboral a maioria dos entrevistados não possuem empregos que exigem alto grau de qualificação, podendo considerar que nesse caso específico os casamentos transnacionais não são hipergâmicos ou em outras palavras, não promovem grande mobilidade económica por parte das mulheres.

TABELA 3– SITUAÇÃO LABORAL DOS HOMENS ENTREVISTADOS

Observador de Pesca

Camionista

Confeiteiro

Vigilante

Pintor

Mecânico de Camiões

Policia

Funcionário de Seguros

Tradutor

Pequeno empresário – café

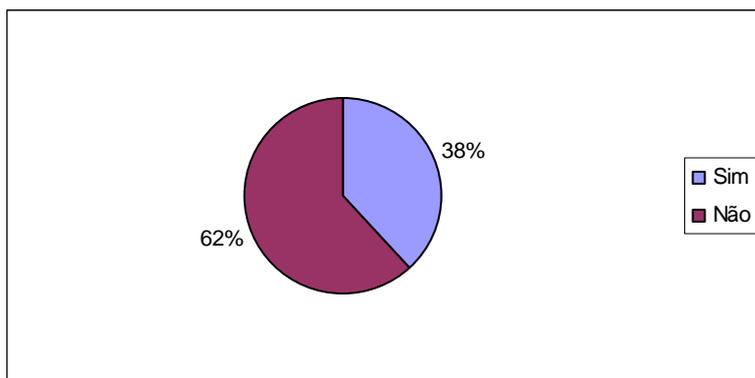
Empresários molas de camiões

Técnico em Informática

Funcionário de Seguros

Fonte: 13 homens

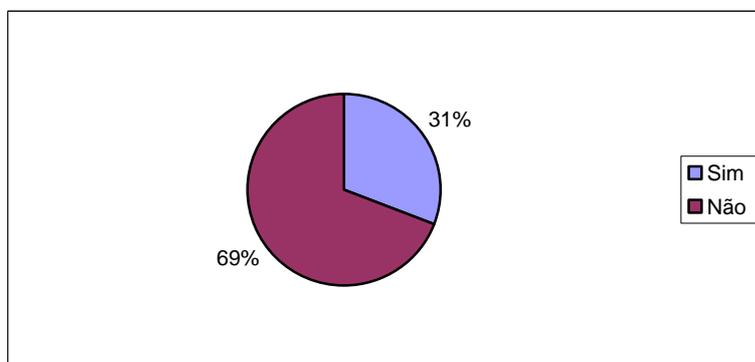
GRÁFICO 18 – INDICE DE RE-CASAMENTOS



Fonte: 13 homens

Apenas (5) dos entrevistados estavam no seu segundo casamento, sendo que a maioria pela primeira vez estabeleceu um vínculo conjugal. Dos homens que estão no segundo matrimónio, todos são residentes na Grande Lisboa.

GRÁFICO 19 – HOMENS ENTREVISTADOS QUE CONHECEM O BRASIL



Fonte: 13 homens

Dos homens entrevistados apenas (5) conhecem o Brasil, enquanto que (9) não conhecem. Alguns conheceram o Brasil a turismo, sendo que a maioria visitou o Brasil devido ao facto de estabelecerem um matrimónio com uma nacional brasileira.

2.5. CONTEXTOS DE ENCONTRO: BRASIL, *ORKUT* E PORTUGAL

Ao analisar as dimensões afectivas e sexuais da transnacionalidade, ou ainda a transnacionalidade dessas relações, deve-se ter em conta a diversidade de contextos em que as mesmas são estabelecidas. No âmbito das relações entre brasileiras e portuguesas observaram-se maioritariamente três principais contextos de contacto entre os casais:

- 1) Brasil: lugar no qual as mulheres conheceram o seu actual companheiro, principalmente através do aumento do fluxo turístico para determinadas regiões brasileiras⁴⁸ sendo o estatuto do homem português predominante no contexto do contacto o de “turista” e estrangeiro” e a mulher brasileira percebida como “nativa”;
- 2) Portugal: mulheres que através de estratégias individuais de imigração encontraram no seu percurso migratório um companheiro português – através de redes de sociabilidade manifestamente em espaços de sociabilidade locais como cafés e discotecas e os locais de trabalho – sendo as categorias de reconhecimento deslocadas para “imigrante” no caso da mulher e “nativo”;
- 3) Internet: mulheres que “conheceram” os seus companheiros através da *Internet*, espaço onde a priori não são estabelecidas categorias espaciais delimitadas, prevalecendo como marcador fundamental a língua comum (português).

É importante salientar a importância que a *Internet* adquire nessas relações, não somente em relação aos casais que se conheceram através desse recurso. A manutenção dos vínculos entre os casais – uma vez que a maioria passou por períodos de distanciamento geográfico nas relações; o apoio das comunidades virtuais na obtenção de informações na fase pré-imigração para Portugal (documentos, mercado de trabalho, adaptação); e ainda as várias comunidades virtuais destinadas a casais “lusu-brasileiros” que residem em Portugal e que assumem um papel fundamental em todas as etapas do processo migratório dessas mulheres.

⁴⁸ Dados do Ministério do Turismo do Brasil de 2006 apontam Portugal como um dos principais países emissores de turistas para o Brasil, ficando atrás apenas da Argentina e EUA. No mesmo ano foram contabilizados 6.367.179 desembarques internacionais. Para mais informações sobre a demanda turística internacional no Brasil ver: www.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/noticias/arquivos

Apesar do objectivo da pesquisa não se prender com a análise da materialidade das tecnologias nem na discussão teórica sobre a aproximação da antropologia na compreensão das dicotomias entre tecnologia e cultura, o mundo virtual deverá ser um *locus* privilegiado na análise das práticas sociais e respectivas representações nas quais as mesmas estão inseridas na construção dos fluxos transnacionais afectivos e sexuais de casais luso-brasileiros⁴⁹. Na verdade, o ciberespaço está cada vez mais presente no quotidiano das pessoas dinamizando a maneira como se constroem as redes de relações. Como observou Segato (2008) no seu ensaio etnográfico sobre o Site *Orkut*⁵⁰:

“Construído e apropriado no cotidiano de muitas formas e qualidades, ele (o ciberespaço) oferece em sem fim de espaços e meios para a interacção como telefones celulares, correios electrónicos, MSN – sistema que também permite a interacção por meio de som e imagem – o Orkut, ou as clássicas salas de bate-papo, onde cada vez mais, outros modos de ser vão sendo construídos”(Segato, 2008:24)

Num primeiro momento, a *Internet* foi utilizada na pesquisa numa abordagem aos sites específicos de relacionamentos, sobretudo o *Clube Amizade* e *Meetic*⁵¹ (sites de encontro muito utilizados por portuguesas e brasileiras). No entanto, a dificuldade em prosseguir a análise desses sites deu-se à medida que o contacto virtual rapidamente solicitava o encontro pessoal ou conversas individualizadas no *Messenger*⁵², inexistindo fóruns e comunidades de interesse sistematizadas.

Em contraste, o site *Orkut* embora não tenha sido escolhido como objecto de observação no início da pesquisa, foi frequentemente referenciado pelas informantes nas entrevistas e veio a revelar-se fundamental à medida que permitiu aceder a comunidades de interesse e identificar circuitos, lugares e trajectórias dos relacionamentos.

Nesse sentido, desde Fevereiro de 2006 a participação nas principais comunidades destinadas a casais luso-brasileiros foi realizada, analisando os “fóruns” – espaços de discussão criados pelos membros da comunidade – e as “enquetes” – que são as pesquisas internas à comunidade realizadas através de perguntas sugeridas por algum dos seus membros. Além disso foram realizadas entrevistas com as moderadoras das comunidades “*Zucas casadas com*

⁴⁹ É a este propósito diga-se que as comunidades virtuais no Brasil articuladas com os fluxos migratórios podem ser observadas para outros destinos de migração.

⁵⁰ www.orkut.com

⁵¹ www.clubeamizade.pt e www.meetic.pt

⁵² www.msn.com

Tugas” e “*Sou casada com um Português*” que foram criadas quase exclusivamente para mulheres brasileiras casadas com portugueses que residem em Portugal.

As comunidades virtuais foram conceptualizadas por Rheingold como “(...) *agregações sociais que emergem na Internet quando uma quantidade significativa de pessoas promove discussões públicas num período de tempo suficiente, com emoções suficientes, para formar teias de relações pessoais no ciberespaço*” (Rheingold, 1998: 35). Neste universo virtual, os indivíduos escolhem e elegem qual a comunidade de que querem fazer parte a partir de um interesse particular em um ou mais assuntos e onde possam encontrar pessoas com quem partilhem eventualmente ideias e onde se possam promover discussões públicas através de uma relação recíproca que ocorre entre os utilizadores mediados pelo computador. Mais do que isso, arriscamos dizer que as comunidades analisadas para além de um espaço de discussão pública, se constituíram como um dos principais vínculos sociais das mulheres em Portugal ao mesmo tempo que criaram padrões de relacionamentos imaginados e representados como “felizes”.

A primeira comunidade *Orkut* claramente relacionada com as relações afectivas entre brasileiras e portuguesas é criada em Setembro de 2004 e intitula-se “*Mulheres de Portuguesas*”, com o intuito de incluir não somente mulheres com o estatuto de casadas, mas também as que estavam apaixonadas mesmo a distância. A própria descrição da comunidade evoca a questão do aumento dos relacionamentos entre brasileiras e portuguesas – frisando o género feminino ligado a nacionalidade brasileira –, como também questiona as causas dessa suposta “avalanche” de relacionamentos como um fenómeno social ligado a democratização da *Internet* e ao aumento da imigração brasileira em Portugal.

“Para Brasileiras Casadas, Enroladas ou apaixonadas por portuguesas. É impossível ignorar a avalanche de relacionamentos que actualmente existem entre brasileiras e portuguesas. Seja pela facilidade que a Internet, seja pela quantidade de brasileiros que moram em PT nesse momento...seja pelo que for não dá mais para disfarçar é que esse fenómeno social existe e muitos acabam em final feliz” (<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=384387>, acessado em 12/03/2008)

Apesar de termos sido aceites para participar nesta comunidade, não foi estabelecido posteriormente nenhum contacto com a moderadora, restringindo-se a análise através do perfil dos membros (296) e dos fóruns onde as questões mais recorrentes são informações sobre:

- a) como se casar no Brasil e em Portugal com parceiros portugueses;
- b) o processo para a retirada da Autorização de Residência;
- c) e a diferença entre o homem brasileiro e português.

Vale a pena ressaltar a dificuldade encontrada em estabelecer contactos com os moderadores das comunidades que não eram exclusivamente destinadas a mulheres que estavam casadas com homens portugueses mas principalmente dedicadas a mulheres que namoravam ou eram noivas de portugueses e residindo ainda no Brasil.

Além da comunidade “*Mulheres de Portugueses*” encontramos dentro desse formato outras como: “*Eu amo um homem português*”, na qual a imagem de abertura da comunidade é a de um jogador de futebol português, Cristiano Ronaldo (considerado recentemente o melhor jogador de futebol em 2007); “*Paixão Brasil – Portugal*”, que tem como moderador um homem português, o que nessas comunidades é incomum já que a maioria dos membros e moderadoras são mulheres; e a comunidade “*Apaixonada por um Português*”, entre outras.

Em paralelo, existem algumas comunidades destinadas quase exclusivamente a mulheres casadas com homens portugueses que residem em Portugal e que foram prioritárias no estudo dos fluxos matrimoniais transnacionais. Dentro da grande dinâmica e possibilidade de relacionamentos, o recorte da pesquisa deu-se à medida que foram excluídos da análise os “namoros” e “noivados”, enfatizando-se o matrimônio – sobretudo os casamentos e menos as uniões de facto.

Das comunidades virtuais observadas e participadas deu-se ênfase à “*Zucas Casadas com Tugas*” e “*Sou casada com um homem português*”, onde foi possível, para além das trocas de conversas virtuais, realizar entrevistas pessoais com as moderadoras – responsáveis nas comunidades pela monitorização das postagens, da aceitação de novos membros, etc. O primeiro desses encontros “não-virtuais” foi com a moderadora da comunidade “*Sou casada com um homem português*” em Almada. Foi a primeira experiência de contacto virtual que se transformava naquele momento real.

Em relação à ideia e à motivação da criação da comunidade que possui aproximadamente dois anos, a moderadora explicou que:

“(...) a comunidade foi criada para ajudar as brasileiras quanto às crises, como é que fazia para procurar trabalho, para as pessoas que tinham recém-chegado aqui, que embarcaram numa vida nova com papel de casada em Portugal. Então era para contar as experiências e para ajudar a pular erros que umas tinham cometido” (R (f), 34 anos, Santa Catarina)

A noção de partilha de experiências como o papel de auxílio da comunidade fica claramente marcada pela sua afirmação. As diferenças em relação à alimentação, à roupa, à vida quotidiana, aos documentos para a legalização e às relações entre sogros e sogras também são referenciadas pela moderadora. Segundo esta, a possibilidade de ajudar as mulheres nas experiências más, intitulada no site pela entrada *“mulheres que achavam que o conto de fadas não era bem um conto de fadas”*, é a principal utilidade da comunidade. A nacionalidade e a condição de imigrante parecem ser condicionantes na construção e valorização dessas relações sociais, na medida que proporcionam a interconexão entre as comunidades relacionadas, assim como a construção de um “lugar” que remete para o país de origem:

“São pessoas que falam a sua língua, tem os teus hábitos, que também tem família que estão longe, é mais ou menos o mesmo sentimento que você partilha. A conversa é outra, as risadas são outras, é diferente, é como se eu dissesse: “aquele é o meu povo!”. (R (f), 34 anos, Santa Catarina).

A sensação de um Brasil reencontrado no compartilhamento de valores faz lembrar a caracterização do conceito de *comunidade* proposto por Baumann (2003:9) como um outro nome do paraíso perdido – ao qual esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos os caminhos que podem levar-nos até lá.

O facto das relações virtuais se poderem vir a tornar também em encontros pessoais faz com que estas comunidades sejam também a principal forma de construção das relações interpessoais dessas mulheres em Portugal:

“Já sou madrinha de muitas, A Cinha que ta também no site das Zucas, a Karina, a Simone, eu fui num casamento acho que em Maio da Márcia, e ela está aqui também dois anos e agora conseguiu casar, arrumou os papéis e eu fui madrinha dela. A gente se encontra, vai num casamento no Algarve, num casamento no Porto, agora eu me desliguei um pouco da Internet por causa do trabalho, a gente sai, só que elas moram em várias cidades distantes então a gente faz encontros que a gente chama de “orkontros”, mais em Lisboa e na Fonte da Telha...há um contacto, porque elas não tem ninguém, só a gente tipo família, fora os maridos” (sublinhado nosso) (R (f), 34 anos, Santa Catarina).

Apesar das mulheres serem na grande maioria as participantes das comunidades, uma vez que os maridos (todos eles portugueses) não participam activamente nas comunidades, estes participam dos encontros colectivos e presenciais designados de *“Orkontros,”* onde se conhecem outros membros e se formam redes de relações entre eles:

“E os maridos também vão aos encontros, se conhecem, o meu adora, de vez em quando a gente se encontra, com a Bárbara também que mora um pouco longe, mas vem para cá, a gente sai assim, não sai para dançar nem nada, mas para conversar num café “agora pegamos o hábito dos cafés”
(R (f), 34 anos, Santa Catarina).

O que caracteriza a mulher aceite na comunidade, segundo a moderadora, está para além do seu estado civil podendo ser incluídas mulheres que *“tem um namoro virtual”*, ou *“uma amizade que pode virar namoro”*, *“que querem viver aqui”* ou que *“são casadas com um português”*. O perfil é analisado e consoante o vínculo estabelecido com Portugal, a mulher é aceite ou encaminhada para outras comunidades de interesse, como por exemplo, explica a moderadora, mulheres *“(…) que só tinham curiosidade de saber como era morar em Portugal ou como arrumar documento, trabalho ou seja não tinham nenhum vínculo, ou seja um casamento, um namoro(…)”*, e que lhes é sugerido procurarem comunidades mais gerais como *“Brasileiros em Portugal”* ou *“Brasileiros a procura de trabalho em Portugal”*.

Já a comunidade *“Zucas casadas com Tugas”*, que possui como moderadora S (f) 40 anos, residente no Algarve apesar de possuir características comuns como a participação maioritária de mulheres e a função de trocas de experiências e informações entre os membros restringe-se a mulheres casadas com portugueses e que residem em Portugal. A distinção entre mulheres que são casadas com portugueses e que residem em Portugal em relação às que possuem um namoro virtual e desejam vir para Portugal é uma das características peculiares desta comunidade.

A comunhão do facto de terem acabado de chegar a Portugal, os estranhamentos e dificuldade de adaptação faz da comunidade o que a sua moderadora denomina de *“clubinho”*, onde as discussões se inserem desde temas como xenofobia e discriminação às festas de Natal e trocas de receitas.

Em relação aos fóruns os assuntos são diversificados podendo ser subdivididos nos que possuem um carácter informativo em relação a regularização como *“SEF”*, *“União de Facto”*, *“Entrevista no SEF”*; ao mercado de trabalho e equivalências profissionais como *“Qualquer trabalho ou trabalho nenhum”*, *“Dúvidas sobre equivalências”*; aos conteúdos relativos a características dos parceiros como *“Seu marido é um banana?”*, *“Seu Tuga é bom de cama?”*; à rotina conjugal como *“Amor ou conveniência”*; ou ao relacionamento com os familiares do marido como *“Sogros e Sogras”*, *“Filhos de outros relacionamentos”*. Entretanto, a adaptação

em Portugal é um dos temas mais recorrentes, utilizado pelos membros muitas vezes como um “desabafo”, na maioria das vezes de maneira anónima. O facto de se sentirem sozinhas, muitas vezes pressionadas, bem como a discussão sobre a possibilidade de regressar ao Brasil são também temáticas recorrentes.

No fórum “*Alguém gosta desse país*” podemos observar a variedade de experiências e vivências das mulheres que participam na comunidade.

“Eu não gosto, mas eu tento viver bem na medida do possível, começo a acreditar na Dorothy do mágico de Oz, quando ela diz: não há melhor lugar que o nosso lar! Já sofri muito e sofro com as diferenças, com as minhas equivalências que nunca saem, com os preconceitos, com a saudade de casa...mas este ano, vou ver prá onde a sorte me leva, e vou ver se é prá eu ficar mesmo aqui ou não! Mas tento conviver da melhor maneira possível, prá não me machucar mais!” (M (f), 34 anos, Zucas casadas com Tugas)

No debate são colocadas ideias de mulheres que possuem uma opinião muito positiva sobre viver em Portugal como por exemplo: “*Eu adoooo e nunca pensei em voltar... só para passar férias mesmo!*” (T (f), 24 anos, em *Zucas casadas com Tugas*). A referência à segurança, à tranquilidade e à relação amorosa como a principal justificação de gostar de viver em Portugal são os principais motivos apresentados.

Há algumas que consideram a experiência de um ponto de vista apenas positivo, como o testemunho acima referido. Contudo, prevalece na maioria dos testemunhos a ideia de que viver num outro país tem “prós e contras”. De facto, nos discursos apresentados há uma recorrência em situações de discriminação vivenciadas pelas mulheres, justificada por algumas membras segundo a atitude de algumas brasileiras: “*A fama que nós mulheres brasileiras temos por estes lados, fomos nós mesmas que a criamos e sei de vários casos de brasileiras que destruíram casamentos de portugueses e isso deu mais um motivo para desconfiarem de nós*”. (*Comunidade Zucas Casadas com Tugas*, Anónima) apresentando frequentes juízos de valor em relação à associação das brasileiras com a prostituição e a indústria do sexo e a mulheres que “roubam os maridos” de mulheres portuguesas.

A discriminação parece interferir na vida quotidiana dessas mulheres que explicitam situações na maioria dos testemunhos. “*Não gosto do preconceito q gira em torno de nós e se ocorre algo menos bom, a primeira coisa que falam é p/voltarmos p/lá, q aqui não é o Brasil, e claro, qdo são mau educados, chamam de pu..(sic). e etc.*” (*Comunidade Zucas Casadas com Tugas*, Anónima)

A dificuldade de inserção no mercado de trabalho e falta de amigos ao que tudo indica demonstra alguma dificuldade de integração:

“Não tenho amigos, me sinto muito só, pareço invisível aos olhos das pessoas que me rodeiam, meu marido é maravilhoso, bom até demais, mais não sou feliz, mesmo ele tendo enumeras (sic.) qualidades... A família dele parece que não enxerga... sou mesmo uma transparência... e querendo ou não isso mexe muito no meu casamento” (Anónima, Zucas Casadas com Tugas).

A relação afectiva, principalmente quando é a causa da imigração das mulheres é frequentemente verbalizada nos seus depoimentos virtuais: *“Eu vim para cá porque acredito no amor e queria vivê-lo plenamente”*; *“Gosto daqui. Me adaptei, vim prá cá por causa do meu marido e aqui pretendo ficar até quando Deus quiser”*. E assim a relação afectiva parece tornar-se a prioridade da vida de algumas mulheres em detrimento da vida profissional e dos vínculos sociais, tanto mais que estes se restringem na grande maioria dos casos ao marido e a sua família (quando bem aceitas) e às redes de contacto, normalmente virtuais.

Nesse sentido, subsiste uma multiplicidade de vivências proporcionadas por experiências distintas nos percursos migratórios e nos vínculos conjugais que são transmitidas nas comunidades virtuais e que assumem um papel importante na medida em que parecem constituir-se como estratégias individuais de inserção e reconhecimento numa sociedade em rede por meio da comunhão de categorias como a nacionalidade (brasileira) e a do marido (portuguesa), somado ao facto de serem imigrantes ou estrangeiras.

Como outro locus de encontro de mulheres brasileiras e homens portugueses o Brasil também deve ser ponderado. Apesar de ter uma menor incidência dentro dos casais entrevistados, L (f), 28 anos) e M (m), 42 anos) conheceram-se em Fortaleza, no Brasil. Ela estava num congresso e ele de férias com um amigo. Como diz a L, *“numa cidade neutra”*. Se encontraram num restaurante bastante conhecido dos turistas, Chico do Caranguejo. L diz que logo que elas se sentaram na mesa, ela e uma amiga, eles começaram a olhar, *“paquerar”*⁵³. No entanto, o reconhecimento do “outro” como estrangeiro deu-se de imediato. *“A forma de vestir (todo mauricinho, com camisa pólo, bermudas e chinelo de turista, o olhar meio perdido, a sensação de estranhamento”* é confirmado quando o apresentador do show do restaurante perguntou se havia alguém de Portugal e eles levantaram a mão: *“Confesso que foi curiosidade em beijar um estrangeiro, ver como é (...) A amiga disse que não iam pagar*

⁵³ Paquerar em português do Brasil significa em Português de Portugal “engatar”

nada toda a noite, que eles deviam ser cheios da grana e iriam “banciar” toda a noite....” (L, (f)29 anos, Minas Gerais).

A não vinculação dessas mulheres à prática da prostituição foi uma das preocupações sendo justificadas a partir do alto grau de formação e da independência financeira. “...*eu queria causar boa impressão, disse para ela que iríamos rachar a conta...éramos mulheres independentes, falamos que fazíamos doutorado e tudo, eles ficaram surpreendidos...*”

Piscitelli (2003) adverte para as hierarquias relacionadas com a localização estrutural das nacionalidades, onde noções de feminilidade e masculinidade vinculadas à origem nacional, classe, raça e idade se imbricam mutuamente. Nesse caso especificadamente, estas operam tanto na auto-representação de L (f), através de sua “brasilidade autêntica”, simbolizada na forma de vestir, na sensualidade e adereços locais, como também do homem do “primeiro mundo”, rico, disponível e a procura de sexo acessível. “*Eu acho que no começo ele estava em busca de sexo fácil com uma brasileira – estava de top, jeito de vestir bem exótico, que estimula o imaginário dos homens, brincos de coco, sandálias rasteiras*”... Após o primeiro encontro o casal passou os dias juntos em Fortaleza e durante seis meses mantiveram a relação através da *Internet* até que L (f), veio conhecer Portugal e passar quinze dias. A relação se manteve à distância até que em Novembro de 2006, após L (f) ter passado um período de trinta dias em Portugal e M (m) ter ido ao Brasil na defesa do seu doutoramento, L (f) decidiu vir para Portugal.

“...a despedida foi triste...eu disse que por mim não terminava ali e ele disse que o mundo era pequeno...” “ Ligava todos os dias que estava no BR. Em PT falávamos por e-mail, ele comprou um computador, falávamos no MSN, no Skype (ele nem tinha cadastro) ”

Girona (2007:8) encontra como procedimento habitual nos relacionamentos transnacionais a viagem do homem ao lugar de residência da mulher como primeiro passo da busca de uma esposa ou como confronto de contactos virtuais já estabelecidos à distância, sugerindo de maneira ilustrativa a ideia do homem como um “turista amoroso” e da mulher como “uma migrante por amor”.

Entretanto, no contexto dos casais luso-brasileiros verifica-se também situações em que é a mulher que toma a iniciativa de conhecer o país de residência do homem, independente da forma em que se procedeu o primeiro contacto seja no Brasil ou através da *Internet*, (excepto

as mulheres que conheceram os seus companheiros no seu percurso migratório em Portugal, onde o deslocamento não teve como causa a relação afectiva). Não há uma regra entre as mulheres entrevistadas em relação ao primeiro contacto físico, podendo este ter como território Portugal ou no Brasil. Depois dessa primeira viagem e em geral depois de outras que se vão sucedendo durante um certo intervalo de tempo a relação é consolidada e produz a migração da mulher para o país de residência do homem:

“...eu morava com os meus pais, e a gente conversava todos os dias ele disse que dali três meses, nas suas férias ia para o Brasil para me conhecer, só que era complicado porque eu trabalhava, num shopping (centro comercial) e pegava de 11h e largava de 7 da noite e eu disse que se ele fosse ao Brasil ia ser meio complicado porque eu não ia ter tempo disponível para dar para ele, eu não tinha tempo. E ele pegou, pronto ele ficava, não mas eu tenho vontade de conhecer o Brasil, para gente se conhecer pessoalmente, e depois com o passar do tempo me disse que se fosse ao Brasil teria que me trazer de volta”. (S (f), 34 anos, Pernambuco)

S (f), 34 anos que conheceu seu actual marido J (m), 42 anos, pela *Internet* veio para Portugal para conhece-lo pessoalmente. Segundo ela, o facto de trabalhar muitas horas e morar com a família dificultava recebê-lo no Brasil. Entretanto, após quatro meses de namoro à distância, decidiu vir para ficar, mesmo com a reprovação de sua família. *“E quando eu comuniquei a minha família que vinha, pronto foram contra, minhas irmãs, é difícil, mas eu tinha certeza. E quando eu vim, era para ficar”*. Já P (f), 36 anos que conheceu seu actual marido também pela *Internet* – meio pelo qual passaram a conversar diariamente através do MSN –, relata que o facto de R (m) 33 anos, decidir ir ao Brasil conhecê-la foi fundamental para a consolidação da relação: *“Jamais viria para Portugal sem conhecê-lo, aliás a minha família fazia questão de que ele fosse ao Brasil”*. Quando se encontraram pessoalmente e passaram dez dias juntos é que segundo esta, confirmaram o interesse de um pelo outro, decidindo ela migrar para Portugal passado dois meses do retorno dele para Portugal.

Outros contextos de contacto entre brasileiras e portuguesas são nomeadamente os espaços de sociabilidade em geral, na medida que a imigração brasileira feminina torna-se cada vez mais visível, e consta na sua maioria de mulheres com o estado civil de solteiras e/ou divorciadas. Dessa forma, tornou-se necessário observar os lugares de convivência da comunidade brasileira em Portugal – como bares, discotecas e restaurantes brasileiros. Foram observados o *Amarelinho* (Cascais), *Cenoura*, *Sabor a Brasil* e *Bar Cuba Libre* (Expo), *Oka Bar* e *Tacão Grande* (Bairro Alto) e o *Armazém F* (Docas).

Entretanto, observou-se que esses lugares são frequentados maioritariamente pela comunidade brasileira, salvo algumas excepções, não sendo *à priori* espaços favorecidos para encontros entre brasileiras e portugueses. Contudo, dentro do universo da amostra da pesquisa (22 mulheres e 13 homens), dois dos casais entrevistados se conheceram em um desses locais. F (m), 47 anos e L (f), 27 anos conheceram-se no *Amarelinho* em Cascais. De acordo com este interlocutor depois de ter visitado o Brasil começou a ter uma certa “*apetência*” para a música brasileira. A curiosidade e o “*achar graça*” à maneira de falar dos brasileiros “*que falam e cantam e vivem a dançar*” fez com que começasse a frequentar com alguma frequência a discoteca. Há alguns anos, que este português frequentava o *Amarelinho*, começando por conhecer um dos empregados do bar que o chamava de “*cara legal*” e que se continuasse a frequentar o espaço faria certamente muitos amigos. Vale a pena ressaltar que nesses espaços, frequentados maioritariamente por brasileiros se nota que os portugueses necessitam de algum tempo para serem “*aceites*” no grupo.

“E durante muito tempo eu ia para lá e não conhecia ninguém. Tava lá, bebia um copo, falava com o Paulo (empregado) e saía de lá satisfeito, com a noite ganha. Entretanto foi acontecendo de conhecer pessoas, fazendo amigos, e fui começando a ter relacionamento com pessoal brasileiro lá, me convidavam para ir a casa deles, almoçar, beber uns copos, passagem de ano, festas de aniversário...”

Foi naquele espaço que conheceu a sua actual esposa; casaram há aproximadamente um ano, apesar de viverem em união de facto há mais tempo. Ela, ao relatar o dia em que se conheceram, afirma ter reconhecido o facto deste ser português “*(...) e de repente olhei para um portuga, um coroaquinho... (risos), como eu gosto*”.

De forma análoga, A (f), 34 anos e J (m), 35 anos conheceram-se no *Sabor a Brasil*, outra discoteca brasileira. Diferente do anterior homem português, J não era um frequentador assíduo do espaço, mas entretanto foi com alguns amigos até a discoteca. Parece interessante observar que nesses espaços, marcadamente “*brasileiros*”, esses homens são categorizados como estrangeiros, mesmo em território português, o que faz com que necessitem de algum tempo para se sentirem aceites no(s) grupo(s).

Tais relacionamentos, ao que tudo indica, seguem os percursos de formalização da conjugalidade, sendo o tempo médio do namoro 6 meses. A co-habitação antes da oficialização do casamento é uma das regularidades entre casais que se conheceram nos espaços de sociabilidade brasileiros, como também os que se conheceram em outros contextos como cafés, local de trabalho ou lugar de residência.

“A gente passou a noite dançando e no final ele me levou em casa, trocamos telefone, e começamos a falar pelo telefone. Outro dia me convidou para sair, eu aceitei, saímos e partir desse dia estamos juntos até hoje, fomos saindo, saindo...Eu trabalhava de interna, desde quando vim do Brasil vim com o objectivo de trabalhar, ajuntar um dinheiro e ir embora, vim aqui mesmo como imigrante, não vim aqui casar com portugueses, atrás de vida boa. Então conheci ele, gostei dele, a gente namoramos uns 7 meses e resolvemos morar juntos. Abri mão do meu trabalho e vim morar junto com ele. E nisso já tem 1 ano e meio que estamos juntos”
(L, (f) 27 anos, Bahia)

Z (f), 40 anos e R (m), 58 anos conheceram-se no *Horizon-Restaurante*. Ele ofereceu boleia, ela aceitou, estava de mudança de morada e iria trabalhar como doméstica interna. R ofereceu-se para fazer a mudança, ela estava um pouco desconfiada pois sabia que em Portugal havia muito preconceito em relação às brasileiras e não sabia como ele a via. Apesar de tudo, decidiu aceitar. Similarmente, C (f), 45 anos e A (m), 58 anos conheceram-se no café de que este era proprietário. Depois de um período de amizade, começaram a namorar e entretanto após sete meses decidiram viver juntos. Em Abril de 2008, após dois anos de relação, oficializaram o matrimónio devido aos planos do casal de viverem no Brasil, fazendo-se necessário a A (m), 58 anos possuir uma autorização de residência para viver no Brasil.

Para finalizar, pode-se concluir que os contextos de lazer e os locais públicos parecem ser os principais espaços sociais da conjugalidade transnacional em Portugal, somado evidentemente à Internet, o que diverge um pouco do estudo realizado por Rosa (2004)⁵⁴ sobre os casamentos endogâmicos entre portugueses; aquele autor refere que a matrimonialidade entre casais portugueses, onde as redes de amizade (14,5%) e as sociabilidades locais (30,5%) prevalecem como primordiais seguido do local de trabalho (12%), a escolha do cônjuge resulta mais provavelmente num casamento endogâmico, no interior do grupo de pertença.

⁵⁴ Rosa, Rodrigo (2004). *Escolha do cônjuge e locais de encontro*. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Famílias, Braga, Portugal.

CAPÍTULO III – CONJUGALIDADES, CONVENIÊNCIAS E AMORES

3.1 – CONJUGALIDADES EM MUDANÇA: DIMENSÕES ESTRATÉGIAS E NOVAS CONCEITUALIZAÇÕES DO “AMOR”

As décadas finais do século XX, processo denominado por alguns autores como modernidade avançada (Beck e Beck-Gernsheim, 2002) ou modernidade reflexiva (Giddens e Lash, 2000), coloca em discussão as transformações ocorridas nas sociedades ocidentais no que se refere às conceptualizações do *amor* e às formas de organizar e viver em família. A afirmação da ideia de unicidade do indivíduo que possui uma subjectividade própria – característica do conceito de *individualização*⁵⁵ –, é considerada central na medida em que produz uma ordem social mais individualizada nas formas de organização da família, dos grupos sociais, multiplicando os padrões biográficos possíveis.

A alteração dos vínculos entre o público e o privado e a reinvenção dos sentimentos e da intimidade amorosa criam um novo lugar para o indivíduo na arquitectura da família e da sociedade em geral. A própria conceptualização do amor que inclui os aspectos sexuais dentro do matrimónio, diferente da selecção do parceiro unicamente por interesses sociais e económicos colocando o casamento como meio privilegiado de obter uma posição social (Bourdieu, 2002 p-49), pode ser observada.

Em contraposição a rigidez social do passado, a trajectória e a “identidade” de cada indivíduo não se encontram inexoravelmente definidas, passando de coordenadas imutáveis para tarefas a realizar ao longo da vida (Bauman, 2000). Tendo como foco a conjugalidade, a passagem do *casamento-instituição* para a *relação construída* pode servir de exemplo. No entanto, como escreve Beck (2002:p-11), a liberdade individual na vida privada apesar de ser evidenciada progressivamente, convive com outros condicionalismos.

“As biografias são removidas dos seus preceitos e certezas tradicionais, do controle externo e das leis morais mais gerais, tornando-se abertas e dependentes da tomada de decisão e são assinaladas como uma tarefa para cada indivíduo. A biografia padrão é transformada em “biografia de escolha”, com todas as compulsões e “temores de liberdade” que são recebidas em troca.” Beck (2002:p-12)

⁵⁵ O conceito de individualização marca os debates contemporâneos sobre as transformações na família e na conjugalidade referindo-se a um processo de sentimentalização, privatização e desinstitucionalização da vida familiar através da construção narrativa da individualidade, por contraponto à primazia de instâncias colectivas, como o parentesco que pouco valorizavam a pessoa individual. A ideia é que essa individualização liberta, parcialmente as pessoas dos papéis e constrangimentos tradicionais. (Aboim, 2004:32)

Entretanto, a conjugalidade não se deslocou, todavia, do seu lugar fundamental nas biografias e nos projectos dos indivíduos. A liberdade da escolha amorosa, a importância primordial da realização afectiva e do bem-estar individual e a visão da família como um espaço de intimidade são realidades inerentes. Mas a multiplicação dos trajectos e de possibilidades de situações conjugais e de escolha do parceiro, abre um leque importante de conjugalidades possíveis na sociedade contemporânea.

Sendo assim, as transformações na conjugalidade não são apenas o resultado dos desejos individuais, mas a inserção dos indivíduos em novos quadros institucionais. Dessa forma, a oposição linear entre o determinismo associado a um passado “pré-moderno”, centrado na família nuclear e baseado num sistema de género fundamentado em grande medida numa definição tradicional acerca dos papéis atribuídos a mulheres e homens, que colocava a responsabilidade do âmbito *reprodutivo, doméstico e privado* para a mulher e o âmbito *produtivo, extra doméstico e público* para o homem; e a liberdade – possibilidade conquistada com a modernidade reflexiva e fragmentária (Aboim, 2004:39) –, não responde às questões colocadas no terreno.

Combinar margens de autonomia na esfera familiar cruzando com categorias sociais como classe e género poderá gerar um olhar específico da actuação dos processos globais de modernização, que não se deram de forma análoga em todos os contextos. Na verdade, a proposta de uma liberdade amorosa, centrada no indivíduo, não quebrou todas as cadeias de homogamia social, a busca pela igualdade de género não acabou com a “*dominação masculina*”, a separação entre família e produção económica não fez da primeira apenas um lugar expressivo de manifestação de afecto.

No caso dos relacionamentos transnacionais a relação de poder é desigual e localizada por uma soma de categorias como género, nacionalidade e mobilidade. Temos assim uma mulher brasileira imigrante e um homem português nativo. Entretanto, as relações desiguais são muitas vezes criadas fora da relação a dois, e sentida nas relações sociais mais amplas (família do cônjuge, local de trabalho, instituições, etc.). A própria decisão pessoal de construir um matrimónio parece ser valorizado pela lei, pela sociedade e pelos discursos dominantes no que à diferença cultural diz respeito, limitando o pleno sentido da interculturalidade.

Dessa forma, ao invés da união de dois sujeitos, temos a união de duas nacionalidades. E será que o que motiva essas pessoas a casarem-se reside no facto de possuírem nacionalidades diferentes? E em que medida os discursos dominantes sobre os portugueses e as brasileiras fazem sentido na relação afectiva e sexual? O facto de se considerar os casamentos transnacionais como uma eventual estratégia hipergâmica – o casamento com um cidadão “Europeu” como forma privilegiada de obter uma posição social e um estatuto jurídico – tem restringido as ponderações sobre esse fenómeno, que na realidade se insere num contexto mais amplo de definições de masculinidade e feminilidade, seja em relação à autonomia, status laboral e dependência económica e afectiva, como também em relação às opções do mercado matrimonial em que essas pessoas estão circunscritas.

É importante salientar que a diferença, então sublinhada nos casamentos “interculturais”, se inscreve em hierarquias de alteridade que reflectirão tanto na relação conjugal, como também na definição de papéis de género: a mulher, imigrante, estrangeira e o homem nacional. As expectativas matrimoniais entre homens e mulheres nos casamentos transnacionais têm demonstrado em alguns contextos uma perda da individualização da mulher que pode ser justificada por problemas jurídicos ou institucionais como também pela falta de relações interpessoais (o companheiro passa a ser o único vínculo afectivo), bem como pela dependência económica. As mulheres sentem-se inseguras, perdendo a autonomia, característica que marcava de alguma forma a sua identidade no contexto do contacto. A incorporação de papéis tradicionais femininos dessa forma deve ser levada em consideração, como também as expectativas em relação aos papéis masculinos a serem desempenhados pelos homens portugueses.

Kojima (2001) em seu trabalho realizado sobre a indústria *mail bride* alerta para a possibilidade de construção de um novo sistema global para a divisão reprodutiva e do trabalho. Segundo o autor, as mulheres nos países industrializados têm vindo a obter um nível individual bem sucedido libertando-se dos imperativos de se casar e ter filhos, ainda que não tenham conseguido mudar o sistema subjacente do capitalismo e do patriarcado que depende do género e do trabalho não remunerado para a reprodução humana e social. Por conseguinte, segundo o autor, os papéis tradicionais femininos estão a ser principalmente desempenhados por migrantes, esposas e mães.

3.2 – FLUXOS MATRIMONIAIS: ANÁLISE CONCEPTUAL

A natureza conceptual no que diz respeito ao modo de classificar os relacionamentos, estratégias matrimoniais e reprodutivas renova-se de acordo com a ênfase que se pretende dar ao fenómeno. Central nas discussões teóricas é o elogio às diferenças, ou seja, na definição do *outsider*, o que revela o casamento como *cross-cultural*, misto ou de conveniência (*white-marriage*), *out-marriage*, etc.

Os casamentos transnacionais não são um fenómeno recente, mas a globalização, nas suas diversas formas tem facilitado as reuniões de parceiros de origens diversas. Dois aspectos em particular parecem ser relevantes: o aumento da mobilidade internacional e o intercâmbio cultural internacional. O aumento das viagens e das migrações internacionais pode ser considerado um importante factor que promove o aumento das relações íntimas “cross-cultural”, mas a utilização de tecnologias como a Internet, sem dúvida, contribui para o aumento do fluxo de informações (Piller, 2007:8). Dessa forma, as reuniões virtuais se tornam vulgares seja em “chats”, em sites específicos de encontros, como também no uso de empresas denominadas “*mail brides*”⁵⁶. No contexto português, Grassi (2006:298) recolhe informações em agências matrimoniais de Lisboa, como também realiza um levantamento de numerosos sítios na *Internet* que funcionam como agências matrimoniais.

Uma das primeiras terminologias a serem utilizadas e que se refere sobretudo a uniões entre indivíduos de religiões divergentes e relações inter raciais, foi denominada como *casamento mistos*. Esse termo é ainda encontrado nas bibliografias recentes (Breger, 1998), para caracterizar matrimónios celebrados quando um dos cônjuges é estrangeiro. O “misto” passa a representar indivíduos que possuem origens nacionais distintas, sobretudo em estudos sobre a experiência colonizadora e os seus efeitos de criouliização, mestiçagem e miscigenação.

Posteriormente encontra-se o conceito de *casamentos inter culturais*, que implica a noção de uma comunidade étnica imaginada, onde a cultura é fixada na maioria das vezes em

⁵⁶ O'Rourke (2002:480), comenta que essa indústria se inicia na década de setenta com anúncios pessoais e catálogos, mas é sobretudo com a disseminação do uso da Internet que pode-se observar o “boom” de agências com essa finalidade. Em 2002, o autor estimou que existia cerca de 2700 agências em todo o mundo. Dessa forma, os sites oferecem maiores possibilidades de escolha aos seus “clientes” tanto do ponto de vista quantitativo (número de parceiros potenciais) como qualitativo (alargada base sobre a qual uma escolha está sendo feita). Entretanto o autor alerta para o facto de que apesar da Internet oferecer muitas vantagens para uma possível relação «cross-cultural», pode também funcionar como *front-shops* para o tráfico humano e redes de prostituição, e mesmo que não, o perigo de entrar em um relacionamento abusivo pode ser elevado.

estereótipos e visões culturais simplificadas. Breger e Hill conceptualizam de forma semelhante os casamentos mistos e os cross-cultural. “*Mixed or cross-cultural marriage taken to mean marriages between two people from different linguistic, religious, or ethnic groups or nations*” (1998:7). No entanto, as dúvidas acerca do que constitui uma cultura diferente são uma das problemáticas desse conceito. Tannen (1986), tal como outros autores, indica a dimensão do problema da definição do Outro, ao dizer que todas as nossas experiências tem uma natureza sexual e alerta para o “fosso” cultural que existe entre os sexos dentro da mesma classe e cultura. Portanto, a diferença é primeiramente construída dentro das classes e regiões de uma mesma sociedade. Segundo tal perspectiva, todos os casamentos poderiam ser considerados como *cross-cultural*.

O pressuposto subjacente do conceito de casamentos inter culturais tende a conduzir uma visão acrítica de que a cultura é facilmente identificável, sem grande variação interna. Entretanto, como sublinha Macdonald,

“...there is generally divergence of cultural practices, speech forms, and so on, from region to region, and class to class, let alone from one century to the next, or that there may be several concurrently existing very different sets of practice whose practitioners may reject the practices of others within the large ethnic grouping”. (1994: 67)

Johnson e Warren (1994), criticam alguns antropólogos por criar e perpetuar a ideia de pessoas de determinada cultura no estrangeiro viverem necessariamente na forma de uma “comunidade étnica”, desconsiderando as implicações da interactividade. Dessa forma, a investigação etnográfica tem, por assim dizer, concedido privilégio às relações sociais (antropologia social britânica) ou dado peso excessivo nos valores culturais (antropologia cultural norte americana). O problema central que se coloca é o modo como os “valores” são agenciados na prática das relações sociais, utilizando o conceito de poética social, apresentação criativa do Eu individual proposto por Herzfeld (1997).

O “essencialismo prático”⁵⁷ ao que tudo indica parece ser central nas conceptualizações sobre os relacionamentos transnacionais através principalmente da propagação de estereótipos positivos e negativos dos *Outros* estrangeiros, que não consistem apenas em descrições, mas na incorporação de julgamentos de valor em relação a outros grupos. Dessa forma, parece não bastar a boa vontade da antropologia na afirmação de que as identidades são múltiplas ou de

⁵⁷ Herzfeld (1997:26-29) renuncia em nome do “politicamente correcto” à análise do que denomina os essencialismos práticos que denomina como essencializar o próprio essencialismo.

que as etnias são relacionais e que a “marca nacional” é uma invenção. Para além das ideias teóricas, as expectativas do senso comum e os estereótipos tem frequentemente um papel chave na caracterização e análise dos relacionamentos transnacionais.

O papel dos estereótipos na escolha do cônjuge tem sido explorado por diversos autores (Ver Shibata, 1998; Breger, 1998; e Kohn 1998), tanto como forma de incentivo a escolha de um estrangeiro – que envolvem as suas definições de género os papéis desempenhados no casamento – como na influência na aceitação social do casamento exogâmico e a reacção das autoridades. Takahashi (2006)⁵⁸ na sua tese de doutoramento proporciona um importante contributo para a compreensão do papel dos estereótipos quando afirma que a escolha de um cônjuge estrangeiro pelas mulheres japonesas se insere na construção de um contexto discursivo específico em relação aos homens americanos e ingleses, através da veiculação de imagens, sobretudo na indústria cinematográfica, de homens compreensivos em relação às mulheres, e bons para o futuro; semelhante às imagens de celebridades como Brad Pitt, Tom Cruise, etc.

Por outro lado, Campbell (2007), ao utilizar o conceito de identidade performativa de Butler (1999) alerta para as dimensões culturais da atracção dentro de contextos de relação de poder desiguais. Assim, o jogo da fantasia e imaginação, a manipulação das representações culturais e o próprio desempenho dos estereótipos – assim como potenciais desequilíbrios são todos críticos para analisar as relações transnacionais.

Torna-se então necessário avaliar quais são as diferenças entre as expectativas e a realidade, e de que maneira as visões estereotipadas dos estrangeiros seduzem ou repelem, e como é que as pessoas lidam com a experiência das diferenças – possibilidade de mudança, mobilidade ou com um sentimento de desterritorialização e de alienação cultural. Além disso, importa perceber como é que as pessoas negociam a sua auto representação e a percepção dos outros.

F (m), 47 anos, Lisboa afirma que a nacionalidade interferiu de maneira positiva como também foi importante na decisão da escolha de L (f), 27 anos, Bahia, como sua actual esposa, principalmente depois de ter conhecido o Brasil.

“ (...) Eu fiquei muito deslumbrado com a maneira de ser das brasileiras e a maneira despreocupada como encaram um relacionamento humano, físico, as portuguesas acho que são muito mais.... às vezes eu tenho medo da generalização, mas de um modo geral.... Eu penso que a mulher brasileira e o homem brasileiro talvez pelo clima, sei lá, cultura, estão habituados a ser menos depreendidos, menos complexados com o seu corpo, a relação a física, humana e eu depois de conhecer pessoas brasileiras gostei dessa postura, dessa maneira de estar, essa maneira de ver as coisas “ parece que ter uma relação sexual entre um homem e uma mulher, aqui às vezes pode ser um drama, é quase um crime, lá não, as pessoas fazem porque o apetece, porque não tem que dar satisfações a ninguém, porque são humanos, uma série de factores que fazem com que as pessoas se entreguem na boa, desde que queiram” (F (m), 47 anos, Lisboa)

“Eu achei que ter uma relação com uma mulher brasileira era mais engraçado, mais próximo, sei lá... E foi por isso que comecei a sentir interesse por me envolver com mulheres brasileiras. E daí que eu estava receptivo mesmo a encontrar uma mulher brasileira, e quando eu falo mulher, falo esposa. E isso também facilitou as coisas, eu conheci a L, gostei dela, namoramos, desde de o início tivemos uma relação muito aberta, franca, descomplexada, tendo em conta a nossa diferença de idade, até nisso seria muito mais difícil acontecer com uma mulher portuguesa. Uma mulher de 27 anos se interessar por um homem de 47. Isso aconteceu e nós gostamos um do outro” (F (m), 47 anos, Lisboa).

A importância da interpretação comparada dos diferentes contextos migratórios torna-se relevante à medida que flexibiliza as definições do outro estrangeiro; aquilo que Breger denominou de “mercado simbólico de fronteiras de diferença” (1998:8). Assim, há uma hierarquia de aceitabilidade dos estrangeiros de acordo com a definição colectiva e pessoal do *Outro* mais próximo, mais familiar, de uma presença mais tolerada ou admirada. Barth (1969) argumentava que essa informação podia ser definida apenas através da auto-representação do que é considerado estranho, necessariamente embutido na evolução política e socio-económica das relações entre os grupos.

No contexto escolhido pode-se observar uma falha temporal entre o tempo colonial e a actualidade. Porém a imigração (que se torna visível a partir dos finais da década de oitenta), reformula as imagens recíprocas, nesse caso, entre o Brasil e Portugal. O aumento do turismo internacional para o Brasil, o acesso massivo à cultura brasileira através principalmente da imprensa televisiva, bem como a intensificação dos fluxos migratórios direccionados para Portugal tem alterado as representações sobre o Brasil em Portugal. Machado (2006), através do conceito de “jogo da centralidade”, atenta para o carácter performativo da identidade, que de forma consciente faz com que o indivíduo se sinta mais “autêntico” quando se torna mais próximo da imagem que os outros fazem dele.

“O trabalho é o principal caminho para os processos de exotização, já que os lugares oferecidos pelo mercado de trabalho português são relativos aos estereótipos: animadores, músicos, capoeiristas, dançarinos, jogadores de futebol e atendentes ao público em geral. Como o trabalho da maioria está ligado às imagens essencializadas/estereotipadas do Brasil, os imigrantes procuram reforçar a sua autenticidade enquanto brasileiros. Quanto “mais

brasileiros” aparentarem ser, exercerão maior influência entre os brasileiros e ganharão maior legitimidade entre os portugueses com os quais se encontram em posição simbolicamente subordinada, já que os empregos são mais facilmente conquistados por “aqueles que sabem o seu lugar” (Machado, 2006: 08).

Embora a análise de Machado se concentre sobretudo na inserção dos brasileiros no mercado laboral, demonstra um exemplo de como se operam a “poética social”, conceito proposto anteriormente. Além disso, o ajuste da raça à nacionalidade pode ser observado enquanto discurso através do qual a cor da pele passa a não ser um marcador importante. Dessa forma, uma mulher não precisa ser mulata para ter consigo o estereótipo de brasilidade. A filiação e a conexão associada a uma imagem exotizada e sensualizada pode ser observada ao considerar o facto de que a maioria da imigração brasileira em Portugal é proveniente de fluxos do Paraná, Goiás, Minas Gerais e São Paulo (Casa do Brasil, 2007:239), ou seja, de contextos identitários regionais de classe, género e raciais, que não necessariamente cumprem o ideal de mestiçagem.

A cor da pele em alguns casos ocorre como um marcador importante para o reconhecimento da brasilidade por parte das entrevistadas, ou ainda a ideia da “raça” brasileira como consequência da miscigenação (Lesser, 2001).

*“Pelo corpo, pelo jeito de falar, a mulher brasileira é diferente, o jeito de vestir, o sorriso...Pela cor, o **Brasileiro tem um rosto corado, come feijão....**” (E (f), 21 anos, Espírito Santo)*

*“Assim, normalmente as pessoas definem uma brasileira pela cor, por exemplo as portuguesas são mais branquinhas e as brasileiras mais **amulatadas**, mais **escurinhas**. Mas tu mesmo, (a entrevistada faz referencia a investigadora que também é brasileira) se vc passar perto de mim com esse look, esse penteado, branquinha, **eu dizia que vc era portuguesa**” (L (f), 27 anos, Bahia)*

A auto-representação de algumas entrevistadas é feita através de discursos assentes no sensualismo e exotismo da mulher brasileira, sobretudo quando se faz necessário o confronto e o estabelecimento da diferença em relação à nacionalidade portuguesa e ao género feminino.

“Somos diferentes no corpo – mistura morena, mulata – eu tenho as três raças no meu sangue. O meu marido fala que eu sou quente e para mim isso é normal...mas acho que temos algum controle através do sexo...Não acho as portuguesas bonitas, são frias...” (L (f), 29 anos, Minas Gerais).

“... E eles não são muito de contacto, de amor, de sexo, essas coisas e nós já somos diferentes...então eles buscam isso, suprir aquele envolvimento que eles não tinham, e vão para a brasileira porque já que quem faz a fama, deita na cama, eles vão atrás disso”. (R (f), 34 anos, Santa Catarina).

*“Do ponto de vista sexual acho que a nacionalidade não interfere muito... mas eu acho que a mulher brasileira é diferente da portuguesa. Eu conheço portuguesas que estão sem ter uma relação sexual há 5 anos, divorciadas, e dizem que não querem mais saber de homens... então assim **que a mulher brasileira gosta mais de sexo do que a mulher portuguesa...**” (A (f), 26 anos, São Paulo).*

De outra forma encontramos no terreno um contra-discurso das mulheres brasileiras casadas com portugueses com o objectivo de desconstrução do estereótipo. Através da distinção social (discursos de classe), ou da vinculação a uma origem “europeia”, constroem narrativas identitárias que pretendem destoar do imaginário acerca das brasileiras em Portugal.

*“Eu vim quase que já com a promessa de quando voltaria para o BR. (...) Eu tinha um emprego muito bom, ganhava bem. (...) **E eu não vim para arriscar, pq se eu quiser voltar tenho a minha casa no Brasil, posso encontrar emprego**, então como tinha essa segurança não me custou vir para cá, ficar junto dele”. (P (f), 36 anos, Pernambuco, focus group)*

*“Criou-se um estereótipo negativo, em que as mulheres brasileiras são vistas como prostitutas ou empregadas domésticas, e os homens são bandidos potenciais, que o Brasil é um país miserável, e que a maioria dos que aqui estão são oriundos de favelas. **No meu caso, talvez por meu marido pertencer a um nível sócio-cultural mais elevado, e eu também ser de origem semelhante, não existe esse tipo de preconceito no núcleo familiar**” (M (f), 51 anos, Minas Gerais)*

*“O meu Estado foi toda uma colónia dada a Europa. **Minha mãe era descendente de italiano, os meus avós eram alemães, só uma parte da minha família é que era descendentes de negros...era tudo uma mistura**. Mas as outras pessoas que não tiveram esse contacto sentem muito mais, é completamente diferente, o humor, a alimentação, postura, tratamento, eles (os europeus) são completamente diferentes, são mais frios, mais fechados, não demonstram nenhum tipo de afecto, de sensibilidade que deixam eles vulneráveis”. (R (f), 34 anos, Santa Catarina).*

“As minhas amigas que tem formação, projectos de vida, não me perguntaram se aqui tinha muito homem, mais a faxineira da Prefeitura, sim”. (P (f).36 anos, Pernambuco)

A distinção racial também é utilizada por homens portugueses ao considerarem que a sua actual parceira não corresponde ao padrão estereotipado da brasilidade. Apesar de admitirem que no contexto português o reconhecimento da brasilidade se dá na maioria das vezes pela nacionalidade e não pela cor da pele, esta é uma das narrativas encontradas frequentemente:

*“A P foge um pouco do padrão brasileiro, principalmente por causa da cor da pele, pois pensa-se sempre que o brasileiro é de cor. Eu estava com receio de que os meus pais não me apoiassem e eles me apoiaram – a Patrícia foi muito bem recebida. No trabalho também, pois tenho vários colegas que são casados com brasileiras”. “ (...) **A cor foi importante – ela é descendente de holandesa** – eu vou ser sincero, você pode achar que sou racista, mas nunca me senti atraída por uma pessoa de cor. Apesar que aqui em Portugal o preconceito não é pela cor da pele, mas sim pela nacionalidade” (R (m), 34 anos, Lisboa).*

A ambiguidade e contradição destas declarações reflectem desde logo, a dificuldade na definição de padrões de brasilidade e no tipo de preconceito (racial ou nacionalidade) a que os casais estão sujeitos e os que motivam a escolha do cônjuge. No entanto, quando o marcador é racial, as mulheres brasileiras são distinguidas pela cor “morena” ou por marcadores raciais fluidos, consequência do ideal de mestiçagem, normalmente associado também a uma “mulher quente”, o que poderia justificar um maior número de casamentos entre brasileiras e portuguesas quando comparados com a comunidade africana, tornando assim a cor da pele como um condicionante a ser considerado.

Apesar da maioria dos entrevistados(as) possuírem representações acerca da própria nacionalidade como também da nacionalidade do cônjuge, sejam estas positivas ou negativas, estas nem sempre operam de forma linear na relação afectiva, ou seja, mesmo que a nacionalidade tenha sido relevante na escolha do cônjuge, é o carácter de unicidade do parceiro que prevalece enquanto narrativa central:

“Eu vou falar pelo meu: é mais carinhoso, mais atencioso, se preocupa muito comigo, tá sempre do meu lado...ah sei lá, é totalmente diferente do brasileiro. Eu tenho 28 anos, já tive dezenas de “flirtes” e relacionamentos, mas nunca encontrei ninguém igual a ele...não sei é pq é português, mas eu nunca me relacionei com brasileiros igual a ele....é mesmo especial (imita o sotaque português) ”. (L (f), 27 anos, Bahia)

“ (...) Eu acho que uma questão de personalidade...eu não sei dos outros relacionamentos, pq a gente conhece outras pessoa se sabe né, e eu sei que o meu caso é questão de sorte mesmo. Eu acho que tem uma influência dele ter sido criado em África, é muito mais doce, mais meigo, mais compreensivo, tem uma cabeça muito aberta, pode ser que seja preconceito da minha parte acharem que as pessoas aqui não têm a cabeça tão aberta, mas por ele ser educado em África é mais terno, mais doce, eu penso assim” (S (f), 34 anos, Pernambuco).

Dessa forma, o presente trabalho propõe uma análise que transcenda o reducionismo moralista e unidimensional visto nas relações de poder e desigualdades apoiado na nacionalidade, em favor de uma compreensão complexa das expectativas dos membros do casal em relação ao matrimónio, sejam elas emocionais, políticas, económicas ou sociais. A própria escolha do termo *transnacional*, faz sentido na medida em que dá ênfase nos fluxos e não em categorias fixas como a nacionalidade ou a raça. Nesse sentido, seria possível falar de casamentos transnacionais com indivíduos da mesma nacionalidade, desde que esses tivessem como característica na relação a mobilidade de um ou dos dois membros do casal. Lu (2008) sugere o termo “casamentos transnacionais”, para configurar a rede transnacional que é criada pelos próprios actores, bem como as operações de recursos económicos, políticos e culturais entre o envio e a recepção das comunidades (os fluxos). Desse ponto de vista, o termo

transnacionalismo sugere não o fim do Estado-Nação, mas centra-se na forma como os actores, nas suas escolhas e oportunidades de matrimonialidade, são mediados pelo Estado – em ordem aos imperativos legais, éticos e morais locais.

Vale a pena reforçar novamente que a temática dos casamentos transnacionais, ou especificamente das relações afectivas e sexuais transnacionais, não se insere em contextos anteriormente estudados no domínio da transnacionalização do mercado sexual – onde a dimensão afectiva é incorporada no turismo sexual – assentado na lógica linear de jovens brasileiras que deixam o país acompanhadas por turistas sexuais ou que são vítimas de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual.

A fluidez do aumento e da diversificação da imigração – marcada por uma feminização – com fluxos provenientes de certas regiões do mundo como da América Latina para o Sul da Europa (Anthias, 2000:15) parece ser um consenso entre autores que abordam as migrações contemporâneas. Piscitelli, através do argumento sustentado por Pessar e Mahler (2001), verifica que o género opera simultaneamente em escalas múltiplas, espaciais e sociais, através de territórios transnacionais, incidindo nas localizações sociais dos agentes. Essas localizações, dentro de hierarquias de poder, possibilitariam diversos tipos de “agência”, *“entendida tanto em seus aspectos cognitivos, envolvendo imaginação, planeamento e traçado de estratégias, como acções concretas”* (Piscitelli, 2003). Dessa forma, torna-se necessário trabalhar com uma noção de geografias de poder marcadas por género, para analisar a agência social, considerando o posicionamento dentro das múltiplas hierarquias de poder que operam dentro e através dos territórios.

Por fim, o Estado e as leis também interferem na medida em que regulam sobre o que constitui um casamento, quem pode casar com quem; e as políticas de imigração também podem desempenhar um grande, mas muitas vezes esquecido, papel na limitação da escolha do cônjuge. Outro factor importante reside no facto de que muitos dos casais que possuem relacionamentos transnacionais optam pela institucionalização da relação, devido à limitação das possibilidades de regularização do cônjuge – como por exemplo, o visto de residência para trabalho ou o reconhecimento da união de facto. O facto de utilizarem o casamento como forma de “legalização” do cônjuge estrangeiro não confere à relação o adjectivo de conveniência. Porventura, é sobretudo a tentativa de limitar riscos e de procurar maior segurança (familiar, emocional, jurídica) na estadia no país de acolhimento. Na verdade, a

escolha pela celebração do "contrato" de casamento poderia ser adiada ou substituída pela união de facto, se o problema da regularização não fosse uma realidade.

Em artigo publicado recentemente no jornal *El País*⁵⁹ esta realidade é igualmente referida por diversas imigrantes entrevistadas que aludem à sua dificuldade em regularizar a sua situação; por outro lado, a Directora Geral dos Serviços de Cartório e Notariado espanhola acrescenta que também os casamentos mistos “sinceros” têm vindo a aumentar. Trata-se afinal de uma tendência relativamente generalizada em toda a Europa que deveria suscitar maior aprovação face a dados demográficos preocupantes em outros campos da população: natalidade, nupcialidade, envelhecimento.

Em síntese, as condições de cidadania e os direitos de mobilidade que são um dos elementos chave das democracias modernas terão de ser repensados e reorganizados com vista a permitir políticas migratórias que garantam o exercício pleno da cidadania e não que cerceiem os direitos e burocratizem *ad* exaustão os procedimentos de regularização e de integração.

⁵⁹ Jornal El País, 28 de Julho de 2008, caderno sociedade.

3.3 – TRAVESSIA DE FRONTEIRAS: LEGISLAÇÃO E CASAMENTOS

A maioria dos estudos antropológicos e sociológicos tem centrado suas análises nos factores sócio-culturais e psicológicos que influenciam a liberdade de escolha do parceiro, deixando de lado os condicionalismos formais. Apesar das inúmeras discussões acerca da privatização da vida afectiva e da liberdade de escolha do parceiro por parte dos indivíduos, característica marcante do processo de individualização afectiva, discutida anteriormente, os casamentos transnacionais são marcados e influenciados por olhares públicos e por legislações específicas. Com a finalidade de regulamentar e condicionar a vida matrimonial quando esta se refere a indivíduos com nacionalidades distintas e de contextos geográficos específicos interfere de maneira directa no exercício da cidadania do cônjuge estrangeiro.

“ States give or withhold permission to marry, give residence and work permits, control access to jobs, to citizenship rights, and may, under certain circumstances, revoke all the above rights in case of divorce, including access to children ” (Breger & Hill, 1998:13)

A intervenção estatal decide não só o que o Estado espera e tolera num casamento ou relação, como também define categorias de parceiros aceitáveis para o casamento *cross-cultural*. Este controlo engloba desde atrasos e recusas de concessão de vistos de estada temporária, na permissão para casar e ainda nos direitos relativos ao acesso ao mercado de trabalho. Além disso, através da promoção de discursos públicos e pressupostos sobre os estrangeiros, o Estado legitima ideias negativas sobre estes. Tais discursos podem ser encontrados nos funcionários públicos quando aplicam os seus poderes discricionários ou quando analisam os pedidos relativos ao casamento de um estrangeiro decorrente de uma inquietação geral em relação a alteridade (Breger, 1998:133).

Como temos vindo a acentuar existe em grande medida uma vinculação dos casamentos transnacionais com os chamados casamentos de conveniência, conceito actualizado para definir *“os casamentos entre um nacional de um país europeu e um nacional de países terceiros celebrados com a única intenção de contornar as regras de entrada e de residência dos nacionais de países terceiros”*⁶⁰ (Grassi, 2006). O casamento de conveniência surge como discurso na Europa contemporânea articulado directamente com os fluxos migratórios mais recentes. A ideia é que através do casamento com cidadãos europeus ou não europeus mas

⁶⁰ Comissão Europeia, no glossário do *DG, Justice and Home Affairs*, in: Grassi, M (2006). *Formas Migratórias: Casar com o Passaporte no Espaço Schengen. Uma introdução ao caso de Portugal*. Revista Etnográfica, Vol. X (2), pp. 283-306.

que possuam autorização de residência num dos países da União Europeia (UE), e de acordo com a lei do reagrupamento familiar, os cidadãos de países terceiros obtêm o direito de permanência no Espaço Schengen.

A legislação portuguesa de imigração em vigor, alterada em Julho de 2007, prevê a criminalização dos casamentos de conveniência, seguindo o padrão de outras legislações mais restritivas, mas, entretanto, não possui critérios bem definidos para a avaliação do carácter “criminoso” daqueles matrimónios, o que gera em grande medida a suspeição sobre todos os casamentos transnacionais. Segundo Berger (1998:9), os casamentos *cross-cultural*, são muitas vezes tratados com desconfiança, precisamente porque põe em causa as fronteiras entre o *Eu* e os *Outros*. Contudo, antes de aprofundar a lei portuguesa e suas repercussões, seguiremos uma análise de outros cenários de casamentos transnacionais, como também das políticas migratórias que regulam os mesmos, nomeadamente a de alguns países europeus e anglo-saxónicos.

Em alguns países como a **França** e a Alemanha, a preocupação do casamento de conveniência reside por um lado, em matrimónios realizados dentro das próprias comunidades migrantes como também os casamentos entre nacionais e estrangeiros. Como forma de dificultar, nesse caso, a reunificação familiar, a lei francesa (alterada em Jun. /2006), exige a comprovação de condições de trabalho e alojamento autónomos do parceiro para este ingressar no país.

No **contexto alemão**, cônjuges provenientes de países não-membros da União Europeia devem comprovar, antes de entrar no país, que possuem conhecimentos básicos de alemão. A nova regra também vale para cônjuges de cidadãos alemães, com excepção dos provenientes de países ditos “privilegiados”, como os EUA, Austrália e Japão, que não necessitam de visto. A segregação geográfica (política e cultural) torna-se evidente na legislação alemã, que não possui critérios uniformes para a residência no país, distinguindo nacionalidades aceitáveis – países centrais – e não aceitáveis – países periféricos – para a união matrimonial.

Em 1991, 9% dos casamentos celebrados na Alemanha eram transnacionais. Segundo Breger (1998:131), o contacto entre filhos de imigrantes laborais com os alemães, como também o incremento do turismo são factores importantes para ao aumento dessa tipologia de matrimónios. Uma característica interessante nesse contexto é que a exogamia (*out-marriage*)

feminina das alemãs ultrapassa consistentemente a masculina, como acontece também na França, Reino Unido e EUA. Em contraponto, a opção de um casamento “*out*” tem sido mais recorrente por homens em outros contextos analisados como – Portugal, Espanha e México, – bem como na maior parte da bibliografia sobre “*cross-cultural marriage*”.

Em relação a nacionalidade do cônjuge estrangeiro, homens e mulheres alemãs tendem a escolher diferentes grupos de países. Apesar dos casamentos transnacionais com nacionais de países da Europa representarem 60%, os homens da Ásia, sobretudo iranianos, paquistaneses e indianos representam 10% das escolhas, seguido dos Africanos (8%) e dos nacionais da América Central e do Sul, apesar desse grupo figurar uma ínfima percentagem. Já em relação aos homens alemães, verifica-se um aumento do número de casamentos com mulheres asiáticas (20%), particularmente de países conhecidos pelo turismo sexual. Em relação aos matrimônios realizados dentro do contexto Europeu, podemos salientar as nacionais da Polónia (20%), Jugoslávia (17%) e Áustria (11%).

Similarmente ao contexto português, alguns estudos analisam o papel dos discursos mediáticos na construção de hierarquias de aceitabilidade consoante a nacionalidade do cônjuge, sendo que os que são considerados menos aceitáveis se inserem em culturas consideradas pouco familiarizadas com a alemã, onde as diferenças físicas são facilmente observadas, bem como países que não são parceiros comerciais ou políticos importantes, o que Said (1978) acertadamente denominou como a “*tiranía do observador*”.

Nos **Países Baixos**, de acordo com dados da *Statistic Netherlands, Department of Population* (1999), 13% dos casamentos realizados são com cidadãos estrangeiros, estatística que inclui os pedidos de reagrupamento familiar de residentes (imigrantes) no País. O aumento do número de casamentos transnacionais reflectiu também na legislação de imigração, sendo estes “não criminalizados”, mas condicionados a regras rigorosas como a aprendizagem da língua – feita no país de origem do estrangeiro – bem como a exigência da comprovação de meios de subsistência autónomos.

Em relação aos membros dos casamentos celebrados, há uma recorrência de casamentos entre nacionais italianos e mulheres holandesas, justificado pela imigração laboral italiana nas décadas de 60 e 70. Migrações mais recentes como a Argelina, do Egipto e a Tunísia

também são referenciadas através dos casamentos entre homens imigrantes e mulheres holandesas, considerados como forma de obtenção da residência.

Como na Alemanha, no contexto holandês há mais casamentos transnacionais em que o homem é estrangeiro. As nacionalidades mais frequentes do cônjuge são respectivamente os nacionais da Indonésia seguidos dos alemães⁶¹, e em menor proporção, os nacionais de Suriname, Antilhas Holandesas e Marrocos.

Já no que se refere os casamentos entre nacionais holandeses e mulheres estrangeiras, similarmente as indonésias constituem o maior grupo, seguidas das alemãs e belgas. Em menor proporção pode-se considerar as Filipinas e mulheres originárias das Antilhas Holandesas. Vale a pena ressaltar que a nacionalidade brasileira se constitui de maneira residual nos casamentos transnacionais celebrados, mas entretanto, permanece um número significativamente maior de casamentos entre homens holandeses e mulheres brasileiras em oposição ao número de matrimónios entre homens brasileiros e mulheres holandesas. Nesta análise estatística o Brasil é retratado como um “*doador de noivas*” (1999:4), de forma análoga a países como a Rússia, Tailândia e Filipinas.

Como tendência contrária, nos **EUA**, apesar da legislação restritiva – uma das precursoras –, os casamentos transnacionais parecem diminuir. Segundo a *American Sociological-Review* (2007: 49), a percentagem de “hispanicos” e “asiáticos” casados com “brancos”⁶² caiu entre 1990 e 2000 após duas décadas de crescimento. O grande número de imigrantes que chegaram na última década tornou mais prováveis os casamentos endogâmicos pelo facto da imigração recente ser caracterizada por grupos com menor escolaridade, nível socio-económico inferior, pouco conhecimento da língua e mais condicionados pela guetização, sendo estes os principais factores que desincentivam os casamentos “*out marriage*”.

Por outro lado, a **Espanha**, que possui uma política relacionada aos matrimónios transnacionais bastante semelhante a de Portugal, principalmente em relação a criminalização dos casamentos e o direito à residência vinculada ao cônjuge com validade de cinco anos, possui critérios distintos para a realização de casamentos com membros comunitários – onde

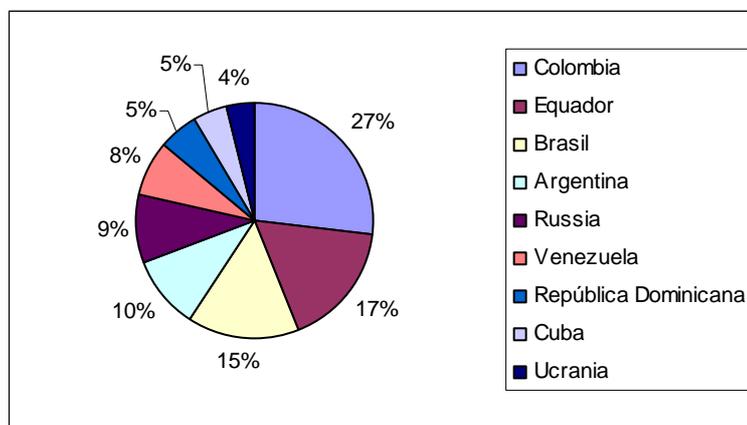
⁶¹ De acordo com os dados, em cerca de dois terços dos casais em que um dos membros é de origem alemã, as mulheres possuem níveis socio-económicos comparáveis a realidade dos Países Baixos, sendo considerados portanto, casamentos hipogâmicos. Harmsen, C.N (1999). *Statistics Netherlands. Department of Population*.

⁶² Registe-se o tipo de categorias étnico-raciais utilizadas pela administração americana no quadro da imigração.

o imigrante adquire de forma “imediate” a autorização de residência –, e os casamentos celebrados com cidadãos extra-comunitários, exigindo um contrato de trabalho ou a solicitação do pedido de reagrupamento familiar pelo imigrante no país de origem.

Girona (2007:20) demonstra alguns indicadores quantitativos do fenómeno de casamentos transnacionais na Espanha. Em 2005, aproximadamente 14% dos casamentos celebrados correspondiam a uniões onde ao menos um dos cônjuges era estrangeiro. Deste total, o número de matrimónios de homens espanhóis com mulheres estrangeiras (13.672) é bastante superior ao de mulheres espanholas casadas com estrangeiros (8.730). Dos grupos mais numerosos (Ver Gráfico XVIII), destacam-se as colombianas (2.056), equatorianas (1.291) brasileiras (1.169) e, dentro do contexto europeu, as uniões com russas (725) e ucranianas (306). No caso da comunidade brasileira em Espanha, deve-se ressaltar a tendência da feminização dessa migração, similar ao contexto português. Considerando proporcionalmente o número de mulheres estrangeiras e o número de casamentos celebrados, o autor aponta que as uniões com brasileiras e russas alcançaram um maior índice⁶³.

GRÁFICO 20 – NÚMERO DE CASAMENTOS SEGUNDO A NACIONALIDADE DAS ESPOSAS ESTRANGEIRAS – ESPANHA



Fonte: Girona (2004:207)

Portugal possui como cenário preponderante casamentos transnacionais cujo o número de cônjuges estrangeiros femininos ultrapassa de maneira significativa os cônjuges estrangeiros

⁶³ A população feminina de origem Russa em Espanha é cerca de 26.259 mulheres e a Brasileira de aproximadamente 45.087, enquanto que outras comunidades: Equatoriana (236.834), Colombiana (150.157), Argentina (74.221), Dominicana (36.972), Venezuelana (29.473) e Cubana (24.678) possuem proporcionalmente menos casamentos transnacionais.

masculinos. Pode-se dizer que há uma tendência à feminização não somente da imigração brasileira, como também dos casamentos transnacionais.

Apesar do número de casamentos transnacionais não significar em grande medida, uma parcela significativa dos matrimónios realizados no contexto português – segundo dados de 2005⁶⁴, 8,9% das uniões possuíam como estrangeiro um dos cônjuges –, média inferior a outros contextos como o da Espanha, Alemanha e Holanda. Acresce ainda que as uniões de facto não são mensuráveis sendo até muito complexo para um imigrante e até mesmo para um cidadão português comprovar a condição de união de facto, tornando o casamento na maioria das vezes a alternativa prioritária para as mulheres que desejam viver em Portugal decorrente do facto de obterem relacionamentos transnacionais. A escassez de dados sobre uniões de facto entre outras comunidades imigrantes com cidadãos portugueses dificulta também concluir que as relações luso-brasileiras efectivamente são significantes quantitativamente.

Para além disso, estudos relativos a imigração em Portugal (Bogus, 2007:45) constataam o aumento do número de casamentos transnacionais em Portugal, sobretudo no que concerne a comunidade brasileira. Em relação à legislação, após a alteração da lei de imigração em 2007, inclui-se agora a criminalização dos casamentos de conveniência, especificadamente no art. 186 da Lei 23/2007 de 4 de Julho – Lei de Estrangeiros.

“1- Quem contrair casamento com o único objectivo de proporcionar a obtenção ou de obter um visto ou uma autorização de residência ou defraudar a legislação vigente em matéria de aquisição da nacionalidade, é punido com de prisão de um a quatro anos.2 – Quem, de forma reiterada ou organizada, fomentar ou criar condições para a prática dos actos previstos no número anterior é punido com pena de prisão de dois a cinco anos. 3- A tentativa é punível”

Entretanto, a mensuração do carácter criminoso dos casamentos transnacionais parece não obedecer a critérios definidos. Uma das formas possíveis é através de denúncias não anónimas realizadas no site do Ministério da Administração Interna – MAI⁶⁵ através da criação do sistema de queixas electrónicas, disponibilizado a partir de Janeiro de 2008.

⁶⁴ INE, Instituto Nacional de Estatística, 2006.

⁶⁵ Ver em <http://queixaselectronicas.mai.gov.pt>. É possível apresentar queixas relativas a casamentos de conveniência. O sistema é partilhado com a GNR e a PSP.

A realização de entrevistas com membros de casais transnacionais tem sido utilizada pelo SEF de forma recorrente, apesar de também não possuir um carácter obrigatório. Os parceiros ao solicitarem o pedido de residência do cônjuge estrangeiro podem ou não ser submetidos a entrevistas individuais.

Alguns casais entrevistados nesta pesquisa passaram pela “validação do casamento” e de acordo com os seus relatos, nota-se a ausência de normas uniformes. Visitas a morada do casal como entrevistas realizadas por psicólogos criminais no próprio SEF, têm sido procedimentos vulgares, consequência da legislação actual.

O facto da sua relação privada ser submetida a análise, causa repercussões divergentes nas mulheres casadas com portuguesas. De acordo com M, o Estado cumpre a sua função verificando se o casamento é ou não de conveniência. Dessa forma, a “*invasão de privacidade*” é legitimada pelo “*eles tem que ter provas disso*”.

*“Eu não tive bem uma entrevista, mas vieram na minha casa, prá verem tudo! até os passaportes para ver quantas vezes meu marido tinha ido no Brasil, nossas fotos do casamento, e a ultra-som do meu bebe... entre outras coisas, nosso quarto, gavetas, retratos pela casa... etc... verdadeira **invasão de privacidade**. Eles perguntam tudo, até coisas do tipo: de que lado da cama vc dorme...mas não tenha medo e nem demonstre isso. Esta casada, **eles tem que ter provas disso** e tenho certeza que vcs tem...”* (M (f), 32 anos, Rondônia)

Apesar da maioria das mulheres terem passado pelo processo invasivo de entrevista, não sabiam que o casamento de conveniência fora criminalizado e que a própria entrevista se justifica à luz da lei porque é uma averiguação do possível carácter criminoso da sua relação conjugal.

“Eu fiz a tal entrevista.... Na verdade é para saber se são um casal real... e não um "arranjo"... Se eles fizerem entrevistas separadas (como aconteceu comigo) e vocês queiram omitir alguma coisa... é melhor combinarem antes...O inspector me perguntou como conheci o meu marido, o que ele fazia, quanto tempo namoramos... Eu o conheci pela Net, mas disse que ele me conheceu no Brasil. E eu estava grávida, de pouco tempo... acho que isso o sensibilizou também...” (M (f), 36 anos, Espírito Santo).

A entrevista no SEF é um dos assuntos mais recorrentes nas comunidades virtuais. As mulheres compartilham informações e sugestionam outras no modo de como conduzir a entrevista. Um dado curioso é que a entrevista apesar de afligir algumas das mulheres, o facto de terem que se submeter ao interrogatório é visto com certa naturalidade, causando algum receio em mulheres que conheceram seu actual cônjuge através da Internet.

A aplicação do direito automático para a Autorização de Residência – antes abrangida no art. 87 da lei de imigração – tem a partir de Agosto de 2007 o art. 15 “*Cartão de residência de familiar do cidadão da União nacional de Estado terceiro*”⁶⁶ da Lei de Estrangeiros Lei nº 37/2006, de 9 de Agosto como forma de regularizar as mulheres casadas com cidadãos nacionais. Entretanto, a restrição aos casamentos e mais do que isso, da integração do cônjuge estrangeiro na sociedade de acolhimento pode ser verificado no atraso das concessões do Cartão de Residência, que a princípio deveriam ser emitidos no prazo de noventa dias mas que efectivamente, como observado no terreno, podem demorar até mesmo um ano.

“Porque aki em Portugal tudo é complicado e difícil. Eu por exemplo, espero a AR há 11 meses e até agora não saiu. Depende de SEF para SEF”. (D, Comunidade Zucas Casadas com Tugas, 03/07/2007)

“Olha eu casei estando ilegal, em Sintra vai fazer 3 anos que estou em Portugal entrei por madri (sic) ...dei entrada na AR e saiu em um mês e meio, não esperava, fui ao SEF de Cascais. Para casar também foi muito simples, nem pediram visto nem nada”... (M, Comunidade Zucas Casadas com Tugas, 03/07/2007)

É importante salientar que o facto do cônjuge não possuir o Cartão de Residência contribui para a sua menor autonomia e consequentemente maior vulnerabilidade, uma vez que não possui acesso ao mercado de trabalho, ao sistema de saúde, a inscrições no centro de emprego, etc; da mesma forma que não se encontra em situação irregular no país. Esse limite entre a plena cidadania e a irregularidade ao que tudo indica dificulta a adaptação no país de

⁶⁶ Artigo 15º - Cartão de residência de familiar do cidadão da União nacional de Estado terceiro. 1- **Os familiares do cidadão da União nacionais de Estado terceiro cuja estada no território nacional se prolongue por período superior a três meses devem solicitar a emissão de um cartão de residência, de acordo com modelo aprovado por portaria do membro do Governo responsável pela área da administração interna.** 2- O pedido do cartão de residência a que se refere o número anterior é efectuado junto da direcção ou delegação regional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras da área da residência, no prazo de 30 dias após decorridos três meses da entrada no território nacional. 3- No momento da apresentação do pedido é emitido um certificado comprovativo do requerimento de um cartão de residência. 4- Para a emissão do cartão de residência, é exigida a apresentação dos seguintes documentos: Passaporte válido; Documento comprovativo da relação familiar com o cidadão da União ou da qualidade de parceiro, na acepção da subalínea ii) da alínea e) do artigo 2.º; Certificado de registo do cidadão da União que acompanhem ou ao qual se reúnam; Nos casos previstos nas subalíneas iii) e iv) da alínea e) do artigo 2.º, prova documental de que se encontram a cargo do cidadão da União; No caso previsto no n.º 2 do artigo 3.º, um documento emitido pela autoridade competente do país de origem ou de proveniência certificando que estão a cargo do cidadão da União ou que com ele vivem em comunhão de habitação, ou a prova da existência de motivos de saúde graves que exigem imperativamente a assistência pessoal do familiar pelo cidadão da União. 5- **O cartão de residência a que se refere o número anterior é emitido no prazo máximo de três meses a contar da apresentação do pedido.** O cartão de residência a que se refere o n.º 1 é válido por cinco anos a contar da data da sua emissão, ou para o período previsto de residência do cidadão da União, se este período for inferior a cinco anos. O direito de residência dos familiares não é afectado por ausências temporárias que não excedam 6 meses consecutivos por ano, por ausências mais prolongadas para cumprimento de obrigações militares, por uma ausência de 12 meses consecutivos, no máximo, por motivos importantes, como gravidez ou parto, doença grave, estudos ou formação profissional, ou destacamento por motivos profissionais para outro Estado membro ou país terceiro.

acolhimento e conseqüentemente interfere na relação conjugal. Dessa forma, a vulnerabilidade é criada *a priori* pela própria aplicação da legislação. R (f), 36 anos, casada há 1 ano e 6 meses, descreve os percursos burocráticos desde a realização do casamento até a retirada do Cartão de Residência.

“Eu casei aqui em Portugal, em Lisboa. Vim como turista, trouxe minha certidão de nascimento (recente) e, claro, passaporte para casar aqui. Casei só no civil. Foi rápido. Em 1 mês casei. Só precisei de 2 testemunhas tucas (amigos do marido) p dizer que eu servia para casar! O passo seguinte foi ir ao Sef (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) de Lisboa para pedir a autorização de residência ao abrigo do art. 87. Não tive dificuldades em juntar os docs, pq meu marido tuga tem emprego fixo, a gente tinha uma casa alugada. IRS, BI do marido, contrato de casa, meus docs, inscrição no consulado, antecedentes criminais de PT. Um monte de papel. Enfim, no Sef de Lisboa tem uma fila do caraças!!!! Tem q chegar cedo e o atendimento bem antipático! Demorou 8 meses no total p ficar pronto o doc. Mas qdo fez uns 4, 5 meses eu pedi urgência no processo (q não adiantou de grande coisa) e reclamei p o Provedor de Justiça (q foi quem me ajudou a liberar o papel). Sei q tem gente q esperou mais de 2 anos pelo documento. O q acho um absurdo!!! Ou seja, reclamar é a solução sempre!!! (Anónima, comunidade Zucas casadas com Tucas, Orkut).⁶⁷

⁶⁷ www.orkut.com, acessado em 23/08/07.

3.4 ESTRATÉGIAS AMOROSAS: DA DESCOBERTA DO AMOR AO MATRIMÓNIO

O conceito de estratégias e de mercado matrimonial converte-se num tema recorrente nos estudos de nupcialidade realizados no âmbito europeu, constituindo como um conceito referencial para a explicação de fenómenos sociais como a inserção da mulher no mercado de trabalho, sua relação com o mercado matrimonial e os papéis de género (Vives, 2002). A ideia de uma tendência para a livre escolha e a constituição do amor como um requisito indispensável coexiste com outros factores mais subtis, de modo que o matrimónio não se realiza de uma maneira aberta como se tem pretendido crer⁶⁸. Dessa forma conceitos como hipergamia e conveniência tornam-se bastante restritos para a compreensão da decisão de entrada para a conjugalidade dos indivíduos, principalmente no contexto transnacional onde a tendência em classificar os casamentos de um estrangeiro, imigrante com um membro da sociedade de acolhimento se insere numa estratégia única e exclusiva do imigrante como forma de regularização e mobilidade económica e social.

Como já foi referido anteriormente, o quadro dos casamentos transnacionais entre mulheres brasileiras e homens portugueses adopta duas tipologias principais: a de mulheres que imigram sozinhas e posteriormente mantêm uma relação afectiva e sexual com um membro da sociedade de acolhimento; e a de mulheres cuja a motivação para o deslocamento transnacional foram as relações afectivas estabelecidas a priori no Brasil ou através da Internet. Nesse sentido torna-se importante salientar que os dois tipos de percursos incidirão de forma distinta na integração dessas mulheres na sociedade de acolhimento e nos padrões de conjugalidade.

Para as mulheres que tiveram estratégias de imigração individuais, parece existir um consenso sobre a diferença em estar sozinha ou acompanhada em Portugal, como também na forma como as suas relações aqui foram e são construídas. Das motivações encontradas para a migração pode-se encontrar factores económicos, afectivos - o facto de terem terminado relações amorosas de grande duração “...*eu também saí de uma relação complicada...é por isso que eu tô aqui*” (A (f), 34 anos); como também a insatisfação em relação à sua ocupação

⁶⁸ De acordo com Vives (2002), “Cada uno de estos factores expresados en variables esenciales como: la edad ideal para el matrimonio y edad real, sexo, origen, religión, estrato social, raza, nivel escolar, natalidad, mortalidad, migraciones, estado civil, condiciones socioeconómicas y patrones culturales, además de los factores individuales expresados en las características psicológicas del individuo, es decir, las motivaciones de este a contraer unión marital, aspiraciones de procreación, de estabilidad, entre otras-explican de qué modo pueden influir en la selección de pareja dentro del mercado matrimonial”.

laboral no Brasil, ou ainda a combinação de um ou mais factores. Z (f); 40 anos, Baía veio passar férias em Portugal na casa de uma amiga e decidiu ficar: cursou dois anos de Psicologia no Brasil e foi Directora de uma escola Pública 15 anos. Contudo, o que mais a incomodava no Brasil era a sensação de impotência e não conseguir resultados no seu trabalho. Apesar de migrar para Portugal ter sido uma estratégia individual diz que o facto de conhecer o seu actual companheiro foi decisivo para a sua permanência. *“Na altura em que conheci o R (m), estava indo para interna. Se não o tivesse conhecido com certeza já teria ido embora”*, afirma Z (f) que é viúva e tem um filho de 10 anos no Brasil. C (f), 45 anos relata que a decisão de imigrar deu-se por motivações pessoais como também económicas, sobretudo pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

“A ideia surgiu de um casamento fracassado, há 17 anos fracassado, no total foram 25, sem nenhuma chance de sair dele, falta de trabalho no Brasil, conseguia trabalho, não vou dizer que não, mas não na altura do que eu ganhava antes (três salários mínimos) e depois só conseguia trabalhos que ganhavam um salário mínimo” (C (f), 45 anos, Mato Grosso do Sul).

A imigração com objectivo exclusivamente económico é relatada por L (f), 27 anos *“...desde quando vim do Brasil vim com o objectivo de trabalhar, ajuntar um dinheiro e ir embora, vim aqui mesmo como imigrante, não vim aqui casar com português, atrás de vida boa”*. L (f) conheceu F (m), 47 anos, começaram a namorar e após 7 meses decidiram viver em união de facto. A opção pelo matrimónio surge exactamente pelo receio do companheiro pelo o facto de L (f) estar “ilegal” no país. Entretanto, a obtenção da regularização através do casamento não é vista pelo casal como “amoral” ou como tentativa de defraudar a legislação. Tal facto também reforça a ideia de que muitas vezes a opção do matrimónio dialoga com a necessidade e a dificuldade de regularização do companheiro estrangeiro por outra via.

“A gente resolveu morar junto e assim que viemos morar juntos ele falou de casar, disse que gostava muito de mim, que a gente fazia um casal bonito e que eu era boa para ele, aquela coisa, a gente se gostava e gosta mesmo...então disse que tinha medo que o SEF me pegasse e me mandasse embora, e eu falei “ tá bem”. Mandamos vir os documentos lá do Brasil e marcamos na Conservatória” (L (f), 27 anos, Bahia).

A mobilidade social é verificada em algumas situações como no caso de L (f) 27 anos, que segundo ela *“Desde os 13 anos trabalho. Fui mesmo obrigada a trabalhar. Sou de família humilde... porque a vida que eu tenho hoje eu nunca imaginei que iria ter, uma casa, olha que eu nunca tinha vivido o que eu vivo hoje”*, mas no entanto na maioria dos casos as mulheres entrevistadas – que não imigraram por amor – têm uma vida activa no mercado de trabalho e rendimentos similares aos dos seus cônjuges.

O facto de estar acompanhada poder ser condição para facilitar a sua integração em Portugal é referido pela maioria das entrevistadas ao relatar seu percurso migratório antes do relacionamento.

*“Porque é assim, a gente quando vem de lá, a gente...toda opção implica uma renúncia. Eu renunciei um bocado de coisa, renunciei a pai, à mãe, a amigo, a cachorro, a papagaio, tudo. Então cê vem com aquele sentimento de solidão que foi...eu nunca tive um sentimento de solidão tão grande na minha vida. A primeira semana prá mim...eu tive que me aguentá nas pernas porque eu não tinha ninguém, não conhecia nada, ninguém, eu não tinha um amigo aqui, nada. Então quando você encontra alguém, no meu caso, que o João é uma pessoa excepcional, é um homem excepcional, que ele é muito centrado, sabe? Então ele é....**ele me ajudou a segurar no chão**”.* (A (f), 34 anos, Goiás).

*“É totalmente diferente, porque antes o imigrante nunca tá sozinho, porque sempre você acha alguém para te dar uma mão, você nunca vai perecer...aqui você acha quem te ajuda e quem te destrói também...mas você ter uma pessoa, **você sabe que qualquer coisa que te aconteça você não está mais sozinha**...hoje eu penso assim, eu ganhei muito \$ aqui nesse país, ganhei, se eu voltasse sem o Abílio eu ia montar um restaurante, porque tenho tudo já...mas posso dizer que a melhor coisa que me aconteceu aqui foi ter conhecido o A (m), porque é uma pessoa maravilhosa... “ (C (f), 45 anos, Mato Grosso do Sul).*

“Depois que eu conheci ele minha vida mudou, apoio, carinho, adora a minha família”(Z (f), 40 anos, Bahia).

R (f), 36 anos e M (m), 35 anos se conheceram no local de trabalho. Segundo a entrevistada, começou a se interessar pelo parceiro com o passar do tempo, desconstruindo a ideia de amor romântico narrado pela maioria das mulheres. Namoraram durante dois anos e decidiram se casar no Brasil. O facto do cônjuge assumir a relação, ser apaixonado, como também ter assumido seus filhos de outro casamento são considerados importantes para a construção da relação, como para a melhoria de sua vida em Portugal.

“Num foi paixão a primeira vista ou num foi intencional, nem nada. Eu fui gostando...aham... fui gostando. No começo foi até engraçado, porque quando eu dei o primeiro beijo nele assim, eu não senti aquela química...Eu não senti nada...E...ele já gostava de mim...Prá ser sincera, ele gostou de mim primeiro... Como eu já gostava dele assim, bastante como amigo, aí eu resolvi...” (R(f), 36 anos, Goiás)

O discurso da maioria das mulheres entrevistadas assenta na importância do relacionamento na situação migratória. Entretanto, a escassez de redes de sociabilidade dessas mulheres – família e amigos sobretudo –, gera em alguns casos alguma dependência afectiva em relação ao cônjuge.

“Tê um companheiro mudou tudo porque ele virou meu amigo, ele virou a minha mãe, ele virou meu pai, ele virou meu irmão, ele virou minha vizinha, ele virou...tanto que eu digo que igual: ó J (m) cê é homem mas você é minha melhor amiga, sabe? O meu companheiro de bebedeira, o meu companheiro de passeio, meu companheiro de depressão, né? Então, você consegue...consegui é, catalizar, será? Tudo numa pessoa só. Então ajuda muito, é muito diferente do que a pessoa tá sozinha e também pelo amparo financeiro porque eu não pedia...mas a segurança de você saber que você não pede, mas você pode pedir se for preciso, é muito grande” (A (f), 34 anos, Goiás).

A ausência de redes de parentesco e amizade por parte das imigrantes favorecem condições de fragilidade, sendo a relação muitas vezes uma estratégia ou procura de abrigo “*homeland*”. O desejo de uma securização mínima e de integração são demonstrados pelas entrevistadas. Para essas mulheres as dificuldades encontradas no percurso migratório individual são valorizadas quando comparadas com a situação actual em que possuem um cônjuge nacional.

Como padrão na construção do relacionamento após o namoro, tem-se a opção da união de facto num primeiro momento, seguido da consolidação do matrimónio, muitas vezes relacionado com a necessidade de regularização de um dos cônjuges. Vale a pena ressaltar que o casamento também foi considerado uma estratégia para alguns homens (portugueses), cuja intenção é residir no Brasil, tornando-se necessária para isso a autorização de residência no Brasil.

Uma dissemelhança entre as mulheres que imigraram sozinhas das que tiveram como motivação o relacionamento, as “migrantes por amor”, reside no facto de já se terem inserido no mercado de trabalho português, sendo todas as entrevistadas autónomas de certa forma economicamente. Verifica-se em alguns casos uma mobilidade laboral crescente após a consolidação do matrimónio, principalmente na redução de horas na jornada de trabalho e na diminuição da precariedade laboral; mas o mesmo não acontece em relação aos cargos ocupados ou ao tipo de actividade desenvolvida – tais mulheres continuam a desempenhar na maioria das vezes ocupações consideradas femininas e não qualificadas. Para além disso, as dificuldades encontradas no percurso migratório individual por essas mulheres são valorizadas quando comparadas com a situação actual em que possuem um cônjuge no país de acolhimento.

“Aí cheguei aqui e queria arranjar um emprego de interna, pq como queria mesmo era juntar dinheiro, e não paga renda...mas não consegui. Aí fui trabalhar na Praça de Espanha, não sei se você conhece, tem lá um mercadão, uma feira, trabalhei lá uns 3 meses...ali numa sapataria...Ai pensei que com 500 euros não dava para juntar \$ e eu queria voltar para o Brasil... (risos) . 500 euros para pagar renda, passe e comida, não dá para juntar dinheiro para voltar para o Brasil e eu quero voltar. Mas não sobrava nada...aí uma colega minha através de outros colegas arrumou para mim trabalhar na casa de um senhor...ele morava sozinho, numa vivenda, era ótimo, trabalhava de interna, juntei meu dinheiro... trabalhei lá um ano e três meses até conhecer o F (m)” (L (f), 28 anos, Bahia).

C (f), 45 anos, natural de Mato Grosso, relata também a vulnerabilidade sentida nos primeiros tempos da imigração pelo facto de ser mulher e brasileira. O cruzamento de categorias como género e nacionalidade interferiram de maneira directa na sua inserção no mercado de trabalho, bem como na adaptação em Portugal.

“Chegando aqui os primeiros tempos foram muito difíceis, desde da adaptação, principalmente com a comida, eu não conseguia comer, a saudade, enfim, tudo... Muito difícil também, para arrumar trabalho, porque quando eu cheguei aqui, era meio bonitinha e as patroa ficava com medo, me olhando assim...Era porque eu era brasileira, porque na época em que eu cheguei aqui em 2003, brasileira era prostituta...hoje as brasileiras conseguiram quebrar isso...já te perguntava se você tinha marido, o que você fazia lá, você tem família, você já tem alguém aqui, você pretende arrumar um marido aqui? (...)

“ (...) até hoje eu costumo não dar muita conversa para homem não, ainda mais se eu ver que é português, agora com o A (m) aqui no café não, já me abro mais um pouco, mas eu mudei muito depois que eu cheguei do Brasil, ria pouco, conversava muito pouco, saía muito pouco, tudo muito pouco...bem restrito” (C (f), 45 anos, Mato Grosso do Sul).

No caso das mulheres cuja imigração foi provocada pela manutenção de uma relação afectiva com um cidadão português, a formação do casal (namoro, entrada para a conjugalidade e casamento ou união de facto), como também o percurso e a experiência migratória se inserem num quadro distinto do analisado anteriormente. O distanciamento físico, o papel da Internet na relação, as narrativas de amor passiona e a dependência económica e institucional são algumas das singularidades desta tipologia de relacionamento.

As narrativas do amor romântico⁶⁹, que segundo Giddens idealizam a pessoa e funcionam como “um encontro de almas reparador” (1995:31), prevalecendo sobre todas as dificuldades – sejam elas físicas, geográficas ou institucionais – são muitas vezes utilizadas pelos entrevistados.

“Nossa história começou como história de novela sabe... aí aconteceu o insólito: eu convidei ela para vir aqui passear aí ela chegou cá e foi deportada. Mas o que aconteceu foi uma coisa tão forte que passou para o outro sabe...eu falei...agora você vai vir...eu sou português e tenho direito... porque depois fiquei conhecendo as coisas ... e assinei o termo de responsabilidade. Depois, eu falei...” você vai vir mesmo...”. Paguei uma passagem para ela e ela entrou no fim do mês, mesmo mês que ela tinha sido deportada. Veio por Madrid, com outro passaporte. Só mudava o número...porque a lei aqui é uma e lá é outra né... E depois disso tudo eu não sei explicar, mas a gente ficou amarrado...” (R (m), 36 anos, Algarve).

⁶⁹ Segundo Giddens (1995), três tipos de amor percebidos na modernidade: o amor apaixonado, o amor romântico e o amor confluyente. O **amor apaixonado** é uma expressão de uma conexão entre o amor e a relação sexual, possui uma qualidade de encantamento e rompe com as rotinas da vida quotidiana e onde o envolvimento emocional com o parceiro é invasivo. Do ponto de vista da ordem e do dever social, ele é tido como perigoso. No **amor romântico**, o amor sublime predomina sobre o ardor sexual que entra em conflito com as regras da sedução, marcadamente masculinas. O princípio do amor romântico levava, segundo Giddens, as mulheres à subordinação do lar a ao isolamento público. Marcado pela associação do amor com o casamento e com a maternidade, assim como também pela ideia de que o amor é para sempre, segue-se que o confinamento da sexualidade feminina ao casamento era símbolo da mulher respeitável. A emancipação e a autonomia sexual feminina romperam este modelo e através dessa fragilização o amor confluyente emerge. O **amor confluyente** é um amor activo que transforma a realização do prazer sexual recíproco num elemento decisivo para a manutenção ou dissolução do relacionamento – e isso reflecte-se no crescente índice de divórcios. Cultiva-se a capacidade de proporcionar e experimentar satisfação sexual para ambos os sexos. A exclusividade sexual existe durante o tempo que os parceiros a considerem desejável. A diferença do amor confluyente com o amor apaixonado está no facto de que o primeiro não possui a urgência apresentada pelo segundo.

“Eu ia embora para SP e ele ficava lá ainda mais 5 dias...eu tava apaixonada, me acordou me beijando toda, ele ficou também muito triste, fomos passear, almoçar, ele passou mal (tensão baixa), tava mesmo triste...a despedida foi triste...eu disse que por mim não terminava ali e ele disse que o mundo era pequeno...” “ Ligava todos os dias que estava no Brasil. Em Portugal falávamos por e-mail, ele comprou um computador, falávamos no MSN, no Skype (ele nem tinha cadastro).” (L (f), 29 anos, Minas Gerais)

A justificativa de deixar tudo por esse “amor” em alguns casos é acompanhada pela perda de individualização da mulher, que pode ser justificada não somente por problemas jurídicos ou institucionais como também pela falta de relações interpessoais (o companheiro passa a ser o único vínculo afectivo), bem como a dependência económica. As mulheres passam a sentir-se inseguras, perdendo a autonomia, característica que marcava de alguma forma a sua identidade pré-matrimonial.

“Tive o casamento desmarcado um dia antes porque o Luís disse que era melhor a gente não se casar porque eu e o M (filho do companheiro) não nos dávamos bem. Fiquei desesperada, larguei tudo no Brasil por causa dele, por causa desse sonho. Tomei vários comprimidos para dormir, todos os que tinham lá...quase morri...ele me encontrou e me levou para o hospital para fazer uma lavagem estomacal. Depois de um tempo, ele disse que me amava e que eu também precisava me legalizar, porque eu já estava procurando emprego no Brasil. Ele me disse isso a uma hora do casamento no cartório” (S (f), 26 anos, São Paulo).

Diferente das mulheres que imigraram sozinhas, as “migrantes por amor” tem como padrão nos seus relacionamentos o uso da Internet como recurso fundamental na relação, onde os namoros virtuais variam de quatro meses a três anos, de acordo com os depoimentos recolhidos nas comunidades e nas entrevistas realizadas. Além do recurso virtual, os casais se encontravam no Brasil ou em Portugal como por exemplo L (f), 29 anos e M (m), 42 anos que se conheceram no Brasil em Julho de 2005. Em Novembro de 2005, ela veio a Portugal passar 15 dias. O seu parceiro, ainda morava com os pais, ela não ficou na casa deles, mas conheceu o pai e a irmã. No ano seguinte, em Julho, três dias depois do falecimento da mãe dela, com quem morava no Brasil, L decidiu vir a Portugal e ficou 30 dias...viajaram para Ibiza...voltou ao Brasil para defender a tese de doutoramento e em Novembro “ *ele foi para a minha defesa, eu mandei uma mala com roupa de Inverno para cá, conversamos e decidimos morar juntos*” (L (f), 29 anos, Minas Gerais).

A decisão de viver juntos em todos os casos reproduz o modelo de matrimónios transnacionais analisados por Girona (2007), onde se verifica que são as mulheres que se movem geograficamente, tornando-se dessa forma, imigrantes.

“Eu foi muito simples, foi por causa do Pedro mesmo...nós nos conhecemos numa viagem, ficamos entre idas e vindas e depois que eu me formei e ele também nós decidimos que valia pena apostar, viver juntos e combinamos que quem conseguisse primeiro emprego na sua área e no seu país o outro iria encontrá-lo. E ele assim que saiu da faculdade foi directamente trabalhar e vim eu com a malinha. E foi isto” (V (f), 31 anos, Rio de Janeiro, focus group).

*“Eu tinha um emprego muito bom, ganhava bem, e ele ia para lá com a condição de desempregado para morar numa região machista. Então a minha família e principalmente a dele fez tudo para que eu viesse e se depois de um tempo não arranjasse um emprego ou não gostasse daqui, a gente voltaria, ou se ele arranjasse alguma coisa lá, mas que não arriscasse. E eu por não ter argumento para convencer ele a ficar lá, e realmente a violência é gritante, e ele não conseguiria viver num lugar com uma mulher ganhando muito bem e ele desempregado, num país que não é o dele para começar uma vida a dois. **E como uma mulher se adapta muito melhor e em estar longe...**” (P (f), 36 anos, Pernambuco, focus group).*

A opção do casamento como forma de conjugalidade é também mais utilizada por essas mulheres pela dificuldade de regularização – e não tanto pela questão da nacionalidade –, uma vez que a autorização de residência para trabalho é um processo difícil na medida que exige a obtenção de um contrato de trabalho.

“Aí chegou cá, ficou 3 meses, não queria ir embora, eu não sabia o que fazer e aí fomos lá ao SEF e eles disseram:” não, não pode ficar aqui não.” E eu perguntei porquê. E eles disseram que eu tinha que casar... a gente não tava pensando em casar já, mas eu pensei...é o jeito né...ou a gente casa ou você vai embora...eu perguntei se ela queria ir embora e ela disse que de jeito nenhum...aí casamos no último dia que podia... (que ela estava legal aqui)”. (R (m), 36 anos, Algarve).

“O meu visto de turista ia expirar. Ele tentava me legalizar de todas as maneiras, menos através do casamento. Depois chegamos a um consenso” (L (f), 29 anos, Minas Gerais).

Assim vale a pena salientar que antes da concretização do matrimónio transnacional, independentemente das tipologias de mulheres objecto dessa pesquisa – as “migrantes por amor” e as mulheres migrantes autónomas –, a relação entre os casais ultrapassa a ideia elementar e preconceituosa de que estes relacionamentos teriam apenas como objectivo a regularização da imigrante, pelo simples facto do tempo de permanência da mulher em Portugal ter sido conciso. Muitas das relações já mantinham-se a mais tempo seja através da Internet ou de visitas regulares de um dos membros do casal.

CAPÍTULO IV – PARADOXOS DO SUJEITO TRANSNACIONAL: DOS CENÁRIOS REGIONAIS DE ORIGEM ÀS “COMUNIDADES IMAGINADAS” DE DESTINO

“A identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada” (Hall, 2003)

4.1. CATEGORIAS IDENTITÁRIAS: DISCURSOS OPERATIVOS E DESTINOS PESSOAIS DE MIGRAÇÃO

Apesar dos contextos regionais no Brasil prevalecerem na auto-representação da maioria das mulheres entrevistadas, o gênero constitui-se também como um lugar analítico dos discursos sobre as diferenças entre os sexos, uma forma de percepção do *outro* entrelaçado por outras formas de diferenciação social – nacionalidade, etnicidade e classe, por exemplo – que interagem e se imbricam mutuamente (Heiborn 1999:8). Ser mulher e brasileira em Portugal parece demandar reformulações nos próprios discursos individuais (auto-representação) como também coletivos (acerca da ideia da nação). A dissemelhança entre como essas mulheres se sentem de maneira individual, na interação com a sociedade de acolhimento e no seu relacionamento transnacional foram observados no terreno.

A possibilidade de um *continuum* entre a sociedade de origem e a do destino gerado principalmente pela tecnologia poderia permitir se pensar numa identidade sem fronteiras. Nesse ponto de vista, o migrante transnacional estaria apto a negociar na multiplicidade dos mundos pelo qual circula a sua identidade e seu sentimento de pertença. No entanto, a forma como esses migrantes são vistos (pela categoria nacional) exige identificações relacionadas à sua nacionalidade. Além disso, o que se entende por ser “brasileiro” em Portugal através das narrativas coletivas e do imaginário social muitas vezes parece mediar as opções identitárias dessas mulheres.

Dessa forma, muitas das opções identitárias, nem sempre conscientes, acabam por se tornar paradoxais quando analisadas em conjunto. Em alguns momentos são utilizados pelos entrevistados generalizações em relação às comunidades imaginadas (Brasil e Portugal), como também no que é ser brasileiro ou português.

“Na essência são um povo diferente do nosso (os brasileiros), de facto mais alegres, mais expandidos, menos preocupados em saber o que vai acontecer daqui a 30, 40 anos... como os portugueses, pensam mais no dia a dia, se calhar temo ver com as dificuldades, com factores que não sei explicar... depois há coisas que não podemos comparar, pq o BR na minha óptica está num estágio de desenvolvimento anterior ao de PT, apesar de ser PT, e ser a cauda da Europa como todo mundo diz, não deixa de ser Europa, e temos um desenvolvimento social, tanto em termos de estudos, infra-estrutura, sei lá, de empregos, segurança, respeito (to a me lembrar do transito, lá ninguém para numa passadeira), e isso são códigos que são impostos” (F (m), 42 anos, Lisboa).

*“Acho os **brasileiros** mais alegres, apesar de todos os problemas sociais que tem. Acho que são mais dados (sem uma conotação negativa), são bem mais informais, trabalham pouco, pois só gostam de farra, festa”. Os **portugueses** são mais fechados, desconfiados, melancólicos (faz uma analogia em relação ao fado e o samba) e consideram os portugueses atrasados, pois conviviam com os portugueses que emigraram para o Brasil na década de 40” (R, (m), 34 anos, Lisboa).*

A forma como os entrevistados entendem a relação entre o Brasil e Portugal do ponto de vista cultural, uma das perguntas abordadas no estudo pode ser um primeiro exemplo. A relação colonial foi abordada pela maioria das mulheres, sugerindo a permanência de uma hierarquia metrópole – colónia. Entretanto ao discorrer sobre “os portugueses” ressaltam a não correspondência de seus parceiros ao estereótipo discursado.

“Eu acho que quando eu cheguei aqui, o pessoal via o Brasil de cima, culturalmente falando. Hoje eu acho que o Brasil é uma ameaça, quando eu digo ameaça, não é no sentido xenófobo, é que o pessoal sente-se ameaçado pelo que vem do Brasil, pq nós somos muito mais, e acho que a cultura brasileira é muito poderosa, em quantidade e qualidade... Assim, eu gosto muito de Portugal, gosto muito dos portugueses, mas os portugueses tem medo da sombra, que é uma coisa que ninguém tem... Graças a Deus que o M não é assim, senão a coisa não tinha andado... eles tem aquela coisa de que somos pequeninos, não sei o que, só que na altura dos Descobrimientos eles não tinham isso, quer dizer eles pegavam os barquinhos deles e lançavam-se por aí” (C (f), 35 anos, Minas Gerais).

“Eu vejo assim, um ex-colonizador vendo uma colónia que era cheio de índios crescendo assustadoramente que afecta o orgulho deles, vc descobriu o Brasil, um lugar que ninguém imaginava, cheio de índio, de doença, e de repente aquela colónia que ninguém dava valor, tem hoje em todas as áreas pessoas de renome, está num situação no mercado mundial muito melhor do que vc. Eu tava vendo a economia, Portugal tá em 37º e o Brasil acho que está em 7º lugar, quase chegando para a vaga da segurança da ONU... eu acho que a geração do meu marido aceita melhor o desenvolvimento do Brasil, mas antes, os mais antigos não querem admitir...” (P (f), 36 anos, Pernambuco).

A forma como as brasileiras casadas com portuguesas se sentem em Portugal também foi abordada. Categorias como estrangeiras, brasileiras, e luso-brasileiras figuram o discurso. Torna-se evidente que o tempo de permanência em Portugal interfere de maneira directa na auto-representação. Entretanto, V (f), 34 anos e C (f), 32 apesar de possuírem um período semelhante de residência em Portugal possuem visões distintas.

“Eu me sinto nitidamente luso-brasileira. Há coisas que existem em Portugal, por exemplo o pessimismo que eu recuso, as vezes fico com um discurso muito pessimista e digo opa, acorda, você não nasceu aqui. Você é brasileira e brasileiro é otimista” (C (f), 32 anos, Minas Gerais).

“Eu me sinto mais carioca – alfacinha. Não consigo assumir essa coisa brasileira ou portuguesa” (V (f), 34 anos, Rio de Janeiro).

Assim, apesar da categoria nacional prevalecer na formulação da maioria das identificações, as diferenças regionais, seja no Brasil ou em Portugal funcionam como marcadores na identidade de algumas das mulheres. Todavia, mesmo que se sintam mais “integradas” ou não, discorrem sobre o facto de que nas suas relações sociais sempre serem recordadas de que são estrangeiras. Assim, a categoria nacionalidade (brasileira) parece ser imposta na maioria das vezes como forma de reconhecimento na sociedade portuguesa, principalmente pelo sotaque “o falar brasileiro”.

“Eu me sinto imigrante, porque quando eu falo as pessoas já percebem que eu sou imigrante, mas não sou de hastear nem a bandeira do Brasil nem de Portugal. Mas eu sou vista como uma imigrante brasileira” (P(f), 36 anos, Pernambuco, focus group).

Vale a pena ressaltar que algumas destas mulheres já tiveram percursos de mobilidade transnacional, nomeadamente percursos migratórios na Espanha e EUA, que proporcionaram experiências distintas com outras sociedades de acolhimento. Dessa forma as representações acerca da nacionalidade brasileira vinculadas à prostituição e erotização parecem não ser sentidas por essas mulheres em outros contextos.

“Aqui tem as histórias de prostituição e depois foi há muito tempo, não existia tantos imigrantes, mas eu acho que lá (na Espanha) as pessoas têm a cabeça mais aberta, também eu morava numa cidade do interior, o povo era mais simples” (S (f), 34 anos, Pernambuco).

Por outro lado, o imaginário construído em relação à mulher brasileira em Portugal, discutido anteriormente, assente na sensualidade e sexualização – que tem como consequência discriminações e preconceito – tem sido utilizado também como discurso identitário. Nesse sentido, o conceito de identidade para o mercado (proposto por Machado, 2004) no que se refere ao mercado de trabalho poderia ser sugerido também para o mercado matrimonial, uma vez que a apropriação do estereótipo da mulher brasileira muitas vezes é utilizado pelas entrevistadas no sentido positivo.

*“Acho que **somos sensuais**, a maneira de andar...mas em relação ao sexo, acho que é mais imaginação do que real...acho que temos o português mais doce, somos mais maleáveis, somos mulheres fortes e persistentes...” (P (f), 31 anos, São Paulo).*

*“Mulheres brasileiras...**Somos diferentes no corpo** – mistura morena, mulata – eu têm **as três raças no meu sangue**. O meu marido fala que eu sou quente e para mim isso é normal...mas*

acho que temos algum controle através do sexo...Não acho as portuguesas bonitas, são frias...” (L (f), 29 anos, Minas Gerais).

“Do ponto de vista sexual acho que a nacionalidade não interfere muito... mas eu acho que a mulher brasileira é diferente da portuguesa. Eu conheço portuguesas que estão sem ter uma relação sexual há 5 anos, divorciadas, e dizem que não querem mais saber de homens... então assim que a mulher brasileira gosta mais de sexo do que a mulher portuguesa... Somos...somos mais abertas, temos mais liberdade de expressão, de falar o que sente, somos menos egoístas, não damos valor as pequenas coisas como as portuguesas, somos mais carinhosas com os nossos filhos, com os nossos maridos...” (A (f), 27 anos, São Paulo).

Entretanto, no que se refere ao aumento dos casamentos transnacionais entre brasileiras e portuguesas para a maioria das mulheres entrevistadas a nacionalidade não é uma categoria fundamental a ser referida. A existência de uma língua comum (argumento de que alguma forma pode ser culturalista), a democratização do acesso a Internet, o aumento da imigração brasileira em Portugal, a intensificação do turismo de nacionais portuguesas no Brasil, como também a existência de preconceitos raciais pelos portugueses em relação a outras comunidades imigrantes, sobretudo a africana, é que, segundo estas mulheres podem justificar esse fenômeno.

“Eu acho que se há tantas brasileiras vindo para cá é natural que elas se encontrem com os portugueses, quer dizer, assim como quando os portugueses foram para o Brasil e começaram a casar com as brasileiras ...” (C, (f), 35 anos, Minas Gerais, focus group).

“Eu vejo isso de vários aspectos, tanto as salas de bate-papo, o número muito grande de pessoas no Brasil que tem acesso à Internet, vc não pode entrar numa sala que as pessoas falam inglês, pq normalmente as pessoas só falam português, então isso a questão dos portugueses redescobrirem o turismo no Brasil e virem mais para o Nordeste, aí chega lá o turista é bem tratado, aí me conhece e volta para cá dizendo que conheceu a P, e volta para o Brasil com outro amigo seu...” (P (f), 36 anos, Pernambuco, focus group).

“ (...) a língua, e essa coisa da comunidade brasileira feminina crescer imenso aqui e o turismo...pq assim a nacionalidade que mais viaja para o Brasil são os portugueses...(V (f), 34 anos, Rio de Janeiro, focus group)”.

“Mas eu acho que os portugueses têm muito preconceito em relação aos africanos, eu não sei é uma questão de língua...eu não sei se no Brasil a gente já está mais domesticado, pq o preconceito existe no Brasil também, mas pq tem leis, a gente não costuma ser tão explícito”... (C, (f), 35 anos, Minas Gerais, focus group).

“Os portugueses não casam com as africanas porque são preconceituosos em questão de cor”. (Y (f), 29 anos, Brasília, focus group).

Estes são alguns exemplos encontrados no terreno de como a construção da identidade no contexto transnacional é ampliada, ou seja, como os contextos regionais do país de origem, estes que de alguma forma faziam algum sentido, são homogeneizados por uma retórica da nação, ou seja, retórica esta que será determinante na visão dessas mulheres sobre a sociedade

de acolhimento, na forma como serão aceitas ou integradas, não somente no mercado matrimonial.

4.2. ESTRATÉGIAS E EXPECTATIVAS MATRIMONIAIS: MERCADOS E MODELOS MATRIMONIAIS

MERCADOS MATRIMONIAIS

Os novos arranjos familiares, aparecem como temas recorrentes nas ciências sociais não somente no recorte transnacional. O casamento homossexual, a união de facto e o aumento de pessoas que decidem morar sós, podem ser considerados exemplos tanto “locais” como transnacionais de discussões acerca da temática da conjugalidade na contemporaneidade.

Gonçalves (2007), na sua tese sobre “vidas no singular”, investiga “ as novas solteiras”, ou “mulheres só”, de camadas médias urbanas (Goiânia) e que não possuem filhos no Brasil. Tal temática ganha relevância nas ciências sociais brasileiras quando é inserida como evidência pelos media, em forma de notícia, sobretudo a partir da divulgação dos dados do censo de 2000 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas e pesquisas correlatas. Similarmente ao caso dos matrimónios transnacionais entre brasileiras e portuguesas os media valorizam os dados produzidos e disseminados pelas pesquisas demográficas concedendo um alto valor aos dados empíricos que são tomados como factos, ao mesmo tempo que inexistem pesquisas que levam em conta a perspectiva dos próprios sujeitos.

Dessa forma, assim como Gonçalves, utilizou-se as narrativas das mulheres e homens acerca da sua própria condição (membro de um matrimónio transnacional), não implicando nenhuma marca identitária fixa, uma vez que “ só podem ser tomadas portanto, desde uma perspectiva situada, contingente, mediada, que, embora não encerrem nenhuma verdade intrínseca, podem traduzir de maneira particular a realidade” (2007:5).

No entanto, compreender como se entrelaçam as noções associadas à ideia de mulher na contemporaneidade – vinculadas a uma maior autonomia e independência e seus paradoxos requer revisitar algumas ideias do feminismo⁷⁰ como um movimento político da “modernidade”, independente das suas distinções ou correntes filosóficas. O ideário feminista assente em uma “nova” mulher – independente, livre, autónoma, etc – e suas repercussões nos

⁷⁰ Considera-se o feminismo como um movimento político e social, local e global, historicamente constituído com uma proposta emancipatória e um conteúdo normativo. Ele afirma um sujeito (mulheres), identifica um problema (a sujeição e objectivação das mulheres através das relações marcadas pelo género) e expressa vários objectivos (...) em nome de princípios específicos: igualdade, direitos, liberdade, autonomia, dignidade, auto-realização, reconhecimento e justiça. (Dietz, 2003, *cit* Gonçalves, 2007:6)

projectos pessoais dos casais, como também a ideia de igualdade nos estudos de população traduzidos em parâmetros como a “razão de sexo” e “equilíbrio do mercado matrimonial” tem sido recorrentes em termos dos supostos vinculados à temática da conjugalidade.

Vale a pena ressaltar a importância de se pensar as diferenças também entre essas mulheres – percurso migratório, classe, faixa-etária, contexto regional no Brasil, etc - , uma vez que o objectivo do estudo inclui trajectórias cujo o princípio é a heterogeneidade, hibridismo e pluralidade, “que é na realidade, a vitalidade da teoria feminista contemporânea” ((Dietz, 2003, *cit* Gonçalves, 2007:9). Ou seja, ao analisar as trajectórias dos casamentos transnacionais entre brasileiras e portuguesas não se pressupõe que há um compartilhamento de um *ethos* peculiar ou homogéneo a não ser categorias como a nacionalidade “brasileira” e o facto de serem imigrantes.

A pressão social de se casar (ou ter um companheiro) para essas mulheres, mesmo àquelas altamente escolarizadas e qualificadas profissionalmente parece ainda ser grande. Sua autonomia é apresentada muitas vezes como conflitante com o mercado matrimonial que parece não favorecer as relações entre “velhos homens” e “novas mulheres”. Esse paradoxo é encontrado no discurso das mulheres entrevistadas.

“Eu não sei em outros lugares, mas no Rio de Janeiro os relacionamentos são caóticos, vc estar com alguém, ter compromisso, fidelidade de namoro isso é mesmo na minha geração, pq as pessoas “ficam”, ou seja, não namoram...tem pessoas que namoram, casam, mas essa ideia de fidelidade, de casamento, isso é uma coisa meio difícil de concretizar lá no Rio de Janeiro”. (V (f), 31 anos, Rio de Janeiro, focus group).

A “necessidade” de auto-realização centrada no indivíduo antes do casamento e a diferença entre as expectativas na relação entre homens e mulheres; a noção sobre casamento e “compromisso” e o limite de idade reprodutiva da mulher são apresentados como questões importantes.

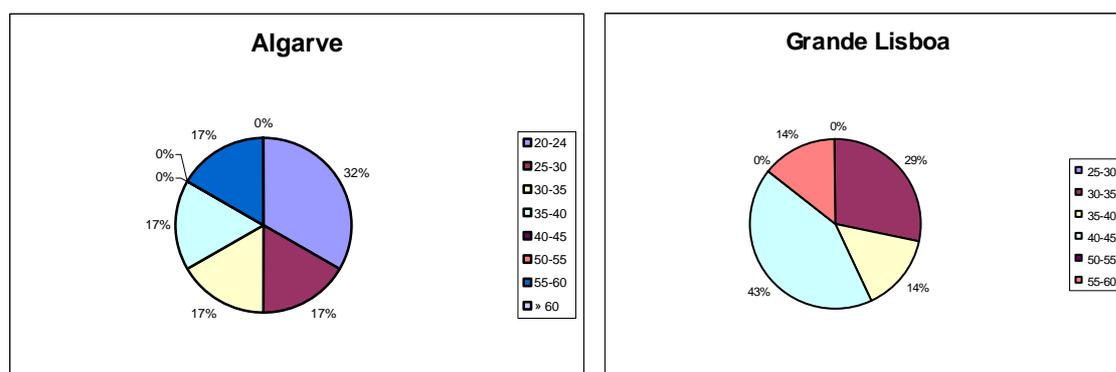
“Hoje as pessoas não querem muito compromisso pq nem acreditam muito né, hoje as pessoas assumem um compromisso pq ou ta velho e precisa de alguém para cuidar.... (rs) e acho que a gente também faz parte de uma geração que cobra muito que vc se realize. O homem pode ter aquele argumento que pode ter filho com quantos anos ele quiser e eu a mulher não...então pq que eu vou casar logo com essa se eu tenho que realizar uma carreira, e isso e aquilo, depois arranjo uma de 20 que pode ter um filho né...então acho que essa geração cobra muito que vc se realize para que depois vc tenha uma pessoa ao seu lado é muito maior”(P (f), 36 anos, Pernambuco, focus group).

“Eu tenho uma amiga que é brasileira e disse para ela, se vc quiser arrumar um namorado português vai para o Brasil e arranja na Internet, pq ela não consegue ter, ela já tem 30 e poucos anos e queria uma vida estável, queria ter filhos, queria casar, juntar, ou qualquer coisa...e não consegue, é a mesma ideia do “ficante”. Ela fala “gente esses homens só querem ficar, e eu faço o que?” (C (f), 35 anos, Minas Gerais, focus group).

A problemática do mercado matrimonial aparece nas narrativas das mulheres como também nos estudos demográficos no Brasil onde tem salientado o excedente de mulheres no mercado matrimonial, que disputam, com as mais jovens a busca de um par. Essa perspectiva recai também nos media brasileiros e é centrada nas noções de união heterossexual e de “família”, nas quais ser, mas, sobretudo, permanecer solteira figura mais como uma ideia fora de lugar, . De acordo com Greene e Rao (1992)⁷¹ “ *Uma maior ou menor oferta de homens e mulheres no mercado de casamento leva a uma situação que chamamos de compreensão no mercado matrimonial: a escassez de um sexo ou de outro na faixa etária em que geralmente acontecem os casamentos influi na constituição das uniões*”.

Entretanto, o aparente excedente de mulheres no Brasil (não explica o fenómeno dos casamentos transnacionais na sua complexidade, sendo necessário também uma análise aprofundada do mercado matrimonial português. A assimetria entre o mercado matrimonial português quando se compara os contextos analisados Grande Lisboa e Algarve, bem como a ideia de que a mulher cosmopolita portuguesa não quer construir uma família com papéis femininos nos moldes tradicionais deve ser levado em consideração.

GRÁFICO 21 – FAIXA ETÁRIA DOS HOMENS ENTREVISTADOS SEGUNDO REGIÃO



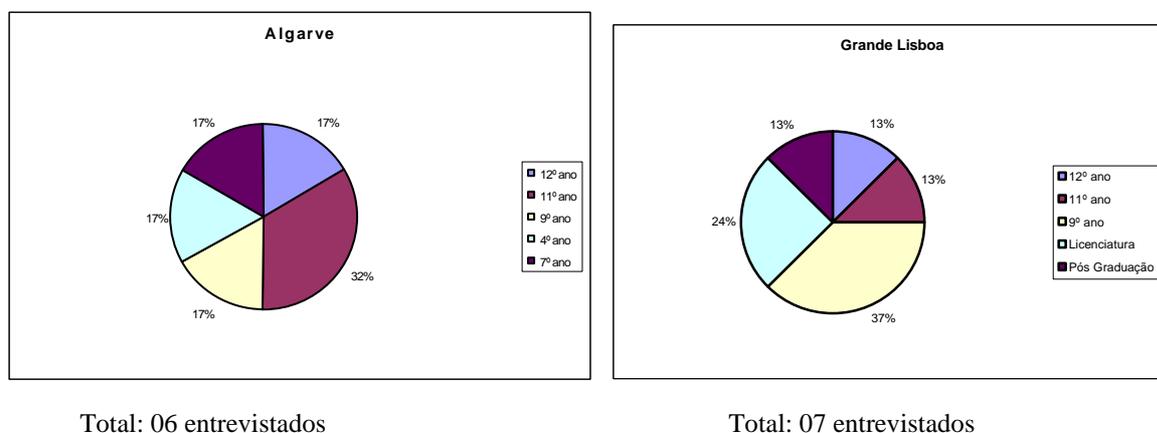
Total: 06 entrevistados

Total: 07 entrevistados

Como pode-se notar através dos gráficos, há uma nítida diferenciação etária entre os membros de casamentos transnacionais no que se refere aos contextos regionais.

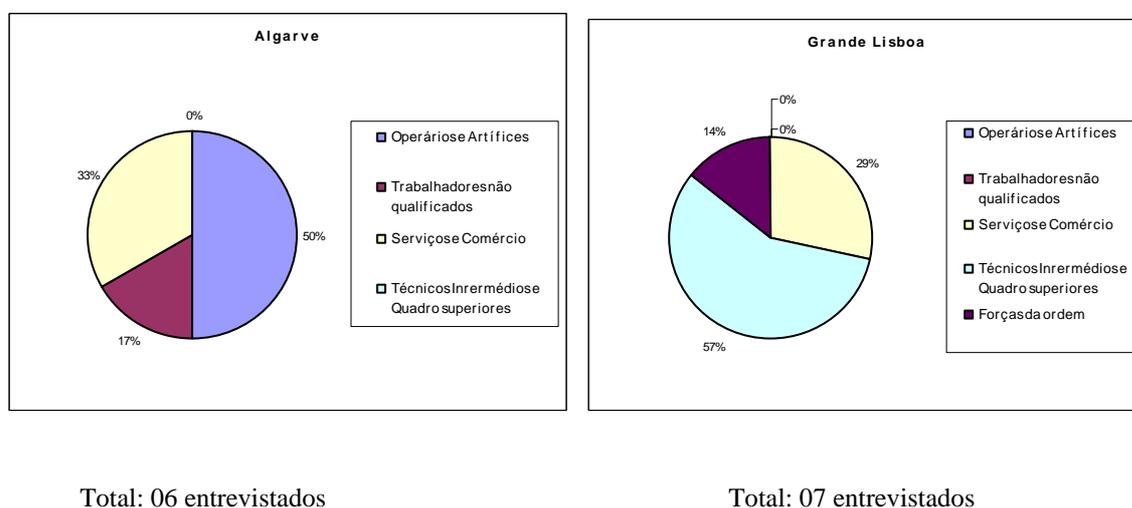
⁷¹ Cit Gonçalves (2007:33).

GRÁFICO 22 – ESCOLARIDADE DOS HOMENS ENTREVISTADOS SEGUNDO REGIÃO DE RESIDÊNCIA



Em relação à escolaridade no Algarve foram obtidos os menores índices escolares (4º e 7º anos), ao passo que na Grande Lisboa foram encontrados maiores níveis de qualificação (Licenciatura e Pós-Graduação).

GRÁFICO 23 – PROFISSÃO DOS HOMENS ENTREVISTADOS SEGUNDO REGIÃO DE RESIDÊNCIA



No que diz respeito a profissão dos cônjuges masculinos, pode-se notar uma assimetria entre as regiões, sobretudo a predominância na Grande Lisboa de profissionais de quadros intermédios e superiores, ao passo que no Algarve são os profissionais operários artífices e trabalhadores não qualificados.

Entretanto, a dimensão do mercado matrimonial, antes restrito muitas vezes em localidades e regiões dentro do Estado-Nação, é estendido através do turismo e das novas tecnologias, sobretudo a Internet, para um mercado afectivo e matrimonial transnacional (como abordado no item 3.4). Nesse contexto, a nacionalidade torna-se a categoria mais utilizada para representar as diferenças entre parceiros, como também a dificuldade ou facilidade de concretizar um matrimónio.

“Mas eu acho que o Português ainda é muito família, ele assim, cresce, casa e tem a sua família... acho que os portugueses são mais disponíveis para casar pq se contenta mais fácil, o brasileiro, há uma série de cobranças no homem brasileiro, não sei...” (P (f), 36 anos, Pernambuco, focus group).

“Eu não sei, eu acho que as portuguesas são mais fechadas, mais difíceis de conquistar, no Brasil, somos mais alegres, mais soltas, nós somos pessoas muito mais disponíveis, aqui não, então assim, quando conseguem conquistar uma e se gostam e tudo tentam levar aquilo numa boa, não são tão “todas ao mesmo tempo”, como os brasileiros de modo geral são” (Y (f), 29 anos, Brasília, focus group).

Nesse cenário é que surgem também contra-discursos (contrários a ideia da mulher unicamente sexualizada e quente) de algumas mulheres brasileiras casadas com portuguesas assente na ideia de busca de uma estratégia familiar e reprodutiva.

“Eu quero um amor, mesmo que seja para ser dona de casa... A mulher portuguesa descobriu a independência agora, elas descobriram a liberdade. Nós já não queremos a liberdade. Queremos um bom pai, constituir família. As portuguesas descobriram a traição, coisa que nós brasileiras já ultrapassámos” (S (f), 26 anos, São Paulo).

“Elas tão se cagando pro marido, a maioria delas “puff”. Elas gostam mais, pá, se aparecer aí um emprego melhor que elas tem que ir prá Alemanha, o gajo não quiser ir....o gajo fica e elas vão. É educação...só que a gente vai mexê num ponto que é muito complicado, que é do consciente coletivo, do, da independência de Portugal, de sair do, da ditadura e tudo...” (A, (f) 32 anos, Goiás).

Nesse sentido, para além da categoria nacionalidade, outros condicionantes como as expectativas em relação aos papéis de gênero (homem /mulher) como o acesso ao mercado matrimonial local devem ser levados em consideração na análise dos casamentos transnacionais

PAPÉIS DE GÉNERO

Os modelos esperados no papel de homem/mulher são percorridos pelos entrevistados desde a tomada de decisão do local de morada do casal (Brasil ou Portugal), como também na interpretação do dia a dia conjugal. A caracterização de regiões no Brasil onde os papéis esperados masculinos são mais rigorosos e a ideia de que a mulher se adapta melhor, foram encontrados nos discursos dos entrevistados.

*“E eu por não ter argumento para convencer ele a ficar lá, e realmente a violência é gritante, e ele não conseguiria viver num lugar com uma mulher ganhando muito bem e ele desempregado, num país que não é o dele para começar uma vida a dois. “ **E como uma mulher se adapta muito melhor e em estar longe**” (P(f), 36 anos, Pernambuco, focus group)*

Não obstante, a constante referência à “gentileza” do homem português pode revelar um reforço da autoridade masculina no contexto dos casamentos transnacionais, uma vez que em alguns momentos verifica-se decisões não ou pouco autónomas das mulheres, elevado grau de dependência económica e afectiva, e a separação tradicional entre o espaço privado (destinado a mulher) e o espaço público (destinado ao homem), ou à mulher acompanhada do conjugue.

A maneira dele me tratá, totalmente diferente, sabe? Super carinhoso, super gentil e até hoje ele é. Num mudô, entendeu? E, tipo assim, que agora ele se sente mais seguro, então eu acho que já não incomoda muito...muito não. As vezes eu noto que ainda tem um pouquinho de cisma, de ciúme, mas já não é igual. Mais no começo ele tinha muito ciúme, ele chegava a ser possessivo. Talvez de medo, que eu trabalhava à noite nas mesas e muito medo (R, (f), 34 anos, Santa Catarina).

“R é muito mais educado....em termos de ajuda....eles são menos machistas que os brasileiros. Eu sou do Nordeste, a região mais machista do Brasil (P (f), 36 anos, Pernambuco, focus group).

“Ganho 500 euros por mês, e resolvi ficar, pois como não tenho profissão não ia arranjar uma coisa melhor que isso, numa loja mesmo ia ganhar até menos., e trabalha de domingo a domingo, até meia-noite. E meu marido concordou, disse que se eu queria era para ficar lá mesmo (L (f), 28 anos, Bahia).

“Eu sinto falta da minha independência no BR, primeiro vc tá num país, é casada e tal mas tá 100% dependente do dinheiro do marido. E vc sabe que são vários compromissos né...renda da casa, do estudo...e vc que sempre trabalhou, eu não encaro legal assim....não é legal de jeito nenhum” (S, (f), 34 anos, Pernambuco).

Porém, a nacionalidade pode não ser uma categoria analítica fundamental uma vez que se observou que em alguns contextos casais transnacionais percebem os papéis de género de maneira semelhante. O facto da mulher ter que priorizar a relação afectiva (conjugal) em detrimento da vida profissional é um exemplo é mencionado no discurso de algumas entrevistadas.

A participação na rotina do casal através de encontros e a realização de entrevistas na casa do casal, foram importantes na observação da vida do casal, mas no entanto, a avaliação dos papéis de género desempenhados pelos casais transnacionais situam-se numa primeira análise, de carácter exploratório.

4.3. PARADOXOS DA CONDIÇÃO TRANSNACIONAL NOS RELACIONAMENTOS

A avaliação da importância da nacionalidade na relação conjugal e principalmente a forma como estes foram aceitos – seja pela família do membro da sociedade de acolhimento, ou pela sociedade em geral – são importantes para atestar que em muitas das vezes a categoria analítica nacionalidade faz menos sentido na relação conjugal em si, do que para as pessoas que as enxergam.

Quando abordados na entrevista sobre a possível interferência da nacionalidade na relação conjugal encontramos contradições entre discursos sobre uma comunidade imaginada “os portugueses”, “os brasileiros” e ao mesmo tempo a convicção de singularidade do parceiro, o que o exclui dessa forma, dos estereótipos negativos que normalmente emergem quando se referem à nacionalidade portuguesa e/ou brasileira.

“Não é a nacionalidade que interfere num relacionamento, são eles enquanto pessoa. O português é muito mais fechado que o brasileiro. Não tem como comparar mais é diferente, como um italiano, um alemão...eu peguei o M que quando estamos só nós é mais carinhoso, e para família dele já não é tanto.”. (R (f), 28 anos, Santa Catarina)

“Não faz diferença nenhuma...não tinha o deslumbre de namorar um estrangeiro...e o português não é menos estrangeiro...eu não me considero nem mais nem menos pq casei com um português...São culturas completamente diferentes.” “Não tem é o nosso jogo de cintura, mas não é quadrado...me apaixonei pela pessoa e não pela nacionalidade...”(P (f), 31 anos, São Paulo, focus group).

“Eu vou falar pelo meu: é mais carinhoso, mais atencioso, se preocupa muito comigo, tá sempre do meu lado...ah sei lá, é totalmente diferente do brasileiro. Eu tenho 28 anos, já tive dezenas de flertes e relacionamentos, mas nunca encontrei ninguém igual a ele...não sei é pq é português, mas eu nunca me relacionei com brasileiros igual a ele...é mesmo especial (imita o sotaque português) (L (f), 28 anos, Bahia).

“O modo como ela é, uma pessoa muito humilde, muito boa, olha, eu sou felicíssima com ela. Não acho que seja só a nacionalidade, mas tbm tem a ver, pq assim, a mulher brasileira, o povo brasileiro é diferente do povo português. Um povo mais amoroso, tem uma maneira de falar diferente, não se zangam tanto com a vida como os portugueses, e ela é uma mulher 100% (A, (m), 58 anos, Parede) ”.

Entretanto, no que se refere a aceitação dos casamentos transnacionais, a grande maioria das mulheres e alguns homens aludem aos preconceitos relacionados a origem nacional das mulheres. Assim, também muito dos homens entrevistados foram recriminados na escolha de uma cônjuge de nacionalidade brasileira, ou seja, pelo facto de ser casado com uma brasileira.

“È triste assim saber que a mulher brasileira é tão discriminada sabe...aqui aconteceu quando a minha mulher chegou aqui e a gente casou, eu já senti muita discriminação, sabe... não por cor, mas por nacionalidade. Principalmente pq ela é mulher e brasileira. É a prostituta...mas isso é como as coisas saem daqui para fora, pela TV, eles lançam isso...mas isso pode até ser correcto, pq. Muitas mulheres brasileiras vem para cá, com uma ideia de que isso aqui é muito bom, pensa que PT é uma maravilha, entendeu...e quando chega cá, ou pq não deu certo com o namorado, que o trabalho não deu, ou pq. Vai passar fome...então sabe como é que é né...ela tem que sobreviver...e muitas delas se vê nessa situação, pq. não tem ninguém cá... e tbm tem aquelas meninas que vem para cá, não tem nada a vê não, já sabem o que quer e vem mesmo manchar o nome da mulher brasileira, é muito triste...mesmo com a minha mulher no trabalho....é brasileira...”(R (m), 36 anos, Algarve).

“Há mais estigma em relação a casamentos entre Portugueses e brasileiras do que se fosse uma americana....pela fama de prostituição que as brasileiras têm”. (R, (m), 34 anos, Lisboa).

“(...) outro dia que ele é chefe no trabalho dele, ele é militar, e eu liguei lá e disse “diga que a esposa dele ligou” e a pessoa falou “ há...uma brasileira ligou para o Sr.” E ele disse “ Brasileira não, minha esposa”. E ele é de certeza ele sofre preconceito por ser casado com uma brasileira... as pessoas quando falam com ele, ficam querendo falar com sotaque brasileiro, só que ele é muito incisivo com isso, aí ele mostra o outro lado dele, toda a meiguice vai embora...Se é gozo com o facto dele ser casado com uma brasileira, aí todo o bem-estar dele vai embora” (S, (f), 34 anos, Pernambuco).

A ideia de que o casamento entre brasileiras e portuguesas é de conveniência, ou seja, que a mulher está em busca somente da sua regularização em Portugal, é também mencionada pelos entrevistados.

*“Olha, eu acho que ainda há muitos que pensam que é um **casamento por conveniência**. Eu creio que sim, porque às vezes eu ouço falar...Porque até quando eu comecei a namorar o Marco, há pessoas que...tipo assim, davam a entender que a gente tava ficando junto por isso, sabe? Lógico, que era mais...prá mim era mais conveniente do que prá ele... Então eu sempre falei: ô gente, eu sô uma pessoa...eu não tô aqui pra me prender a um português porque eu quero ficar ou ganhar a nacionalidade, nem nada. Se eu tô com ele, é porque eu gosto, é por sentimento, mais nada. Porque eu não tava ganhando nada com isso, em primeiro lugar eu tava aqui, eu tava longe dos meus filhos que tava no Brasil...” (R, (f), 34 anos, Santa Catarina).*

*“Ah, é assim...você sempre ouve uma bola fulera aqui ou ali, né? Tem gente que vira prá você e fala assim : “**ahh, enganaste o português...**”Eu falei..não quem me enganou foi o português...eu que fui enganada. .Porque se eu soubesse praquilo que eu vim eu não tinha vindo. E você ouve, ouve é...não tem como fugir.Porque é assim, como tem muito português casando com brasileira mais excessivamente não só em casamento branco, como casamento real acho que isso fere um bocado, entende? Porque tem muita moça solteira, sabe? Então aquela coisa do emprego, eu sei que é medíocre mas é verdade, isso acontece. Então você ouve uma boca aqui, ua boca ali.“ahhh porra, vem aqui roubá o marido da gente...”coisas assim simpáticas, não é?” (A (f), 34 anos, Goiás).*

“Houve opiniões de facto, de dizer que havia uma brasileira, no sentido negativo querendo se aproveitar de mim, aproveitar o que eu não tenho nada, só tenho essa casa e tirando isso se não fosse a ajuda dela, eu nem sei se teria isso em pé ainda...ela me ajuda muito financeiramente, e me ajuda muito aqui (no café). Depois quando viram que as coisas funcionaram, e nunca souberam nada de ruim da vida dela, mudaram de opinião quando foram conhecer ela melhor...acham ela muito trabalhadora... (A, (m), 58 anos, Parede).

Em relação a família do membro da sociedade de acolhimento podemos observar em alguns casos uma dificuldade de aceitação do matrimónio, na maioria das vezes associada a nacionalidade (brasileira) e ao facto destas mulheres serem imigrantes, ou seja, a visão de que o casamento pode ser uma oportunidade de regularização.

*“...a primeira delas foi com a família...Porque eu sou brasileira, **porque eu sou gorda, porque eu era golpista, eu era interesseira, não gostava dele, nem que eu fosse... nem que tivesse que engravidar dele prá me legalizar**”... (A (f), 34 anos, Goiás).*

“Ai eu fico muito emocionada quando falo dessa coisa (começa a chorar) Pausa...assim eu sou muito bem tratada pela família, mas o facto é que foi de um dia para o outro...ele acordou e disse que não precisava ser mau tratado no casamento. Ele separou, se divorciou, e logo depois surgiu a relação com a gente e uma pessoa estranha.....pausa....(Chora muito)...Ninguém foi no meu casamento, pausa, ninguém foi no meu casamento...vc sai da sua terra, debaixo das asas da sua família, chega aqui e pensa que vai ser aceita, pq vc não fez nada, eu não fui culpada pela separação, pelo divórcio dele, mas pronto, mas acho que faz parte. Eu acho que não foi pelo facto de eu ser brasileira não, por ter sido de repente.... não sei...só sei que é bom que o meu cunhado gosta muito de brasileiro e provavelmente vai se casar com uma... e o meu marido diz assim “ É bom que ele case mesmo”, eu acho que essa reacção dele, eu não sei....pq a metade das coisas eu prefiro não saber, para a pessoa não ficar mais revoltada....mas o facto dele querer que o irmão case com uma brasileira, eu acho que já diz muita coisa. Ele diz assim “ para eu não ser o único”, e eu acho que tem a ver com o facto de eu ser brasileira, se for ou se não for, prefiro não saber... “ (S, (f), 34 anos, Pernambuco).

No entanto, em outros houve aceitação de ambas as partes da família, principalmente nos casos onde foram verificados uma homogamia económica e educacional (apesar de que na maioria das relações se verifica tal situação). Segundo alguns entrevistados a cor da pele “*não ser negra*” também influenciou no consentimento da relação transnacional.

“ eu não tinha ideia que havia tanta discriminação em relação aos brasileiros e é pior com a mulher. A P foge um pouco do padrão brasileiro, principalmente por causa da cor da pele, pois pensa-se sempre que o brasileiro é de cor. Eu estava com receio de que os meus pais não me apoiassem e eles me apoiaram – a Patrícia foi muito bem recebida. No trabalho também, pois tenho vários colegas que são casados com brasileiras” (R, (m), 34 anos, Lisboa).

“Quando eu cheguei vi que não era tudo aquilo, há portuguesas fechadas, mas aqui na casa do M eu sou como uma filha da minha sogra, sou tratada muito melhor do que as filhas dela...eu vim com aquele conceito de que eu ia ser rotulada como puta... (apesar de dizer que nunca sofreu preconceito) (R (f), 28 anos, Goiânia).

“ A família dele viaja muito, tem outra visão, tem formação. Mas duas coisas foram essenciais para eu ser bem aceita: não ser negra e ter uma boa condição financeira, um cargo de chefia.... Rui foi ao Brasil por causa da minha família e a família dele fez questão. Se fosse uma brasileira (fez o gesto de ancas grandes e decotes), a maioria das mulheres que são morenas, assim bem tropicais, a imagem mesmo das mulheres brasileiras... Porque as pessoas imaginam os brasileiros pela cor, ou as formas de vestir, decotes mais jeans (ganga) apertado (P (f), 36 anos, Pernambuco, focus group).

Assim, a criação de um estigma em relação aos casamentos transnacionais pela família dos cônjuges e pela sociedade em geral pode ser também compreendida através da forma como o próprio fenômeno tem sido abordado – seja nas políticas públicas ou nos mídia –, enfatizando com exatidão a diferença, nesse caso de nacionalidades e estatutos sócio-jurídicos como forma de generalizar modelos de matrimônios transnacionais.

Igualmente, a problematização da publicitação dos dados relativos ao aumento dos casamentos entre brasileiras e portuguesas relacionados na grande maioria das vezes, aos chamados casamentos de conveniência, bem como a possível interferência na vida dos entrevistados foi também argumentado em regime de *focus group*. Segundo as entrevistadas o reflexo destas notícias pode ser observado nos próprios funcionários públicos e nas Conservatórias que dificultam a marcação dos casamentos, vistos todos como casamentos brancos.

“Que existiu muito casamento em branco existiu, hoje até que pode existir. A história do SEF por exemplo, eu não fiz entrevista nenhuma, o meu casamento...na conservatória me pediram uma declaração eu trouxe a declaração, o moço perguntou se estava autenticada eu disse que não, então ele disse que não servia. Fui em outra conservatória e marquei meu casamento três dias depois. Quer dizer, casa funcionário público, cada repartição entende da forma que bem quiser” (P (f)31 anos, São Paulo, focus group).

A concepção pelas mulheres do que significa um casamento de conveniência e a forma como a legislação deveria tratar os casamentos entre brasileiras e portuguesas foi conjuntamente discutido. Há um consenso entre as mulheres na conceptualização do que é um casamento de conveniência **“um casamento onde a brasileira paga para o português para se regularizar”**. No entanto a forma como a legislação deveria tratar os casamentos transnacionais provoca algumas diferenças nas opiniões. Vale a pena ressaltar que a primeira argumentação se inseriu dentro da lógica repressiva **“É óbvio que se há situações suspeitas, eles tem que verificar”** (C (f), 35 anos, Minas Gerais, focus group), passando para uma visão de autonomia no que se refere à escolha do cônjuge, posteriormente ao comentário de uma das participantes, gerando assim um consenso entre as mulheres **“Eu acho que o casamento é a vida particular das pessoas, o governo não tem que se meter nisso”** (V (f), 31 anos, Rio de Janeiro, focus group).

“É óbvio que se há situações suspeitas, eles tem que verificar, não sei e não faço ideia do que pode ser considerado suspeito, é que é difícil...eu sei que por exemplo, eu conheço uma moça brasileira que casou com um suíço, lá ela recebe visitas, eles vão lá na casa dela...como nos EUA” (C (f)35 anos, Minas Gerais, focus group).

“Eu acho que as pessoas que quisessem viver fora do seu país deviam poder viver mais tranquilas, não deviam passar por isso, a verdade é essa. Essa história de Europa fortaleza, isso tem que ser revisto. Agora se há pessoas que dispõem a casar para tornar a vida de outras pessoas mais fáceis”...Eu acho que o casamento é a vida particular das pessoas, o governo não tem que se meter nisso” (V (f), 31 anos, Rio de Janeiro, focus group).

“Eu acho que as coisas se resolvem de uma forma bem simples: as pessoas vêm para aqui trabalhar, sejam bem vindos, esse país precisa de gente para trabalhar, está cada vez mais envelhecido... Eu acho que se tivesse uma política de imigração racional e uma legislação clara, que eu acho que não é clara, eu acho que isso resolveria o problema...porque o casamento é problema de cada um, se casa, se junta (união de facto)” (C (f), 35 anos, Minas Gerais, focus group).

A legitimidade do Estado em verificar se um casamento é ou não legítimo é defendido por algumas das entrevistadas. Contudo o que é considerado suspeito numa relação matrimonial e os critérios que deveriam ser levados em consideração na validação do matrimónio são considerados problemáticos. Por outro lado, a ideia de que o casamento consiste na vida privada dos indivíduos, não cabendo ao Estado interferir, como também a existência de políticas migratórias mais facilitadas, principalmente no que diz respeito à regularização dos imigrantes foram questões colocadas pelas entrevistadas.

Em suma, a dimensão heterogénea dos casamentos transnacionais parece ser afinal a regularidade de maior expressividade. Quer ao nível dos papéis de género, da conceptualização sobre o *Outro*, da articulação com as categorias etárias, raciais, nacionalidade, quer ainda ao nível da percepção e avaliação do processo migratório e matrimonial, em todos estes níveis, a heterogeneidade de soluções/casos é a característica mais assinalável. Todavia, a experiência matrimonial e sobretudo a experiência sexual, como nos ensinou Foucault (1988), que toda experiência humana, é produto de um complexo conjunto de processos sociais, culturais e históricos. Este factor de complexidade frequentemente assume simplificações, generalizações, banalizações – ou se preferirmos, naturalizações – que endossam certos fenómenos e certas experiências humanas para o domínio do caricatural. Estamos em crer que este processo de caricatura está a ocorrer em Portugal – e na Europa em geral, à semelhança do ocorreu já em outros contextos – com danos porventura irreparáveis para a convivência e para o diálogo intercultural no que às políticas públicas sobre a imigração diz respeito, e em particular, relativamente às leis sobre matrimónios transnacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRE A ASSIMILAÇÃO E O INTERCÂMBIO: DESCONFIANÇA E DIÁLOGO.

Hacia el final una actriz cubana que no sale en la lista de créditos de una obra de teatro en la que ha actuado en Madrid (porque ha trabajado ilegalmente) habla con su novio. Dice: “Quiero papeles. Papeles auténticos, ¿entiendes?”.
Le contesta el novio: “Todos los papeles son auténticos, son todos de papel.”
(Laura M.^a Agustín, 2005:120)⁷²

As políticas públicas para a imigração têm-se caracterizado pela expressão de modelos de assimilação das populações migrantes, ou em casos cada vez mais recorrentes, pelos modelos de selecção e fechamento. A integração, todavia, é um fenómeno multidimensional, e comporta aspectos de natureza jurídica, cultural, económica e política. Assim, as modalidades passíveis de atribuir ou de adquirir a nacionalidade, os direitos políticos e de cidadania, a promoção profissional, o respeito pela diferença, entre outras dimensões, fazem parte do processo de integração e cumprem uma parte substancial no seu sucesso ou insucesso.

Os cientistas sociais há algum tempo que se interessam pelo modo como se integram os imigrantes nas sociedades de acolhimento. E esses estudos são feitos de múltiplos ângulos, mas podemos dizer que dois modelos fundamentais podem ser listados: o modelo da assimilação e o modelo da selecção e restrição. Um terceiro modelo parece emergir, de tempos a tempos, mas acaba por ficar quase sempre ao nível das intenções e dos discursos e é vagamente plasmado nas medidas e políticas públicas dos diversos Estados: referimo-nos ao modelo do intercâmbio e do diálogo intercultural.

O actual quadro legislativo português parece oscilar entre os três modelos mas em certas áreas a tendência restritiva começa a ganhar expressão. No que concerne ao assunto central desta pesquisa, os relacionamentos transnacionais, estamos em crer que as medidas de crescente criminalização dos chamados *casamentos de conveniência* são um sinal evidente deste cenário de crescente restrição. Em ordem a dirimir o que possam ser matrimónios fraudulentos, este quadro legal penaliza e complexifica aquilo que são os casamentos mistos ou transnacionais. Na verdade, a incidência de casamentos de características dolosas para o

⁷² Este diálogo foi retirado do filme de Manuel Gutiérrez Aragón *Cosas que dejé en la Habana*, Gerardo Herrero Tornasol Films/Sogetel Productor, 1997, analisado num texto muito interessante de Laura M.^a Agustín (2005) “La industria del sexo, los migrantes y la familia europea” in *Cadernos Pagu*, (25) Julho-Dezembro, pp.107-128

Estado parece ser de ordem quase insignificante. Mas sobretudo é extremamente difícil provar ou testar a veracidade ou não de depoimentos de casais mistos. Talvez por essa razão, a percepção do fenómeno esteja por agora entregue aos discursos mediáticos e de senso comum, com múltiplas variantes que acabam por discriminar, diferenciar e estereotipar a atitude e imagem dos casais mistos, e em particular, dos imigrantes.

Entretanto, a ausência de investigação sobre nupcialidade com estrangeiros em países europeus (e os cientistas espanhóis reclamam o mesmo) contrasta com a abundante literatura que os EUA e até mesmo diversos países asiáticos, cuja experiência migratória é mais dilatada no tempo⁷³ e muito marcada por cenários transnacionais muito evidentes. Curiosamente no contexto americano a maioria dos especialistas consideram que o casamento fora do grupo étnico e/ou racial é o último passo na assimilação dos imigrantes. Aliás, esse processo dá-se justamente com a articulação de processos de exogamia inter-étnica e diminuição de crescimento habitacional e de estruturas vicinais fundadas na diferença étnica, racial (económica e cultural, por consequência) com as medidas de crescimento urbano rompendo com a *guetização*. Veja-se a este nível a quase ausência de agrupamento residencial (por bairros) que a comunidade brasileira imigrada em Portugal revela, excepção feita a alguns casos já estudados inclusivamente (Costa da Caparica, Seixal).

No contexto português, apesar dos dados estatísticos irrisíveis, ou seja, de pouca relevância, o crescimento ficcional de impacto deste fenómeno parece centrar-se num posicionamento neo-colonial, onde a avaliação de um casamento transnacional como conveniência é amplamente mediatizado, criando ou actualizando estereótipos negativos. Entretanto, creio que o possível crescimento do número de matrimónios transnacionais possa ser inteligível, sobretudo em certas rotas migratórias, como a actual migração brasileira em Portugal, marcada por uma crescente feminização. Assim, assistimos mais uma vez à escassez de estudos e abordagens que dão prioridade a experiência subjectiva migratória. Dessa forma, algumas ideias têm

⁷³ Como são exemplos: Qian, Z. (1999). "Who Intermarries? Education, Nativity, Region, and Interracial Marriage, 1980 and 1990", *Journal of Comparative Family Studies*, 30, pp.579-97; Qian, Z., Blair, S.L., Ruf, S.D. (2001). Asian American Interracial and Interethnic Marriages: Differences by Education and Nativity. *International Migration Review*, 35, 557-586. Qian, Z. & Lichter, D.T. (2001). Measuring Martial Assimilation: Intermarriage among Natives and Immigrants. *Social Science Research*, 30, 289-312. McCaa, R. (1993). Ethnic Intermarriage and Gender in New York City. *Journal of Interdisciplinary History*, 24, 207-231. Wildsmith, E.; Gutmann, M.P., Gratton, B. "Assimilation and Intermarriage for U.S. Immigrant Groups, 1880-1990" (acesso em 27 Junho 2008) online em:

<http://www.hss.caltech.edu/Events/Archives/EPP/intermar.pdf>

vindo a ser exploradas e podem ser agora equacionados em conclusão – eventualmente, no futuro, poderão também ser pensados em estudos comparativos:

- 1) De que modo a influência da população imigrante /estrangeira pode ser um factor de dinamização da matrimonialidade e da natalidade;
- 2) Como avaliar a propensão de cada “contingente” migratório (diferenciado por nacionalidade, género, faixa etária, profissão, etc.) para realizar matrimónios exogâmicos ou endogâmicos; e nomeadamente, alianças com a população autóctone;
- 3) Como avaliar o efeito das características individuais dos imigrantes (ou aquilo a que Varro 2003, chama de *experiência subjectiva da migração*) no que diz respeito à sua propensão e possibilidade de relacionamento exogâmico/endogâmico.

Os dados avançados pela OCDE – Organização para o Crescimento e Desenvolvimento Económico – reiteram a tendência ao envelhecimento populacional e até em alguns casos ao saldo fisiológico negativo registado em vários estados europeus. Nomeadamente o *Society at a Glance: OECD Social Indicators 2006 Edition* que alerta para o decréscimo da natalidade na Europa e para o aumento da natalidade em populações migrantes na mesma região. Em Portugal, por exemplo, esses dados referem que a natalidade entre a comunidade brasileira é já maior do que a registada entre as comunidades africanas imigrantes. O relatório de 2007 sobre migração – *International Migration Outlook* – revela que 1 em cada 10 crianças nascidos em Portugal tem mãe estrangeira, e a curva evolutiva da natalidade entre mães brasileiras é justamente inversa à das mães portuguesas. Paradoxalmente leis mais restritivas sobre reunificação familiar e casamento misto estão a ser adoptadas um pouco por toda a Europa. Julgamos que medidas de restrição selectiva e de discriminação positiva não se justificam no cenário actual. Na verdade, aqui as Políticas Públicas relativas ao reagrupamento familiar em Portugal estão claramente mais facilitadas – aliás como seria de esperar no quadro de um modelo de assimilação integradora onde o papel da família é decisivo. Todavia, a criminalização do casamento misto parece ser uma medida que não parece ser passível de dissociar as redes de tráfico e crime que ilegalmente possam lucrar com os chamados “casamentos brancos” e os imigrantes (e pessoas a estes associadas) que participem neste tipo de actividade, enquanto nubentes. Finalmente, medidas de discriminação positiva para apoiar a natalidade de mães estrangeiras pode potenciar cenários de procriação assumida pelo intuito e pelo interesse meramente económico entre grupos que à partida se encontram fragilizados neste domínio.

Um dos propósitos que nos parece amplamente questionável no quadro das políticas públicas sobre imigração em Portugal – e de um modo geral na Europa e nos países mais ricos – é o que se refere à intromissão promíscua do Estado na intimidade da vida privada dos cidadãos imigrantes. O quadro de potenciação de direitos de cidadania para os imigrantes que muitos dos pacotes legislativos anunciam, sucumbem geralmente à tentação de optarem rigidamente pelas soluções controladoras e vigilantes do que pelas opções de partilha e construção comum e dialogada das medidas públicas. O que diz respeito ao chamado *casamento por conveniência* parece-nos mais do que exemplar a este nível.

Assim, o défice de cidadania dos migrantes e sobretudo de grupos específicos parece ser uma realidade. Afinal, o Estado e os média não põem em causa, por exemplo, um casamento de um nacional português com um nacional francês, mas descartam a possibilidade de que os casamentos “exogâmicos” possam em alguma medida fragmentar visões polarizadas entre o *Eu* e o *Outro*. Paradoxalmente, o facto de Portugal ser ainda um país de emigração (havendo desequilíbrio entre o número de imigrantes recebidos e o número de emigrantes deslocados) contribui para que a visão do fenómeno dos casamentos transnacionais seja marcada por hierarquias de nacionalidade e visões simplistas. A dificuldade de integração dos imigrantes portugueses em alguns contextos é visível sobretudo através dos altos índices de *guetização* e de baixa exogamia – sobretudo os emigrantes de primeira geração e com excepção do contexto brasileiro onde a similaridade da língua e a relação colonial potencializada facilitam a exogamia – e contradiz o argumento acerca dos casamentos mistos em Portugal entre imigrantes e portuguesas na medida em que é percebido agora como algo criminoso e feito por conveniência.

Ao longo da história, as estratégias matrimoniais e a actividade sexual sempre foram objecto de preocupação moral e, como tal, como bem demonstrou Michel Foucault (1988) submetida a dispositivos de controlo das práticas e comportamentos afectivas e sexuais. Como esses dispositivos são construídos com base nos valores e ideologias predominantes na sociedade, eles assumem formas diferentes à medida que a(s) sociedade(s) muda(m).

Foucault fala em períodos históricos marcados pela rigidez policial e pela vigilância moral apertada às perversões e comportamentos sexuais promíscuos que eram por exemplo até ao século XVIII vivamente condenados moral e juridicamente. No século XIX, os códigos de delitos sexuais parecem ter-se alterado, e a justiça deu lugar à medicina. Aumentaram as

instâncias de controlo e vigilância instauradas pela pedagogia ou pela terapêutica. A medicina passou a interferir nos prazeres do casal, inventou todo um léxico novo sobre patologias orgânicas, funcionais ou mentais, originada nas práticas sexuais.

As mudanças que podemos observar na conceptualização e na experiência do amor, do casamento e da sexualidade ao longo da modernidade resultaram em transformações radicais na intimidade e na vida pessoal dos indivíduos. Nesse processo, a chamada revolução sexual e a emancipação feminina tiveram um papel fundamental. Esse tema foi também objecto de análise do sociólogo Anthony Giddens (1993). Segundo ele, as novas formas de relacionamento que resultaram dessas mudanças têm como base a igualdade e os princípios democráticos que o século XX tornou visível.

Já as grandes mudanças observadas no casamento, segundo Philippe Ariès (1987), iniciaram-se com a modernidade. A valorização do amor individual, presente na ideologia burguesa, estabelecendo o casamento por amor, com predomínio do erotismo na relação conjugal. Esse novo ideal de casamento impõe aos esposos que se amem ou que pareçam se amar e que tenham expectativas positivas a respeito do amor e da felicidade no matrimónio. Mas essa imposição teve muitas consequências e contradições. Uma delas é que acabou criando uma armadilha para os casais na medida que se acentuaram as “idealizações” e conseqüentemente os conflitos resultantes da desilusão pelo não atendimento das expectativas. As elevadas taxas de divórcio aparentemente seriam a ponta deste iceberg interpretativo.

Esta deriva teórica pode parecer deslocada mas ela reporta-se e, acreditamos é muito relevante, para entender, ou pelo menos para problematizar, os fluxos matrimoniais transnacionais decorrentes das experiências subjectivas da migração.

Se prazer e poder são palavras-chave para o apetite vigilante dos Estados modernos no que se refere ao controlo da sexualidade, *bodas de mentira sobem a flecha*⁷⁴ são as palavras-chave para o controlo dos fluxos matrimoniais transnacionais.

O que procurámos reportar neste texto, mais do que provar a insipiência estatística dos casamentos ditos fraudulentos, foi explicitar a diversidade de experiências subjectivas da migração. O que concluímos aponta para a heterogeneidade dos sujeitos envolvidos neste

⁷⁴ Jornal Correio da Manhã, 29/07/2008.

mercado matrimonial, para a oscilação dos padrões e papéis de género marcados pelo diferencial cultural e pelos *habitus*, para a multiplicidade de soluções de integração, assimilação, isolamento (pelo recurso a *essencialismos estratégicos* de vária natureza) e de intercâmbio e diálogo intercultural.

Hoje os especialistas reconhecem que na migração transnacional as marcas de influência que afectam os sujeitos estão articuladas a um equilíbrio instável entre contiguidades variáveis da sociedade de origem à sociedade de acolhimento, criando uma espécie de natureza ambígua – a literatura anglo-saxónica utiliza a expressão *in-betweeness* – no desempenho dos migrantes. A condição nacional é portanto simultaneamente vital num momento, como supérflua e secundarizada num instante seguinte.

Assim, muitas vezes as mulheres migrantes aqui evocadas (brasileiras) hesitam ou manipulam ambigualmente os modelos de relacionamento que Giddens define como “amor romântico” e “amor conflituante”. Denote-se porém que embora o “amor romântico” suponha uma igualdade de envolvimento emocional entre duas pessoas, durante muito tempo as mulheres foram as mais afectadas pelos seus ideais. Os sonhos do “amor romântico” conduziram muitas mulheres a uma severa sujeição doméstica que curiosamente é agora dirigida às mulheres migrantes destes casamentos transnacionais. O *ethos* do “amor romântico” teve um impacto duplo sobre a situação das mulheres migrantes: por um lado, cerceando a sua condição de mulher moderna e autónoma que a condição de mobilidade transnacional exprimia e empurrando-as para o “lar”, a “família” e os “filhos”; e por outro, facilitando o caminho a ideologias machistas e consentindo práticas possessivas por parte dos seus maridos. Todavia, o declínio do controle sexual dos homens sobre as mulheres colocou possibilidades reais de transformação da intimidade – também por isso escolhem os homens parceiras estrangeiras numa evocação *exoticizante* da sua condição feminina mas por isso também pressentem a ameaça que essa erotização exótica possa representar. Assim, não apenas as mulheres migrantes parecem navegar neste mar turvo de modelos de intimidade também os seus maridos revelam essa ambiguidade.

Se uma intimidade plena e sem clausuras emocionais ou de outro tipo de poder implica uma total democratização do domínio interpessoal, esta é plenamente compatível com a democracia na esfera pública, sublinha aquele autor. Esse processo de “democratização das relações pessoais” afecta profundamente as representações e vivências do casamento. Assim,

principalmente entre os segmentos médios urbanos mais intelectualizados, o casamento tradicional regido pela dominação masculina vem dando lugar a outra forma de casamento, onde a mulher reivindica igualdade e há uma constante negociação no relacionamento. A transformação da intimidade passa necessariamente por uma transformação dos papéis de gênero.

Acrescenta finalmente Giddens que no processo de transformação da intimidade, dos valores e das mentalidades, a tendência da sociedade é tornar-se cada vez mais flexível para acolher essas novas configurações das relações amorosas. Esse deveria ser o diapasão da discussão: e por isso também o despoletador de um novo paradigma que permita inverter o peso da desconfiança e ampliar a magnitude do diálogo.

Por fim, concluímos que a moldura penalizadora e criminalizadora dos casamentos mistos em Portugal em nada contribui para melhorar e regular as condições de existência e de convivência entre imigrantes e a sociedade portuguesa. Sugerimos que a incidência penal e os esforços de investigação se centrem nas redes de tráfico e de exploração ilícita dos migrantes e não nos próprios migrantes ou na ampliação de “feridas” e de “retratos” discriminatórios sobre comunidades, grupos ou sujeitos migrantes. Seria certamente uma forma importante de se pensar o diálogo intercultural.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aboim, Sofia (2006). *Conjugalidades em Mudança: Percursos e dinâmicas da vida a dois*. Imprensa de Ciências Sociais.

ACIDI (2007). *Plano para a Integração dos Imigrantes*.

Andall, Jacqueline (2003). *Gender and Ethnicity in Contemporary Europe*, London, Berg.

Anderson, Benedict (2005). *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Edições 70 Coleção: Perspectivas do Homem, Lisboa.

Anthias, Floya (2000). *Gabriela: Gender and Migration in Southern Europe, Women on the move*. Berg, Oxford.

Álvares, Maria Eugénia (2002). *Tão próximos e tão distantes: análise das redes de sociabilidade e do processo de integração dos brasileiros em Lisboa*, ISCTE.

Ariès, P.(1987) O amor no casamento. Em Ariès, P. e Béjin, A.(Orgs) *Sexualidades Ocidentais* (pp.153-162). São Paulo: Brasiliense.

Baganha, Maria; Malheiros, Jorge (2001). *Imigração ilegal em Portugal: padrões emergentes em inícios do séc. XXI*. Universidade Autónoma de Lisboa.

Barth, Frederick (editor) (1969). *Ethnic groups and boundaries: The social organization of culture difference*. Boston: Little, Brown.

Basch, Linda, Schiller, Nina Glick & Blanc, Cristina Szanton (1994) *Nations Unbound*, Gordon and Breach Pub., Amesterdan

Baumann, Gerd (1996). *Contesting Culture. Discourses of Identity in Multi-Ethnic London*, Cambridge, Cambridge University Press.

Baumann, Z (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo actual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Beck, Ulrich; e Beck-Gernasheim, E. (2002). *Individualization*, Londres, Sage Publications.

Beck, Ulrich; Giddens, A; e Lash, S. (2000). *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. Oeiras, Celta.

Bógus, Lucia (2007). *Esperança Além-Mar: Portugal no “arquipélago migratório” brasileiro*. In: Imigração Brasileira em Portugal, Observatório da Imigração, ACIDI.

Bourdieu, Pierre (2002). *A Dominação Masculina*. Editora Bertrand, Rio de Janeiro.

_____, (1998). *Escritos de Educação*. Editora Vozes, Rio de Janeiro.

Boyd, Monica (2003). *Women and Migration: Incorporating Gender into International migration Theory*, University of Toronto.

Breger, Rosemary; Hill, Rosanna (1998). *Cross-cultural Marriage. Identity and Choice*. Berg, Oxford.

Butler, Judith (1999). *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Civilização Brasileira.

Campbell, Howard (2007). *Cultural Seduction: American-men Mexican-women: Cross Border attraction*. University Texas

Canclini, Nestor (1999). *A Globalização Imaginada*. Tradução: Sérgio Molina. São Paulo, Iluminuras.

Carneiro, Roberto (2008). *Um tempo de diálogo*. In Boletim Informativo nº 59 – ACIDI.

Castles, S; Davidson, A (2000). *Citizenship and Migration: Globalization and Politics of Belonging*. London, Macmillan Press.

Castles, Stephen (2005). *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Fim de Século, Lisboa.

Debiaggi, Susana (1996). *Famílias brasileiras em um novo contexto cultural*. In : Martes, A. C. B. et Fleischer, S. *Fronteiras cruzadas : etnicidade, gênero e redes sociais*, Rio de Janeiro, Paz & Terra, pp. 175-197.

Ferreira, Ana Cristina; Ramos, Madalena (2008). *Padrões de conjugalidade entre os imigrantes em Portugal*. Revista Estudos Demográficos, nº 43, INE, Lisboa.

Ferin, Isabel, (org) (2004). *Média, Imigração e Minorias Étnicas*. Observatório da Imigração, ACIDI.

_____ (2006). *Média, Imigração e Minorias Étnicas II*. Observatório da Imigração, ACIDI.

_____ (2008). *Média, Imigração e Minorias Étnicas 2005-2006*. Observatório da Imigração, ACIDI.

Foucault, Michael. (1988) *História da Sexualidade. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Fonseca, Maria Lucinda (org) (2005). *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*. Observatório da Imigração, ACIDI.

Galego, Carla (2005). *Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação*. Revista Lusófona de Educação, Lisboa.

Giddens, Anthony (1995). *Transformações da Identidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Celta, Oeiras.

Girona, Jordi (2007). *Amor importado, migrantes por amor: la constitución de parejas entre españoles y mujeres de América latina y de Europa del Este en el marco de la transformación actual del sistema de género en España*”, *Proyectos de Investigación Científica y Desarrollo Tecnológico*.

GCIM – Global Commission on International Migration (2005). *Gender Dimensions of International Migration*. Report of a Workshop on Gender Dimensions of International Migration, Geneva.

Gonçalves, Eliane (2007). *Vidas no singular: noções sobre “mulheres sóas” no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Campinas, UNICAMP.

Grassi, Marzia, (2006) “*Formas Migratórias: casar com o passaporte no espaço Schengen. Uma introdução ao caso de Portugal*”. *Etnográfica*, Vol. X, Número 2, Centro de Estudos de Antropologia Social, ISCTE, p p.283-306.

Gulicová, M (2004). *Marriage Migration in the Netherlands*. Country Study. Berlin Institute for Comparative Social Research.

Hall, Stuart (2003). *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Editora UFMG, Belo Horizonte.

Hannerz, Ulf (2000). *Transnational Connections: Culture, People, Places*, Routledge, New York.

Heilborn, Maria Luiza (Org.) (1999). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio. de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Herzfeld, Michael (1997). *Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation-State*. New York, London, Routledge.

INE, Instituto Nacional de Estatística (2000-2006). *Estudos Demográficos*, Portugal.

Jedwab, Jack (2004). *Diversity of Marriage: Canadian Opinion on Cross-cultural Marriage*. *Association of Canadian Studies*.

Johnson, Walton R; Warren, Michael (1994). *Inside the Mixed Marriage*. London: University Press of America.

Kawamura, Lili Katsuco (1999). *Para onde vão os brasileiros no Japão : estratégias de formação cultural*. Campinas, tese de livre docência, Faculdade de Educação, Unicamp.

Kohn, Tamara (1998). *The Seduction of the Exotic: Notes on Mixed Marriage in East Nepal*. in Breger and Hill, *Cross-Cultural Marriage: identity and choice*, Oxford, Berg.

Kojima, Yu (2001). *In the business of cultural reproduction: Theoretical implications of the mail-order bride phenomenon*. Women's Studies International Forum, vol.24, pp. 199-210.

Lages, Mário (org). (2006). *Os Imigrantes e a População Portuguesa Imagens Recíprocas Análise de duas sondagens*. Observatório da Imigração, ACIDI.

Lesser, Jeffrey (2001). *A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e luta pela etnicidade no Brasil*. Editora Universidade Estadual de São Paulo, Unesp .

Levitt, Peggy (2001). "Transnational Migration: Taking Stock and Future Directions", Global Networks, vol. 1, núm. 3, Nueva York, pp. 195-216.

Lu, Melody (2008). *Gender, marriage and migration: contemporary marriages between mainland China and Taiwan*. Research School of Asian, African and Amerindian Studies (CNWS), Faculty of Arts, Leiden University.

Macacheiro, Raquel Sofia (2003). *Tropicalidade e Lusofonia. Imagens e representações identitárias num contexto pós colonial*. Lisboa, ISCTE.

Malheiros, Jorge (Org.) (2007). *Imigração Brasileira em Portugal*. Observatório da Imigração, ACIDI.

MacDonald, Maryon (1994). *Women and Linguistic Innovation in Britain*, in P. Burton, K.K.Dyson and S. Ardener(eds), *Bilingual Women. Anthropological Approaches to Second Language Use*, Oxford, Berg.

Machado, Renó Igor (2003). *Cárcere Público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*. Campinas.

_____ (2005). "Estereótipos e preconceito na experiência dos imigrantes brasileiros no Porto, Portugal" *Travessia, Revista do Migrante*, nº. 51, janeiro/abril.

_____ (2007). Reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal. *Revista electrónica Nuevo Mundo*, disponível em <http://nuevomundo.revues.org/index.html>

Madriz, E. (2001). *Focus groups in feminist research*. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (2nd ed., pp. 835- 850). Thousand Oaks, CA: Sage.

Margolis, Maxine (1994). *Little Brazil*. Princeton, University Press.

Martes, Ana Cristina Braga (2000). *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo, Paz e Terra.

Matias, Ana Raquel, Nunes, Cátia e Wall, Karin (2006). *Female Migration Vision*. National Report, Lisboa, ICS.

Morokvasik, Mirjana (1984). *Birds of Passage are also Women*, in *International Migration Review, Special Issue Women in Migration, Vol. XVIII*, winter 1984, pp 886-907.

OIM – Organização Internacional para Migração (2006). *Migration and Gender*. Essentials of Migration Management.

O'Rourke, K. (2002) . *To have and to hold: A post-modern feminist response to the mail order bride industry*” Denver Journal of International Law and Policy, 30(4), 476-498.

Padilla, Beatriz (2004). Redes sociales de los brasileiros recién llegados a Portugal : ¿solidariedad étnica o empatía étnica ? ». Trabalho apresentado na Conferência Los Latinos al descubrimiento de Europa. Nuevas emigraciones y espacios para la ciudadanía. Génova, 17-18 de junho de 2004.

_____ (2006). Integração dos ‘imigrantes brasileiros recém chegados’ na Sociedade Portuguesa : Problemas e Possibilidades ». In Machado, I. J. De R. (org.) *Um Mar de Identidades : Imigração brasileira em Portugal*. São Carlos : Edufscar.

Palau, Tomás (2001). *Brasiguaios*. In *Migrações internacionais : contribuições para políticas*. Brasília : Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, pp. 345-360.

Parker, Andrew (1992). *Nationalism and Sexualities*. Routledge.

Pessar, Patrícia & Mahler, Sarah (2001). *Gender and Transnational Migration*. The Center of Migration and Development: University of Princeton.

Piller, Ingrid (2007). *Cross-cultural communication in intimate relationships*” In Helga Kotthoff and Helen Spencer-Oatey (Eds.), *Intercultural Communication* (Handbook of Applied Linguistics 7). Berlin and New York: Mouton de Gruyter

Piscitelli, Adriana (2002). *Entre a Praia de Iracema e a União Europeia: Turismo sexual internacional e migração feminina*. UNICAMP, Campinas.

_____ (2003). *Sexualidade tropical em contextos de Primeiro Mundo. Migração de Brasileiras para a Itália no contexto da Transnacionalização do mercado sexual*. UNICAMP, Campinas.

Phizacklea, A (1983). *Migration and globalization: a feminist perspective*. En *The New Migration in Europe: Social Constructions and Social Realities*. K. Koser y H. Lutz, Eds. Basingstoke: Macmillan

Pollack, S. (2003). *Focus-Group Methodology in Research with Incarcerated Women: Race, Power, and Collective Experience*. *Affilia* 2003; 18; 461, Sage Publications.

Pontes, Luciana (2004). *As Mulheres Brasileiras na Mídia Portuguesa*. *Cadernos Pagu* (23), julho-dezembro, pp.229-256.

Portes, Alejandro (1996). “*Transnational Communities: Their Emergence and Significance in the Contemporary World-System*.” In *Latin America in the World Economy*. Ed. R.P. Korzeniewicz and W.C. Smith. Westport, Connecticut: Greenwood.

Ribeiro, Gustavo Lins (1999). *O que faz o Brasil, Brazil : jogos identitários em São Francisco* in Rossana Rocha & Teresa (orgs.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo, Ed. Boitempo.

Rheingold, Howard (1998). *The Virtual Community*. Disponível em: www.rheingold.com/vc/book/ , acessado em 07/03/2007.

Rosa, Rodrigo (2004). *Escolha do conjugue e locais de encontro*. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia . *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*

Rothenberg, J (1977). *International Migration : A comparative perspective*. New York: Academia Press.

Said, Edward (1978). *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução de Tomas Rosa Bueno.

Sales, Teresa (1999). *Brasileiros longe de casa*. São Paulo, Editora Cortez.

Santos, Clara Almeida (2007). *Imagens das Mulheres imigrantes na Imprensa Portuguesa. Análise do ano de 2003*. Observatório da Imigração, Coleção Teses, nº 14, ACIDI.

SEF, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2006). *Relatório de Actividades*, Portugal.

Segato, Jean (2008). *Um Local-Global, Um Global-Local: Eu, a Cidade de Lontras e o Orkut*. GrupCiber - PPGAS/UFSC, Brasil.

Sinke, Suzanne (2002). *Migration for Labor, Migration for Love: Marriage and Family Formation across Borders*. OAH Magazine of History, v14, nº 1, p17-21.

Shibata, Yoshiko (1998). *Crossing Racialized Boundaries: Inter-marriage between "Africans" and "Indians" in Contemporary Guyana*, in Breger and Hill, *Cross-Cultural Marriage: identity and choice*, Oxford, Berg.

Smith, Robert , C (2002). *Migrant Membership as an Instituted Process: Transnationalization, the State and the Extra-Territorial Conduct of Mexican Politics*. Unpublished manuscript.

SOS Racismo (2005). *Imigração e Etnicidade: vivências e trajectórias de mulheres em Portugal*.

Sprandel, Marcia Anita (1992) *Brasiguaios : conflito e identidade em fronteiras internacionais*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em antropologia, Museu Nacional, UFRJ.

Stolcke, Verena (1993). *"Is sex to gender as race is to ethnicity?"* in: Del Valle, Teresa (Ed.), *Gendered anthropology*, Routledge, London, New York: 17-37.

Vale de Almeida, Miguel (1998). *Poderes, Produtos, Paixões: o Movimento Afro-cultural numa cidade Baiana*. Revista Etnográfica, vol. 3, nº1, CEAS, ISCTE.

_____ (2004). “Gabriela: um ícone denso e tenso na política da raça, género e classe em Ilhéus, Bahia”. In: *Outros Destinos: ensaios sobre antropologia e cidadania*. Campo das Letras, Porto.

Varro, Gabrielle (2003). *Sociologie de la mixité. De la mixité amoureuse aux mixités sociales et culturelles*, Ed. Belin, Paris

Velasco, Laura (1998). “*Identidad cultural y territorio: una reflexión en torno a las comunidades transnacionales entre México y Estados Unidos*”, *Región y Sociedad*, vol. IX, núm. 15, Sonora, México, 1998, p. 107.

Vives, Thureaux, J. Libia (2002). *Breve análisis Socio-Antropológico del comportamiento de las estrategias y el mercado Matrimonial en el Municipio de Santiago de Cuba en el período de 1992-2002*. Disponível em www.uo.edu.cu, acessado em 12/04/2008.

Takahashi, K (2006). *Akogare and English language learning: Japanese women in Australia*. Unpublished PhD, University of Sydney, Sydney.

Tambiah, Stanley (1997) *Leveling Crowds: Ethnonationalist Conflicts and Collective Violence in South Asia*. Australian Journal of Anthropology.

Tannen, Deborah (1996). *Gender and Discourse*. Oxford University Press.

Téchio, Khatia (2006). *Imigrantes brasileiros não documentados: Uma análise comparativa entre Lisboa e Madri*. Socius Working Papers, ISEG/UTL, 1/06, Lisboa.

_____ (2006) (a). *Conhecimentos de alterne: a outra diáspora das imigrantes brasileiras*, *SOCIUS Working Papers*, Lisboa, ISEG/UTL, 2/06. Lisboa.

Xavier, Maria (2007). *Redescobrimo o Brasil: Processos Identitários de Brasileiros em Portugal*. Observatório da Imigração, Coleção Teses, nº 10, ACIDI.

Yerko, Castro Neira (2005). *Teoría transnacional: revisitando la comunidad de los antropólogos*. Revista Política e cultura, nº23, México.

Zlotnik, H (1999). *Trends of International Migration since 1965: What Existing Data Reveal*. International Migration Volume 37 Issue 1 Page 21-61.

Waquant, Loic (1996). *L'Underclass Urbaine dans l'Imaginaire Social et Scientifique Américain*. In S. Paugam (ed). *L'Exclusion : l'Etat des Savoirs*. Paris, Editions la Découverte, p 248-262.

ANEXO I – MODELO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

GUIÃO DE ENTREVISTA

A comunidade brasileira constitui-se actualmente, no contexto português, como o segundo maior grupo de imigrantes, considerando-se os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) que incluem apenas os imigrantes ditos “legalizados”. Paralelo a isso, o número de casamentos realizados entre a comunidade portuguesa e estrangeira tem aumentado significativamente, sendo que, os casamentos que envolvem membros da comunidade portuguesa e imigrantes brasileiros representam a maior percentagem (41,2%).

Dentro desse contexto, onde se constata um crescimento nas redes de matrimonialidade cujos os relacionamentos são denominados como transnacionais ou mistos é que se enquadra o presente estudo.

1. Contexto do Contacto

Como acha que as pessoas se conhecem nesse contexto de relacionamentos bi-culturais? E no seu caso como foi?

2. Mobilidade – Viagem

O que é estar em outro país sozinho e/ou acompanhado? Como as redes de relações são ou foram construídas? OBS: No caso do português se já teve alguma experiência de viagem, se já viveu fora do país?

3. Nacionalidade/ Raça/ Género

A questão da nacionalidade (ser brasileiro ou português), a imagem exterior (cor da pele, formas de estar e vestir) e o gênero (ser homem ou mulher) interfere no relacionamento dessas pessoas? E no seu caso específico?

4. Atitudes face aos relacionamentos transnacionais

O que acha que as pessoas pensam sobre os relacionamentos transnacionais? As pessoas mais próximas (amigos, família) e as pessoas diferentes e mais distantes? E o no seu caso específico como foi?

5. Balanço dos relacionamentos

Acha que esses relacionamentos são bons para as pessoas que se envolvem? Pensa que há algum estigma? E no seu relacionamento?

6. Senso comum e opinião sobre os brasileiros

Qual acha que é a opinião do senso comum em relação aos brasileiros e brasileiras? No que se refere às características físicas, maneiras de estar, gostos? E você o que acha?

7. Senso comum e opinião sobre os portugueses

Qual acha que é a opinião do senso comum em relação aos portugueses e portuguesas? No que se refere às características físicas, maneiras de estar, gostos? E você o que acha?

ANEXO II – GUIÃO DE DISCUSSÃO DO *FOCUS GROUP*

1. Auto apresentação
2. Qual a razão que fez com que vocês saíssem do Brasil? E pq Portugal?
- 2.1- Quais eram as suas expectativas no Brasil? Como é que se imaginam se tivessem ficado por lá?
3. Como é que entendem a relação entre o Brasil e Portugal do ponto de vista cultural?
4. Porque os portugueses casam mais com as Brasileiras? Mostrar gráfico (contrapor com o contexto
5. Porque que as brasileiras casam com os Portugueses? E pq vc casaram?
6. No contexto do relacionamento a nacionalidade faz alguma diferença?
7. Se sentem diferentes da mulher portuguesa? Em questão de autonomia, independência, na capacidade de arriscar (emigrar)? E os homens, são diferentes dos homens brasileiros que conheciam antes?
8. Que expectativas tinham sobre viver em Portugal e quais foram as dificuldades encontradas? E as vantagens?
9. Como se sentem em Portugal (imigrantes, estrangeiras, brasileiras, brasileiras casadas com portugueses, ou já absolutamente portuguesas)?
10. Mostrar trecho da notícia “casamentos de conveniência” e problematizar a publicitação dos dados do aumento dos casamentos e a interferência na vida dessas mulheres.

“Os matrimónios de conveniência poderão descer agora graças ao acordo entre Portugal e Brasil sobre a contratação recíproca de trabalhadores, que permite a legalização de todos os brasileiros que entraram no país até 11 de Julho de 2003 e possuam um contrato de trabalho”. ACIDI

“ (...) às vezes, a gente nota que há qualquer coisa: uma brasileira muito jovem, muito bonita, com um português mal-encarado”, afirmou ao Público Joaquim Martins, do Sindicato dos Trabalhadores de registos e Notariado”

11. O que é afinal casamento de conveniência? Como é que a Lei deveria tratar o casamento entre brasileiros e portuguesas (estrangeiros e nacionais)?